

Versão conforme com
a distribuída para
apreciação dos Membros
do Órgão Executivo
Municipal, em 29/12/2014.

Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana

REOT

RELATÓRIO SOBRE O
ESTADO DO
ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO



CONCELHO DE POMBAL

INDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. ENQUADRAMENTO LEGAL	7
3. METODOLOGIA	8
4. O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	10
4.1 Demografia e Socioeconomia	11
4.2 Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos.....	32
4.3 Ambiente	50
4.4 Ocupação do Território	61
4.5 Edificação e Gestão Urbanística	71
5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL.....	79
6. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE ÂMBITO MUNICIPAL	80
6.1 Plano Diretor Municipal de Pombal.....	80
6.1.1 Estratégia e Objetivos	80
6.1.2 Monitorização dos objetivos do plano e Avaliação Ambiental	82
6.1.3 Avaliação da Execução do Plano	83
6.2 Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze.....	88
6.2.1 Objetivos	88
6.2.2 Avaliação da Execução do Plano	90
6.2.3 Considerações finais	93
6.3 Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço	94
6.3.1 Objetivos	94
6.3.2 Avaliação da Execução do Plano	96
6.3.3 Considerações finais	100

6.4 Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia	101
6.4.1 Objetivos	101
6.4.2 Avaliação da Execução do Plano	102
6.4.3 Considerações finais	107
6.5 Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal	108
6.5.1 Objetivos	109
6.5.2 Avaliação da Execução do Plano	110
6.5.3 Considerações finais	113
6.6 Plano de Pormenor da Zona da Várzea	114
6.6.1 Objetivos	114
6.6.2 Avaliação da Execução do Plano	115
6.6.3 Considerações finais	117

ANEXO - Indicadores de Avaliação e monitorização da Declaração Ambiental

“O ordenamento do território é a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade.

(...) É, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física segundo uma estratégia de conjunto.”

(in Carta Europeia do Ordenamento do Território, reedição portuguesa, 1988).

1. INTRODUÇÃO

O conceito de ordenamento do território constante da Carta Europeia do Ordenamento do Território foi transposto para a nossa ordem jurídica com a publicação da Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, recentemente revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Tendo por base os princípios gerais em matéria de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, consagrados no artigo 3.º da Lei mencionada: Solidariedade, Responsabilidade, Economia e eficiência, Coordenação e compatibilização, Subsidiariedade, Equidade, Participação, Concertação e Segurança, constituem fins da política pública de solos, de acordo com o disposto no artigo 2.º :

- *“Valorizar as potencialidades do solo, salvaguardando a sua qualidade e a realização das suas funções ambientais, económicas, sociais e culturais, enquanto suporte físico e de enquadramento cultural para as pessoas e suas atividades, fonte de matérias-primas e de produção de biomassa, reservatório de carbono e reserva de biodiversidade;*
- *Garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e a organização eficiente do mercado fundiário, tendo em vista evitar a especulação imobiliária e as práticas lesivas do interesse geral;*
- *Reforçar a coesão nacional, organizando o território de modo a conter a expansão urbana e a edificação dispersa, corrigindo as assimetrias regionais, nomeadamente dos territórios de baixa densidade, assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso às infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, em especial aos equipamentos e serviços que promovam o apoio à família, à terceira idade e à inclusão social;*
- *Aumentar a resiliência do território aos efeitos decorrentes de fenómenos climáticos extremos, combater os efeitos da erosão, minimizar a emissão de gases com efeito de estufa e aumentar a eficiência energética e carbónica;*
- *Evitar a contaminação do solo, eliminando ou minorando os efeitos de substâncias poluentes, a fim de garantir a salvaguarda da saúde humana e do ambiente;*
Salvaguardar e valorizar a identidade do território nacional, promovendo a integração das suas diversidades e da qualidade de vida das populações;
- *Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos, os aglomerados rurais e a coerência dos sistemas em que se inserem;*

- *Promover a defesa, a fruição e a valorização do património natural, cultural e paisagístico;*
- *Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso e valorizar a biodiversidade;*
- *Prevenir riscos coletivos e reduzir os seus efeitos nas pessoas e bens;*
- *Salvaguardar e valorizar a orla costeira, as margens dos rios e as albufeiras;*
- *Dinamizar as potencialidades das áreas agrícolas, florestais e silvo-pastoris;*
- *Promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada aos edifícios, equipamentos e espaços verdes ou outros espaços de utilização coletiva.*

A política de ordenamento do território é concretizada através do sistema de gestão territorial, que se organiza em 4 âmbitos distintos: o âmbito nacional, o âmbito regional, âmbito intermunicipal e o âmbito municipal, sendo neste último, que se enquadram os Instrumentos de Gestão Territorial de âmbito municipal, que serão objeto de devida análise e monitorização no presente Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT).

De facto, o REOT é um instrumento de análise e avaliação contínua da concretização das estratégias de desenvolvimento territorial municipal, nomeadamente das estratégias consagradas nos planos municipais de ordenamento do território em vigor, que promove não só o tratamento simples e claro da informação relevante, de carácter estatístico, técnico e científico, mas também a participação e a comunicação de resultados, de forma a fundamentar eventuais propostas de elaboração, alteração ou revisão de planos ou dos respectivos mecanismos de execução.

O presente documento enceta igualmente um processo de acompanhamento sistemático, capaz de monitorizar as dinâmicas registadas no território concelhio, que influenciam não só as condições ambientais e a sustentabilidade do território, mas também o seu desenvolvimento e crescimento económico, a melhoria das condições de vida da população residente, e o apoio à decisão política e respetivas medidas de intervenção, promovendo o acompanhamento regular do exercício das atividades previstas e a articulação com estratégia de desenvolvimento municipal.

Este acompanhamento decorre da implementação de um sistema eficiente de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permite e permitirá conhecer a situação do Concelho de Pombal a médio e longo prazo, identificando as suas tendências de evolução nos mais variados domínios, evidenciando o grau de execução dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor.

De facto, com a entrada em vigor da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal do concelho de Pombal, publicado pelo Aviso n.º 4945/2014, no Diário da República, 2.ª Série – n.º71, de 10 de abril, o planeamento e ordenamento municipal adquiriram uma nova dinâmica, que deverá ser impreterivelmente aferida pela implementação de um sistema de monitorização e avaliação, ao qual se associa a necessidade de avaliação da execução dos Planos de Pormenor e Planos de Urbanização em vigor no concelho de Pombal, nomeadamente o Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze, Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço, Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia, Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal e Plano de Pormenor da Zona da Várzea.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com o Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (que determina o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial -RJIGT) “a câmara municipal elabora, de dois em dois anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, a submeter à apreciação da assembleia municipal” (cfr. artigo 146.º).

Neste sentido, a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, no seu artigo 57.º, veio prever em matéria de execução dos programas e planos territoriais, que todos os programas e planos devem definir parâmetros e indicadores que permitam monitorizar a respetiva estratégia, objetivos e resultados da sua execução, sendo da responsabilidade das autarquias locais, no caso de planos de âmbito municipal, recolher a informação e promover a elaboração dos respetivos relatórios de execução, bem como a normalização de fontes de dados e de indicadores comuns, no prazo e condições a definir, disponibilizando publicamente os mesmos, através dos meios informáticos adequados.

De facto, a necessidade da alteração, revisão ou revogação de um programa ou plano territorial fundamenta-se no respetivo relatório de execução (cfr. nº4, artigo 57.º), pelo que a sua elaboração é fundamental e imprescindível em matéria de programação de opções de ordenamento do território, e no apoio à decisão.

Pese embora o artigo 146.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial defina a obrigatoriedade da Câmara Municipal, de 2 em 2 anos, elaborar um REOT, de forma a melhorar a gestão do plano de ação, contribuindo para dinamizar o processo de monitorização e a própria implementação do Plano, e sobretudo, dar resposta às exigências inerentes à Declaração Ambiental, emitida no âmbito da avaliação ambiental do plano, que obriga a uma monitorização anual, que consubstancia o disposto no n.º 2, do art.º 11.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, considerou-se pertinente a elaboração anual do presente documento, de forma a avaliar e monitorizar o desempenho dos vários indicadores, as ações e objetivos implementados e o grau de concretização dos mesmos, favorecendo, assim, o desenvolvimento da programação estratégica anual do município.

3. METODOLOGIA

O presente REOT tem como principal objetivo central, avaliar e monitorizar o estado do ordenamento do território do concelho de Pombal, tendo por base um sistema de indicadores e a aferição da execução dos objetivos propostos nos IGT em vigor, e os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar informação anual sobre o estado do ordenamento do território;
- Prover a administração e demais serviços municipais de um instrumento sintético de caracterização e diagnóstico, de apoio à tomada de decisão ao nível do ordenamento do território;
- Constituir-se como elemento de informação em matéria de ordenamento para os munícipes.

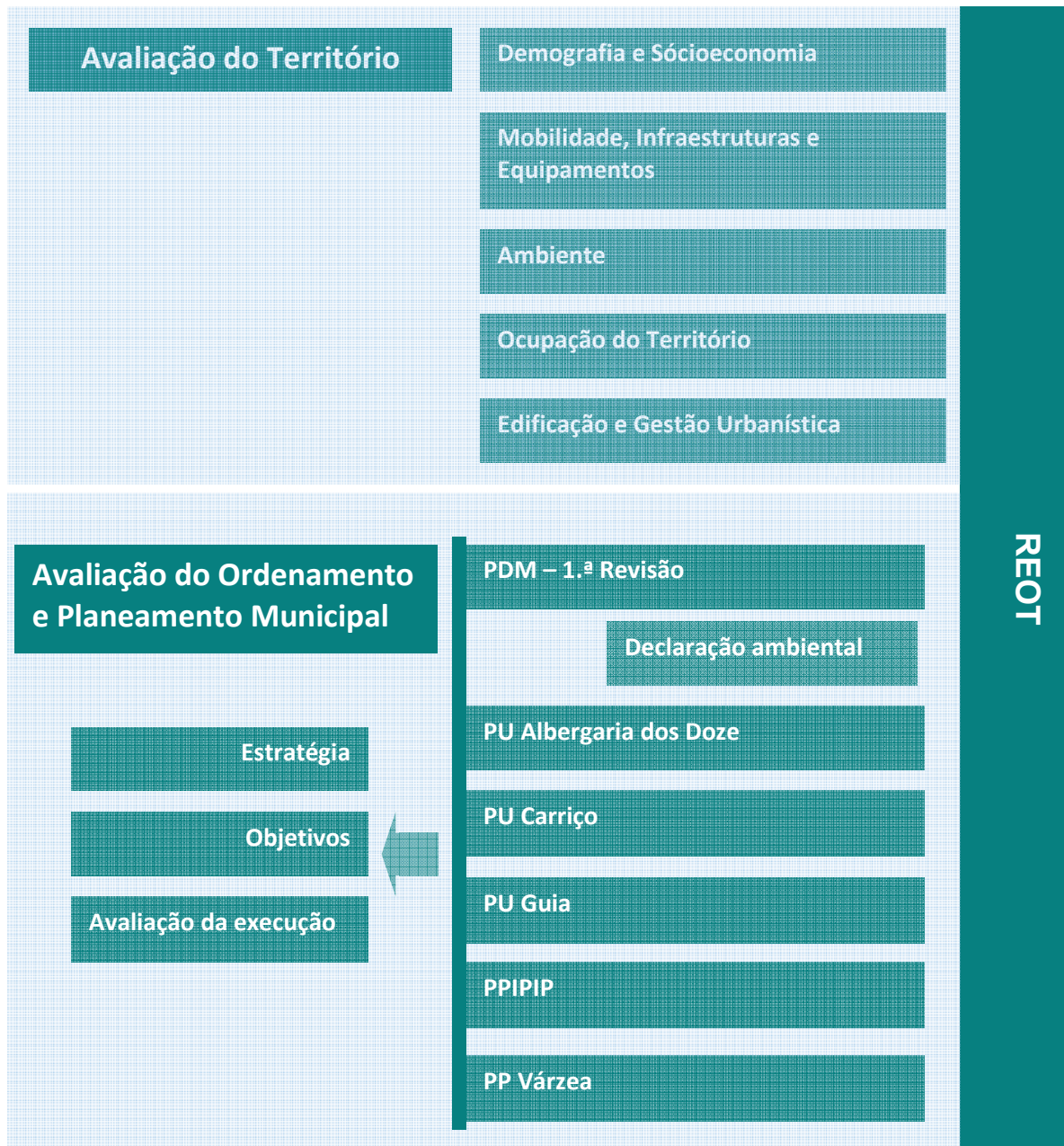
O presente relatório encontra-se estruturado em dois grupos que se complementam e convergem na prossecução dos objetivos subjacentes ao presente plano:

- 1) Avaliação do Território - apresentando um modelo conceptual baseado num sistema de indicadores estratégicos quantificáveis que permitem avaliar as principais dinâmicas concelhias e refletem os principais domínios do desenvolvimento sustentável (demográfico, social, económico, mobilidade, infraestruturaração, ambiente e urbanístico) ;

Para cada indicador elaborou-se um quadro com a unidade de análise, fonte de informação, periodicidade de análise dos dados, e tendência de evolução futura (se aplicável), assim como a sua apresentação gráfica e descrição dos principais aspetos subjacentes.

- 2) Avaliação do Ordenamento e Planeamento Municipal – apresentando a análise, avaliação e monitorização do cumprimento e execução dos objetivos dos instrumentos de gestão territorial em vigor no concelho, integrando ainda os indicadores presentes na Declaração Ambiental.

Neste sentido foi avaliada a execução do Plano Diretor Municipal - 1.^a Revisão (Abril a Dezembro de 2014), do Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze (2009-2014) , do Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço (2008-2014) , do Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia (2008-2014), do Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal (2008-2014), e do Plano de Pormenor da Zona da Várzea (1995-2014).



4. O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Para uma leitura imediata e sistematizada apresenta-se neste quadro síntese um conjunto de indicadores de enquadramento geral e socioeconómico.

Domínio	Indicador	Ano	Valor
Território	Área do concelho (ha)	2014	62600,28
	Altitude Mínima (Metros)	2014	0
	Altitude Máxima (Metros)	2014	559
	Comprimento Máximo Norte-Sul (km)	2014	26
	Comprimento Máximo Este-Oeste (km)	2014	33
	Número de freguesias (n.º)	2014	13
	Cidades Estatísticas (n.º)	2014	1
	Vilas Estatísticas (n.º)	2014	2
Demografia	População Residente (n.º)	2011	55217
	Densidade Populacional (hab/km2)	2011	88,2
	Varição da População Residente (2001/2011)	-	-1,92
	Numero de Famílias (n.º)	2011	21260
	Índice de Envelhecimento	2013	177,7
	Taxa de natalidade (‰)	2013	6,6
	Taxa de mortalidade (‰)	2013	12,8
	Índice de Dependência de Idosos	2013	37,4
População por Grupos Etários	0-14	2011	7728
	15-24	2011	5862
	25-64	2011	28457
	65 e mais	2011	13170
Habitação	Edifícios	2011	29897
	Edifícios Principalmente Residenciais	2011	28538
	Alojamentos	2011	34130
	Residência Habitual	2011	21053
	Alojamentos Vagos	2011	5081
	Alojamentos Residência Secundaria	2011	7942
	Alojamentos sem abastecimento de agua	2011	214
Economia	Setor Primário (%)	2011	3,2
	Setor Secundário (%)	2011	38,9
	Setor Terciário (%)	2011	57,9
	Taxa de Atividade (%)	2011	42,72
	Taxa de Desemprego (%)	2011	9,14
	Estadia media por hóspede em estabelecimentos hoteleiros (n.º)	2008	1,6
	Indicadores Sociais	Médicos por 1000 habitantes	2012
PIB per capita	2009	73,4	
Taxa de analfabetismo (%)	2011	10,32	
Valor médio anual prestação velhice (€)	2008	3349	
Indicadores Urbanísticos	Arruamentos Municipais (km)	2012	600,36
	Estradas Nacionais (km)	2012	90,74
	IC (km)	2012	86,1
	Autoestradas (km)	2012	52,04

4.1 Demografia e Socioeconomia

A01 – População Residente

A02 – Densidade Populacional

A03 – Estrutura Etária

A04 – Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

A05 – Taxas de crescimento (efetivo, natural e migratório)

A06 – Índice de dependência

A07 – Qualificação da População / Analfabetismo

A08 – População Ativa

A09 – Emprego

A10 – Agricultura

A11 – Atividades Económicas - Indústria transformadora (CAE C) e Construção (CAE F)

A12 – Atividades Económicas - Comércio (CAE G)

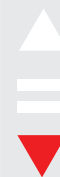
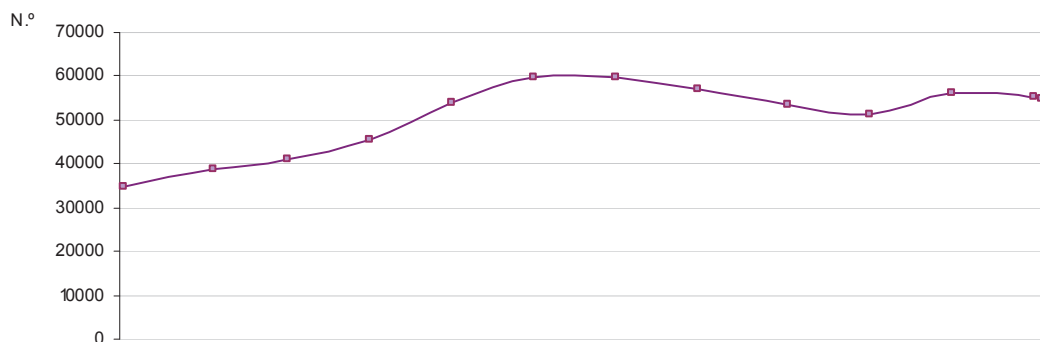
A13 – Atividades Económicas - Serviços

A14 – Atividades Económicas - Turismo

A 01 População Residente

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Recenseamentos gerais da população e Censos estatísticos (1900 a 2011), Estimativas Provisórias de População Residente (2012,2013) , INE

Tendência


Evolução da População Residente no concelho de Pombal entre 1900 e 2013 (2012 e 2013 – estimativa)


	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2012	2013
Pombal	34840	38596	41094	45357	53850	59925	59931	56890	53724	51357	56299	55217	54624	54201

Evolução da população total por freguesia 2001 a 2011

Freguesia	2001		2011		
	N.º	%	N.º	%	
Abiúl	3090	5,5	2729	4,9	
Almagreira	3075	5,5	3076	5,6	
Carnide	1722	3,1	1647	3,0	
Carriço	3872	6,9	3653	6,6	
Louriçal	5095	9,0	4720	8,5	
Meirinhas	1732	3,1	1775	3,2	
Pelariga	2291	4,1	2176	3,9	
Pombal	16049	28,5	17187	31,1	
Redinha	2363	4,2	2117	3,8	
Vermoil	2855	5,1	2656	4,8	
Vila Cã	1725	3,1	1659	3,0	
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	2726	4,8	6438	11,7
	Ilha	1862	3,3		
	Mata Mourisca	1942	3,4		
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Albergaria dos Doze	1745	3,1	5384	9,8
	Santiago de Litém	2550	4,5		
	S. Simão de Litém	1605	2,9		
Concelho	56299	100	55217	100	

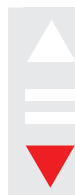
O concelho de Pombal registou no último século uma evolução, nem sempre linear, da sua população residente. Períodos de crescimento, intercalados com períodos de regressão populacional, foram o resultado de fatores diversos e lógicas demográficas que passaram pela emigração, industrialização e ressurgimento da capital concelhia como pólo atrativo da população circundante.

De facto, até 1991, o concelho de Pombal deu sinais de regressão populacional com a diminuição do número de efetivos, o aumento do peso dos idosos e a diminuição da taxa de natalidade, no entanto, na década de 90 observou-se uma inversão desta tendência, registando o concelho um crescimento populacional na ordem dos 9,5%. Esta tendência de crescimento veio a ser interrompida na última década, sendo que o concelho registou uma nova regressão populacional de -1,92% (2001-2011).

A 02 Densidade Populacional

Unidade: Hab/km²
Periodicidade: Anual
Fonte: Censos 2011, CAOP 2013

Tendência



Densidade populacional por freguesia no concelho de Pombal, 2011

Freguesia	Área (Km ²)	População residente	Densidade Populacional
Abiúl	54,14	2729	50,4
Almagreira	42,61	3076	72,2
Carnide	22,31	1647	73,8
Carriço	83,05	3653	44,0
Louriçal	47,66	4720	99,0
Meirinhas	8,89	1775	199,7
Pelariga	26,35	2176	82,6
Pombal	93,98	17187	182,9
Redinha	41,39	2117	51,1
Vermoil	22,8	2656	116,5
Vila Cã	31,57	1659	52,5
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	80,37	6438	80,1
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	70,88	5384	76,0
Total Pombal	626,03	55217	88,2

De acordo com os censos (2011), a população residente no concelho de Pombal, no ano de 2010, era de 55217 habitantes distribuídos por 626,0028km², o que corresponde a uma densidade populacional concelhia de 88,2 hab/km².

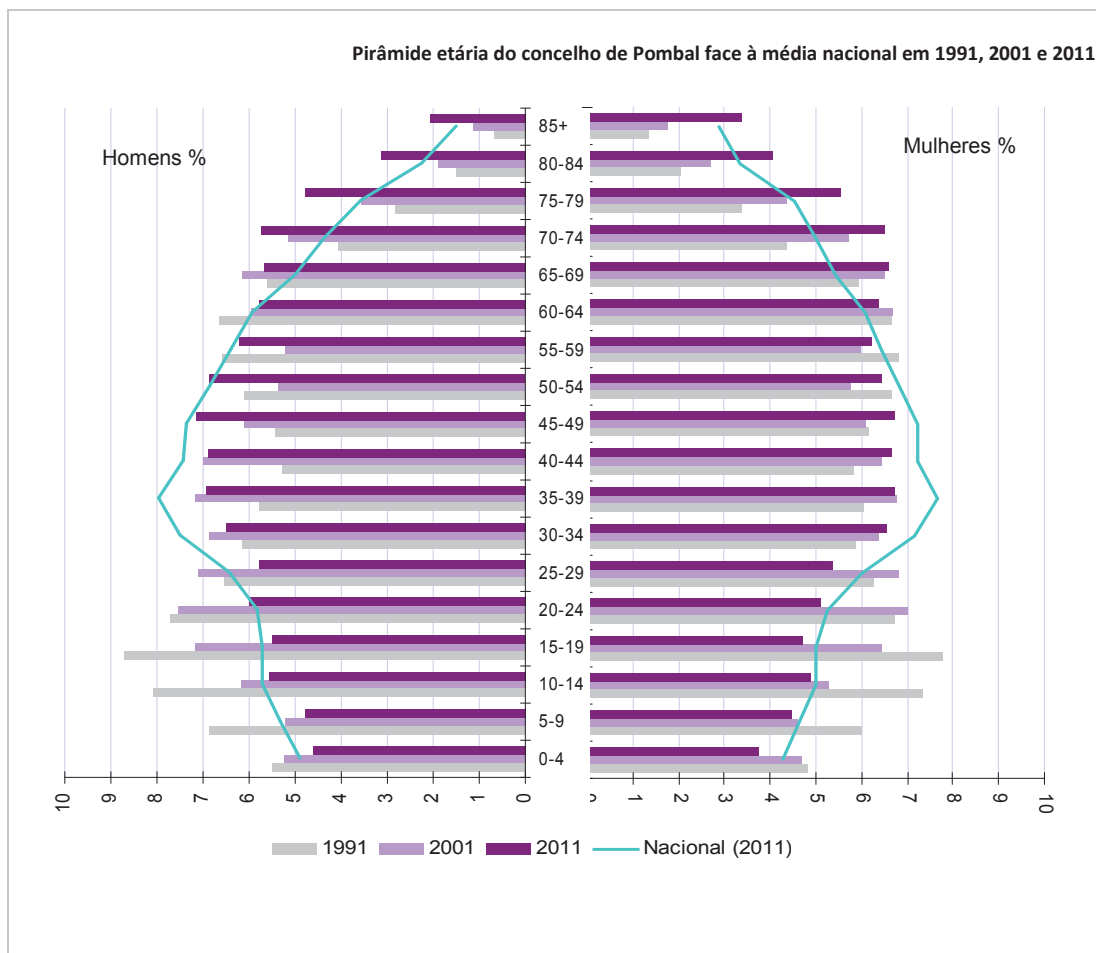
A existência de eixos de desenvolvimento económico, associado aos principais eixos viários do concelho, justifica que, a uma maior proximidade destes, corresponda uma densidade populacional mais alta, e a um maior afastamento, pelo contrário, corresponda uma menor densidade populacional. Este fator assume especial importância nas seguintes situações: eixo viário da Estrada Nacional n.º 1 (Leiria – Coimbra) sobretudo no seu troço Meirinhas-Pombal, a justificar os valores altos registados nas freguesias de Meirinhas (199,7hab/km²), Pombal (182,9hab/km²), e Vermoil (116,5hab/km²), e eixo ferroviário da linha do Norte, associado às freguesias de Vermoil, Pombal e União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, que assumiu uma importância vital no seu desenvolvimento populacional (anos 30 e 40) mas que se encontra atualmente em fase de declínio.

Neste sentido também o substrato litológico manifesta uma grande variabilidade e influência, tanto na parte litoral do concelho, onde o sistema dunar impede a presença humana, (Carriço - 44hab/km²), como no maciço calcário da Serra de Sicó, onde a litologia existente (solos calcários de elevada permeabilidade , associados a área de declives acentuados) impede, não só a mecanização da atividade agrícola e a consequente transformação dos sistemas agroflorestais, mas também a edificação.

A 03 Estrutura Etária

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011, INE

Tendência

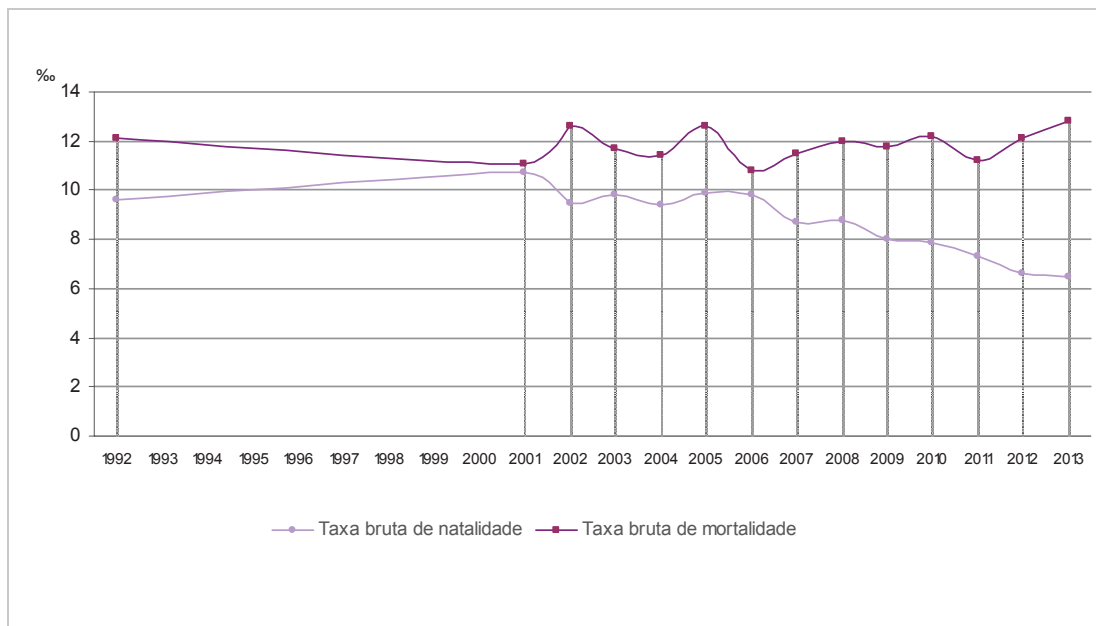
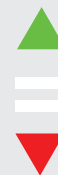


A consolidação de um processo de duplo envelhecimento demográfico, traduzido no decréscimo do peso dos jovens e no crescimento do peso dos idosos no conjunto da população residente, é, a este nível, o traço fundamental da evolução registada entre 1991 e 2011, refletindo-se, respetivamente, pelo estreitamento da base e pelo alargamento do topo da pirâmide.

A 04 Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

Unidade: Permilagem (‰)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos e Censos estatísticos, Estimativas Provisórias de População Residente (2012,2013), INE

Tendência



No que concerne ao movimento natural da população, o concelho de Pombal apresenta uma taxa de natalidade, que se cifrava em 2013, em 6,6‰, e uma taxa de mortalidade de 12,8‰ o que evidencia um crescimento natural negativo.

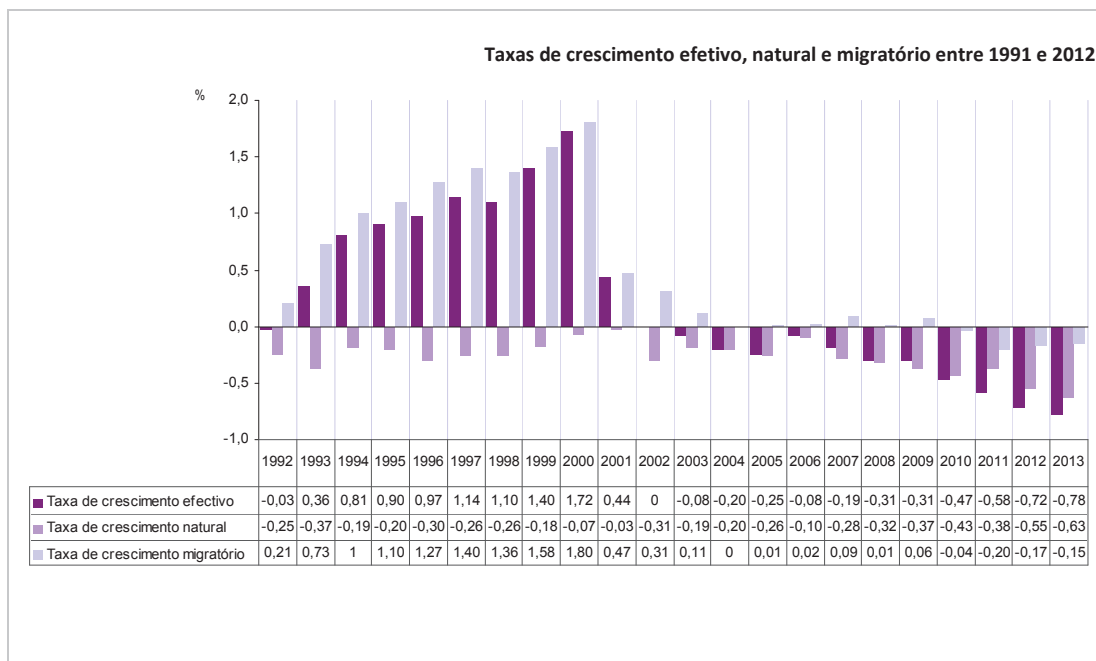
Desde 1992 a taxa de natalidade tem vindo a registar uma tendência regressiva e a taxa de mortalidade variações anuais que atingiram o seu máximo no ano de 2013.

A quebra que vem sendo observada na taxa de natalidade, associada a uma estabilização dos níveis de mortalidade e a um aumento da esperança média de vida, têm conduzido ao envelhecimento progressivo da população e a um índice de envelhecimento de 170,4, em 2011. Nos últimos anos este índice registou, a nível concelhio, um incremento, sendo de 171,9, em 2012 e 177,7, em 2013.

A 05 Taxas de crescimento (efetivo, natural e migratório)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos (1991-2012), INE

Tendência



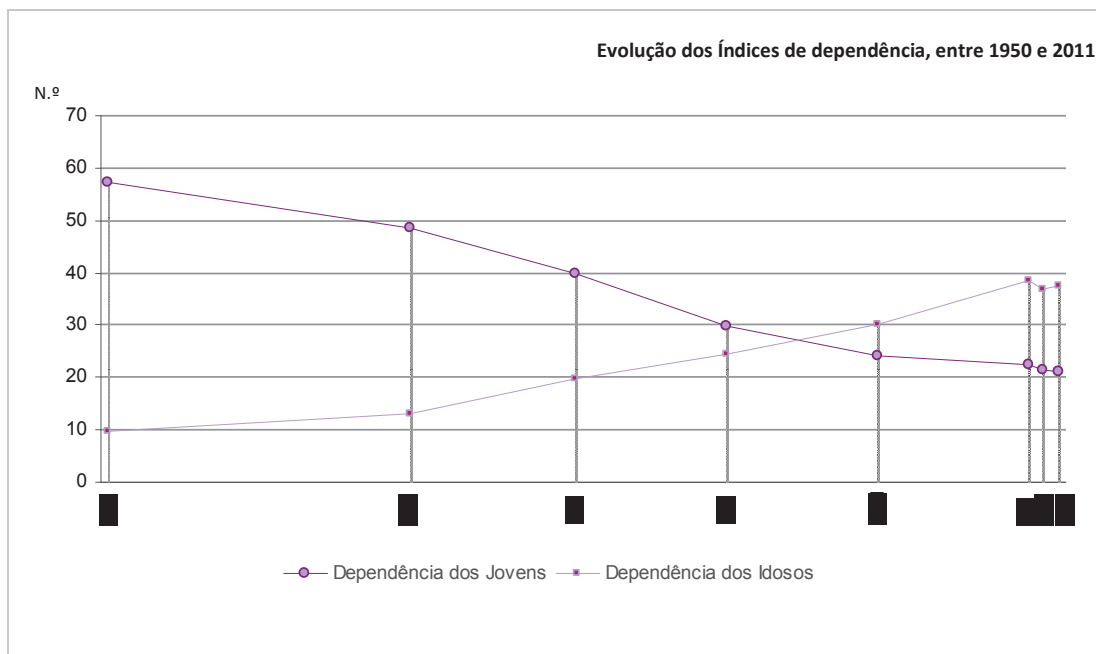
No que concerne ao crescimento natural, a tendência instalada progride no sentido de uma redução dos níveis de fecundidade da população residente, atualmente de 33%, influenciando negativamente a proporção de crianças e jovens, o que se reflete diretamente na capacidade endógena de substituição das gerações.

A evolução demográfica do concelho resultou ainda de dinâmicas associadas aos movimentos migratórios que explicam de forma decisiva as variações populacionais. De facto, a análise dos últimos períodos intercensitários reflete inversões de comportamento com sentidos opostos no que toca à trajetória de crescimento natural e de crescimento migratório que podem ser sistematizadas em períodos diferenciados: o período 1991 a 2001, marcado por um incremento positivo dos fluxos migratórios e o conseqüente aumento da taxa de crescimento efetivo; e o período 2001 a 2011, marcado pelo forte peso que assumiu a saída de residentes do concelho (-82 residentes em 2013), a par da dinâmica negativa de crescimento natural, registada a partir da década de 80, dando origem a um saldo efetivo negativo, à data de 2013, de -341 habitantes, que se traduz numa taxa crescimento efetivo de 0,78%.

A 06 Índice de Dependência

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Indicadores demográficos, INE

Tendência



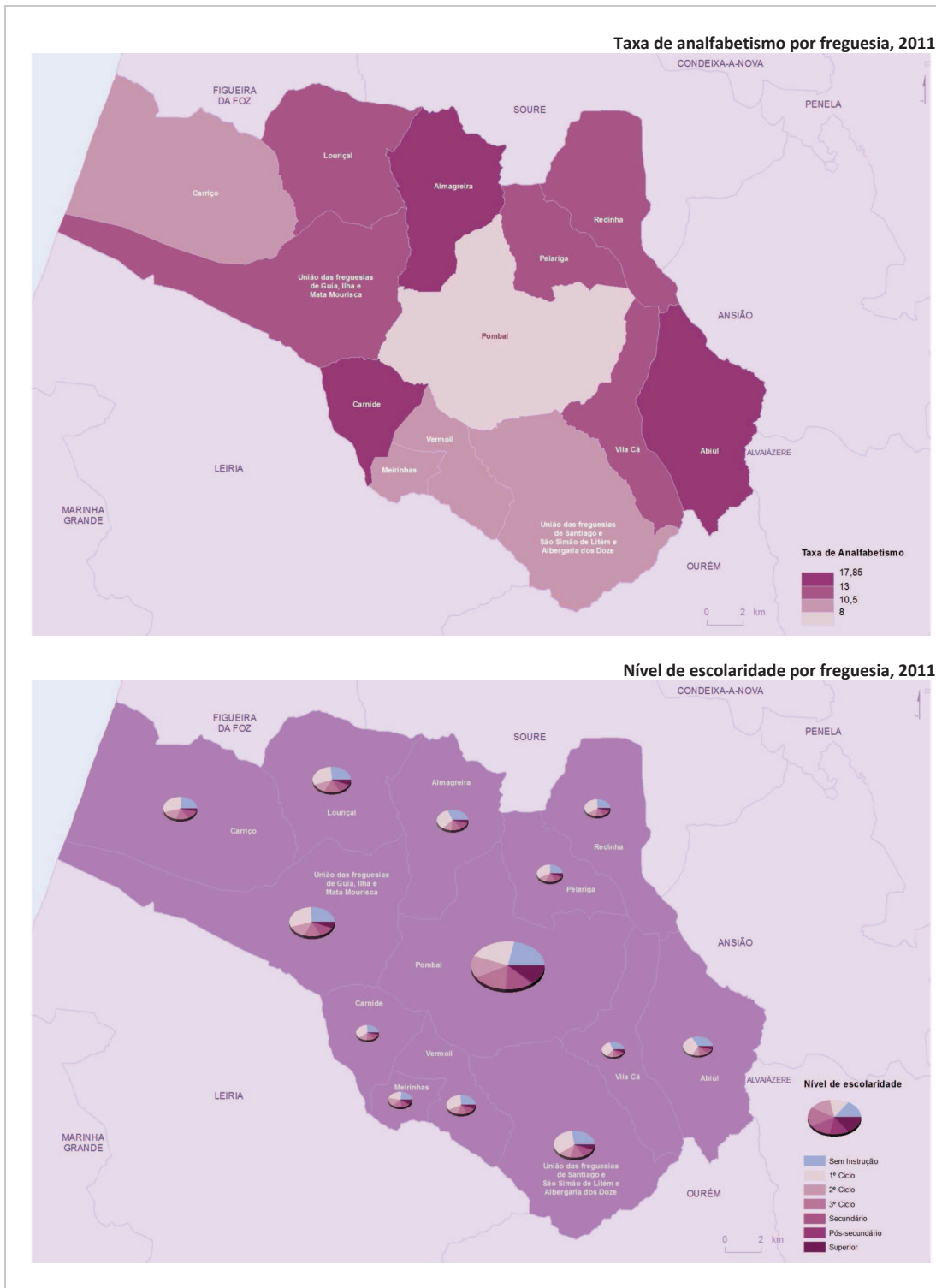
A evolução do volume absoluto e relativo dos idosos e dos jovens, pode ser analisado face aos seus índices de dependência. Se em 1950 existiam aproximadamente 57 jovens por cada 100 adultos (população ativa) e apenas 10 idosos por 100 adultos, valores reveladores de uma estrutura piramidal crescente, em que a renovação geracional estava completamente assegurada, em 2011 a situação inverteu-se com uma diminuição do número de jovens de apenas 22,6 por 100 ativos e um aumento da população idosa para 38,6 idosos por 100 ativos. Em 2013, segundo dados provisórios do INE, estima-se um ligeira diminuição do índice de dependência dos idosos (37,4) assim como uma diminuição do índice de dependência de jovens, cifrando-se o mesmo nesta data em 21.

Assistiu-se assim a uma diminuição gradual do índice de dependência total, no entanto esta resultou da diminuição do número de jovens, o que a médio e longo prazo poderá indiciar um fraco grau de sustentabilidade, por via da não substituição de gerações.

A 07 Qualificação da População / Analfabetismo

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 2011, INE

Tendência



Demografia, Sociedade e Economia

O concelho de Pombal apresentava , em 2011, uma taxa de analfabetismo de 10,32%, valor manifestamente inferior ao registado no ano de 2001 (16,2%). As freguesias com carácter mais rural são aquelas que apresentam taxas superiores à média concelhia, no entanto é necessário realçar que a diminuição desta taxa entre 2001 e 2011 é sinonimo de uma melhoria do nível de ensino, maior percentagem de população jovem com acesso a equipamentos escolares e maior investimento e preocupação das famílias na educação dos filhos. Destacam-se pela elevada diminuição da taxa de analfabetismo as freguesias de Abiúl, Almagreira e Meirinhas, sendo a última a única que apresenta valores próximos das médias regionais.

Em termos de níveis de escolaridade da população residente, apenas 28% da população detém o 1.º ciclo do ensino básico, ao qual se poderão acrescentar 25% da população sem instrução. Desta forma temos 50% da população concelhia com escolaridade inferior ao 2.º ciclo.

Ao nível das freguesias, verificamos que são as freguesias de Pombal e Meirinhas as que apresentam maiores nível de escolaridade, sendo que, a população detentora de nível superior representa 11% e 8% respetivamente, da população residente nestas freguesias.

Já os níveis de escolaridade inferiores, ou seja, a população sem instrução ou com o 1.º ciclo, registam-se maioritariamente nas freguesias de Abiúl (66% da população residente), Vila Cã (63%), Almagreira (62%) e União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze (60%). Intrinsecamente relacionado com o mencionado, estas freguesias apresentam elevados índices de envelhecimento, superiores a 200, e taxas de analfabetismo¹ elevadas.

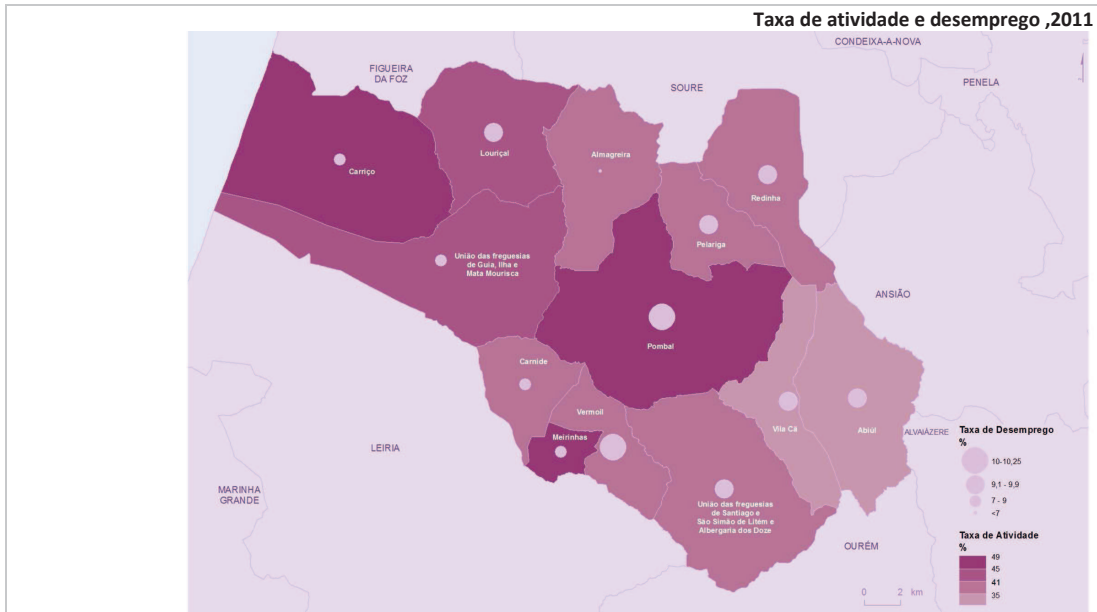
A melhoria do nível de ensino, maior percentagem de população jovem com acesso a equipamentos escolares e maior investimento e preocupação das famílias na educação dos filhos, foram fatores preponderantes para a diminuição, na última década, da taxa de analfabetismo em 5,9%, fixando-se a mesma, à data de 2011, em 10,31%.

¹ Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

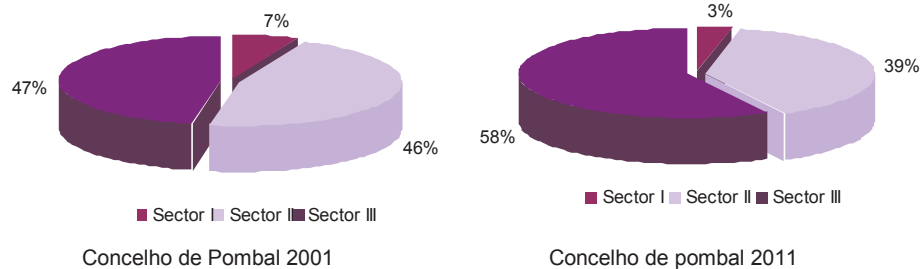
A 08 População Ativa

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Decenal
Fonte: Censos 2001 e Censos 2011, INE

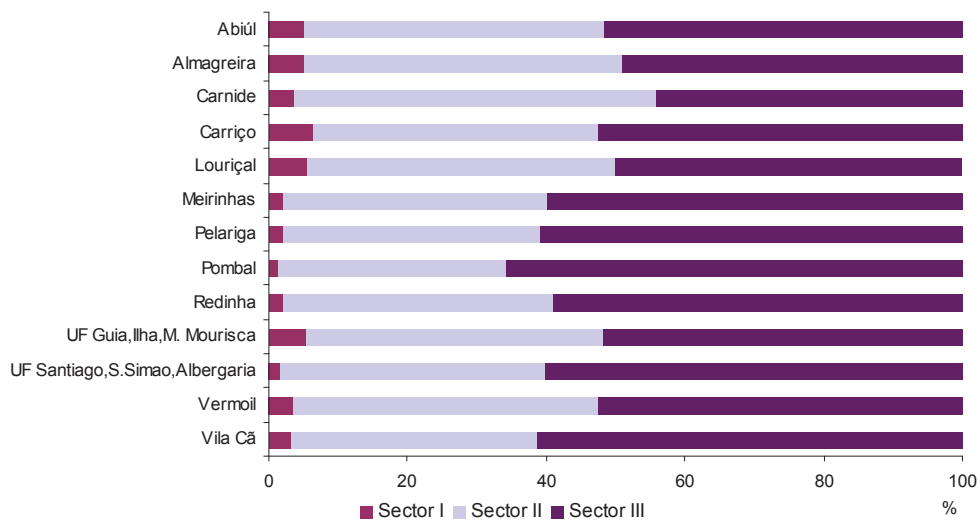
Tendência



População ativa por setores de atividade na Região Centro, Pinhal Litoral e Pombal, 2001 e 2011



População ativa por setor de atividade e freguesia, em 2011



No concelho de Pombal a população ativa², em 2011, era constituída por 23587 indivíduos, dos quais 21430 indivíduos empregados e 2157 indivíduos desempregados, correspondentes a uma taxa de atividade³ de 42,72%, e uma taxa de desemprego⁴ de 9,1%.

Das dinâmicas observadas nas taxas em análise para o concelho de Pombal, entre 2001 e 2011, é necessário realçar o aumento residual da taxa de atividade 1,4%, face a um aumento exponencial da taxa de desemprego (168,8%).

Podemos afirmar que o setor de atividade dominante no concelho é o setor terciário (58%) em detrimento do setor primário com apenas 3% da população total ativa. O setor secundário emprega 39% da população ativa com um total de 8328 trabalhadores.

As freguesias com maior percentagem de população ativa no setor primário o Carriço (7%), Louriçal (6%) , União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca (5%) Almagreira (5%) e Abiúl (5%). Na freguesia do Carriço, verifica-se um elevado número de ativos empregados no setor da madeira/ floresta; na freguesia de Abiúl, o valor obtido decorrente mormente da sua posição de interioridade concelhia, associada à sua localização no maciço da Sicó, onde as atividades agrícolas ainda se encontram evidentes ao longo de toda a sua área, não só pela prática de agricultura de subsistência, mas também por atividades agrícolas associadas a espécies como o olival; as restante freguesias registam uma vincada tradição agrícola muitas vezes associada à proximidade à ribeira de Carnide .

O setor secundário regista o maior numero de ativos, superiores a 45%, nas freguesias de Carnide e Almagreira.

A freguesia de Pombal apresenta um elevado efetivo populacional afeto ao setor terciário, 66%, resultante do facto de estarmos na sede de concelho, local onde se encontram a maioria dos serviços de apoio à população, administração pública, turismo, imobiliário, entre outros, sendo que a população empregada engloba assim quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas , vendedores , pessoal administrativo e um conjunto de população empregada especializada, nomeadamente especialistas das profissões Intelectuais e científicas

² Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que, no período de referência, constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). INE.

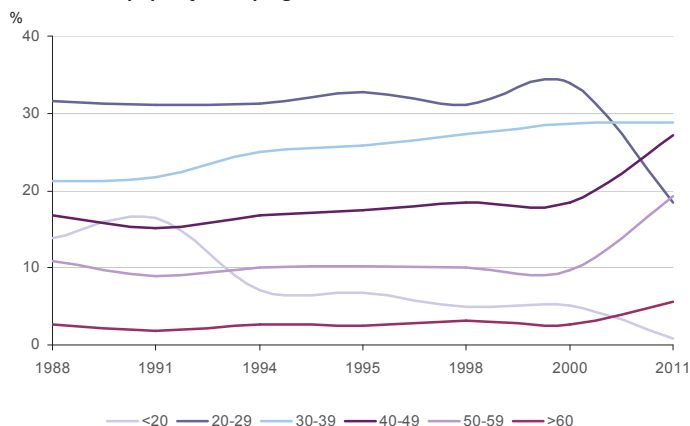
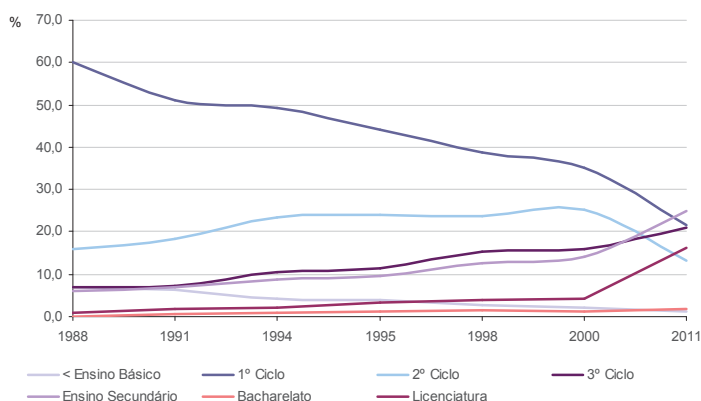
³ permite auferir o grau de dependência de uma população e medir a capacidade da força de trabalho e resulta da razão entre a população empregada e a população residente, numa determinada área e num determinado período de tempo.

⁴ Taxa de Desemprego = População Desempregada / População Ativa

A 09 Emprego

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual e Decenal
Fonte: MTSS, 2000 e Censos 2011

Tendência

Evolução da estrutura etária da população empregada no concelho de Pombal, entre 1988 e 2011

Evolução das habilitações literárias da população empregada no concelho de Pombal entre 1988 e 2011

População empregada por setor de atividade económica

Atividade económica (CAE Rev. 3)	Pop. Empg.	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	693	3,23
Indústrias extrativas	223	1,04
Indústrias transformadoras	4356	20,33
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	130	0,61
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	148	0,69
Construção	3471	16,20
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3977	18,56
Transportes e armazenagem	1112	5,19
Alojamento, restauração e similares	1148	5,36
Atividades de informação e de comunicação	217	1,01
Atividades financeiras e de seguros	334	1,56
Atividades imobiliárias	59	0,28
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	661	3,08
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	532	2,48
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	945	4,41
Educação	1254	5,85
Atividades de saúde humana e apoio social	1412	6,59
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	128	0,60
Outras atividades de serviços	381	1,78
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	248	1,16
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0
Total	21430	100

De uma forma geral, podemos afirmar que a população empregada do concelho de Pombal assume maior representatividade nos grupos etários entre 30 e 49 anos sendo estes responsáveis 55% da força de trabalho.

No que respeita à evolução da população empregada por faixas etárias, verificamos que a faixa etária 0-30 anos registou uma evolução negativa em contraponto com os escalões compreendidos entre os 40 e os 60 anos, registaram uma tendência inversa, que poderá ser justificada pelo envelhecimento da pirâmide etária concelhia, a par do aumento da taxa de desemprego jovem.

Estas tendências foram acompanhadas pela diminuição da proporção de trabalhadores que detêm como habilitação o primeiro ciclo do ensino básico (<2%) e pelo incremento dos habilitados com o ensino secundário (6% para 25%) ou que completaram um curso superior (1% em 1988 para 16,3% em 2011), situação extremamente positiva para o desenvolvimento e crescimento da estrutura empresarial local.

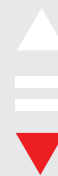
Em estreita relação com a dinâmica económica e sócio-demográfica local verificada nos últimos anos, a atividade com maior expressão empregadora, a nível sectorial, é a indústria transformadora (20,3%), seguindo-se o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos e o setor da construção (16,2%), sendo que registou uma queda de efetivos no último decénio superior a 5%.

Na generalidade, são as atividades terciárias as que revelam maior dinamismo, embora o seu desenvolvimento se deva essencialmente a lógicas dependentes dos mecanismos de reprodução económica e social de base local, com destaque para as Atividades de saúde humana e apoio social e o setor da Educação.

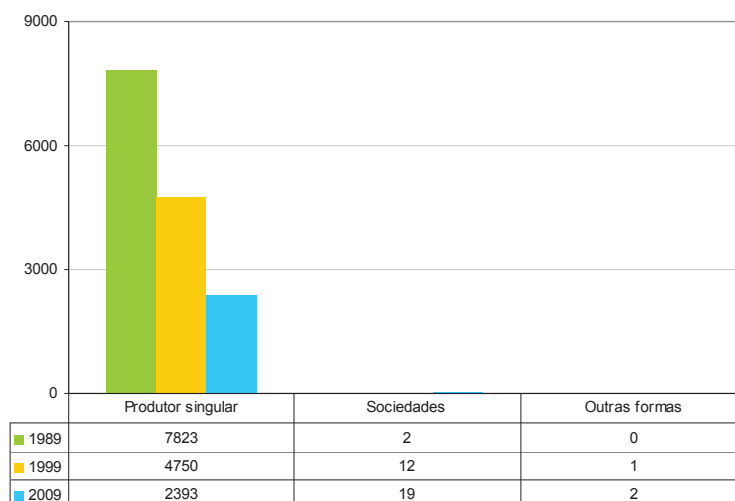
A 10 Agricultura

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Decenal
Fonte: RGA 1989, 1999 e RG 2009, INE

Tendência



Natureza jurídica das explorações, 1989-2009



Em 1999 existiam no concelho de Pombal 4750 produtores agrícolas singulares e a população agrícola ascendia a mais de 14 000 indivíduos, já em 2009, assistiu-se a uma diminuição de -49,6% para 2393 produtores e a população agrícola registou um decréscimo de 7792 indivíduos.

Em 2009, em consonância com os resultados dos recenseamentos anteriores, os produtores agrícolas caracterizavam-se por serem predominantemente do sexo masculino, com mais de 65 anos e com baixas qualificações (sem escolaridade ou ensino básico), o que evidencia uma estrutura produtiva de tipo familiar, assente em culturas em sistema de minifúndio, com baixos níveis de mecanização e, conseqüentemente, fracos níveis de produtividade. Estamos perante uma produção que se destina a autoconsumo, como complemento de rendimentos do trabalho ou de pensões de reforma.

No que respeita à estrutura fundiária, Pombal apresenta um total de 2414 explorações, valor manifestamente inferior às 4763 explorações existentes em 1999.

Em termos de natureza jurídica, as explorações agrícolas pertenciam, em 1999, quase exclusivamente (98%) a produtores singulares autónomos, sendo que apenas 76 explorações eram geridas por produtores singulares empresários (1,3) ou por sociedades (3%). Atualmente, pese embora os produtores singulares continuem a registar um peso significativo, a diminuição da sua representatividade foi uma das características mais marcantes da atividade agrícola concelhia, principalmente quando analisamos o número de sociedades existentes que aumentou o seu valor absoluto de 12 para 19 explorações (1999-2009).

A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) apresenta uma área total de 4108ha, face aos 7618ha registados em 1999, assumindo neste contexto um valor médio de 1,6 hectares por exploração, que, segundo a natureza

dos regimes de propriedade da exploração, é explorada por conta própria (86,3%), sendo marginal a área que é ocupada sob contratos de arrendamento ou outras formas de exploração.

Os índices de mecanização das explorações agrícolas (ou nível de equipamento das explorações) calculados para o concelho registaram uma evolução muito positiva entre 1989 e 2009, com o número de explorações em que existe pelo menos um trator a manifestar um incremento de 49,5%.

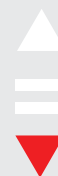
Desta forma, podemos constatar que mais de metade das explorações possuíam trator (67%) face a 17,5% registados em 1989 e mais de 25% motoenxadas, valores que indiciam um relativo nível de mecanização mas insuficiente quando enquadrados numa lógica de competitividade e desenvolvimento agrícola.

Face ao mencionado podemos concluir que em Pombal predominam as culturas intensivas, em explorações de pequena/ média dimensão, com níveis de profissionalização e mecanização cada vez mais significativos. Os resultados económicos da atividade agrícola são encarados pela maioria dos produtores numa perspetiva de complemento dos rendimentos de outra atividade profissional principal, que ocupa a maioria do tempo de trabalho dos indivíduos, ou como complemento de pensões de reforma, dada a avançada idade da maioria dos produtores agrícolas. Tal situação não impede que Pombal assuma uma grande importância em termos de áreas cultivadas, o que se repercute a jusante no surgimento de importantes unidades dedicadas à transformação agroalimentar, nomeadamente as relacionadas com a atividade agrícola.

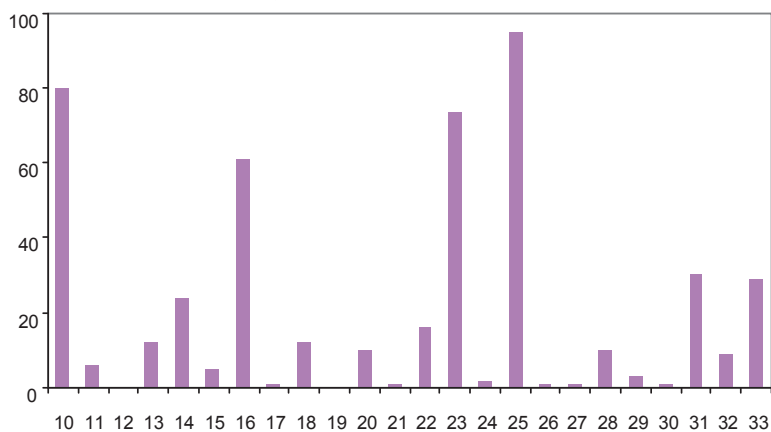
A 11 Atividades económicas – Indústria transformadora (CAE C) e Construção (CAE F)

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Censos 2011 e Anuário estatístico da região Centro 2011, INE

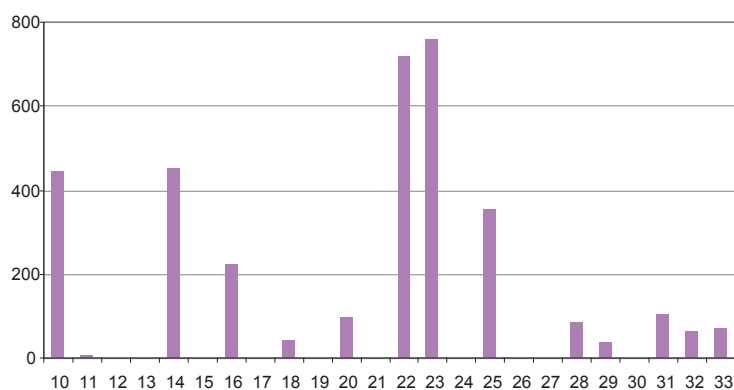
Tendência



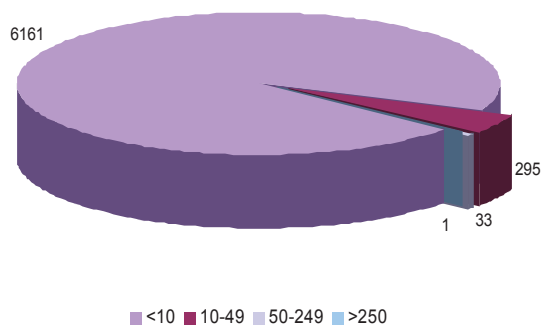
N.º de empresas existentes no concelho de Pombal em 2010, CAE C



N.º de Pessoas ao serviço no concelho de Pombal, 2010⁵



Pessoas ao serviço por escalão, CAE C, 2010



Demografia, Sociedade e Economia

⁵ Informação não disponível para as CAE 13, 15, 17, 21, 24, 26, 27 e 30

No que respeita ao concelho de Pombal, importa referir que a indústria transformadora é uma das maiores atividades do concelho, quer em número de empresas (com 7,4% do total de empresas), quer em população empregada (19%). Pombal evidencia, segundo o número de empresas a operar e o volume de emprego que envolvem, alguma especialização relativa na fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, indústria alimentar e fabrico de outros produtos minerais não metálicos. De salientar a fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas que tem vindo progressivamente a implantar-se na estrutura produtiva local, com um total de 719 pessoas empregadas.

O peso da indústria transformadora existente no concelho permite verificar que o setor de atividade relacionado com a fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis assume um peso muito importante no total quer de emprego que de volume de negócios, uma vez que assume valores que rondam os 39% do total.

Do ponto de vista da estrutura empresarial, a generalidade das atividades industriais sediadas em Pombal constituem micro e pequenas empresas, tanto em termos de número de trabalhadores ao serviço, como de volume de vendas. Desta forma, do total das 6490 empresas sediadas no concelho, apenas uma têm mais de 250 pessoas ao serviço, pelo que a maioria, 94,9%, são micro empresas com <10 empregados.

Na estrutura produtiva de Pombal predominam as empresas de construção, ascendendo este setor a 25% do total das empresas com sede no concelho e a 26% da população ao serviço. A atual posição de destaque do setor da construção, com o maior número de empresas, num total de 1585, é fruto da evolução registada ao longo dos anos 90, em que se observaram significativos movimentos de crescimento da atividade. Esse dinamismo foi particularmente evidente nos primeiros anos da última década, tendo-se registado um abrandamento do ritmo de crescimento convertendo-se nos últimos em recessão do setor. Este decréscimo de 247 empresas em apenas 3 anos (2007-2010) é resultado da conjuntura económica atual, na qual se verifica uma estagnação de investimento no setor.

Esta regressão é igualmente observável no volume de negócios associados ao setor. Se em 2007, a atividade construtora encontra-se entre os setores que mais contribuíram para o crescimento económico do concelho com um volume de negócios 578 milhões de euros, atualmente este indicador cifra-se nos 295 milhões de euros, o que representa um decréscimo próximo de 50%.

A estrutura de emprego deste tipo de atividades surge, como seria de esperar, muito marcada pela presença de baixos níveis de habilitação e qualificação. A força de trabalho do setor da construção caracteriza-se ainda por apresentar uma estrutura etária consideravelmente jovem, em que 2/3 da mão de obra tem menos de quarenta anos de idade.

A 12 Atividades económicas – Comércio (CAE G)

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Censos 2011 e Anuário estatístico da região Centro 2011, INE

Tendência

Estrutura empresarial e emprego do setor do comércio, 2010

Setor de Atividade	% de emprego
Comércio de veículos automóveis	4,0
Manutenção e reparação de veículos automóveis	10,3
Comércio de peças e acessórios para veículos automóveis	3,2
Comércio, manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios	0,7
Agentes do comércio por grosso	0,6
Comércio por grosso de produtos agrícolas brutos e animais vivos	2,1
Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco	3,1
Comércio por grosso de bens de consumo, exceto alimentares, bebidas e tabaco	0,7
Comércio por grosso de outras máquinas, equipamentos e suas partes	2,9
Comércio por grosso de combustíveis, metais, materiais de construção, ferragens e outros produtos n.e.	6,1
Comércio por grosso não especializado	2,0
Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados	14,5
Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco, em estabelecimentos especializados	8,4
Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados	3,5
Comércio a retalho de equipamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em estabelecimentos especializados	1,0
Comércio a retalho de outro equipamento para uso doméstico, em estabelecimentos especializados	13,7
Comércio a retalho de bens culturais e recreativos, em estabelecimentos especializados	1,8
Comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados	20,1
Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda	0,7
Comércio a retalho não efetuado em estabelecimentos, bancas, feiras ou unidades móveis de venda	0,6
Total	100

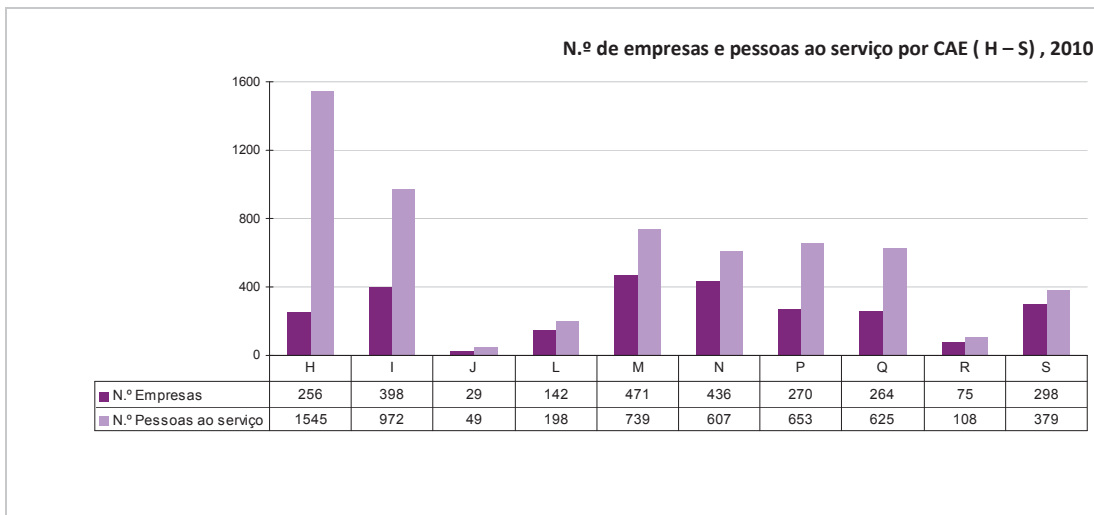
Em termos de estrutura do emprego o tecido produtivo (comércio) de Pombal empregava em 2010, 3977 pessoas e caracteriza-se por um elevado número de empresas de comércio a retalho de outros produtos, em estabelecimentos especializados e não especializados, sendo igualmente elevado o número de empresas e de estabelecimentos de comércio a retalho de outros equipamentos para uso doméstico.

O setor do comércio por grosso e a retalho ocupa a segunda posição em termos de n.º de empresas, com uma faturação que ascende a 472 milhões de euros, ou seja 32,3 do volume de negócios total registado no concelho.

A 13 Atividades económicas – Serviços

Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Censos 2011 e Anuário estatístico da região Centro 2011, INE

Tendência



Em Pombal, no setor dos serviços, excluindo a CAE G analisada no ponto anterior, é patente a importância das atividades de consultoria, científicas, técnicas e silimares (CAE M), quer pelo n.º de empresas superior a 400, quer pelo n.º de pessoas ao serviço (superior a 700). Já os transportes e armazenagem (CAE H) são uma das principais atividades económicas, responsáveis por 8% do emprego total do concelho e 4% do total de empresas.

Das restantes atividades de prestação de serviços, representam ainda expressão pelo número de estabelecimentos existentes as atividades administrativas e dos serviços de apoio, que incluem atividades de aluguer, de emprego, agências de viagens, serviços administrativos, entre outros. De referir que os subsectores associados ao setor terciário tem registado um aumento muito significativo, pode se constatar pelo incremento de população empregada em empresas/estabelecimentos de alojamento, restauração e similares (CAE I), Educação (CAE P) e atividades de saúde humana e apoio social (CAE Q).

A 14 Atividades económicas – Turismo

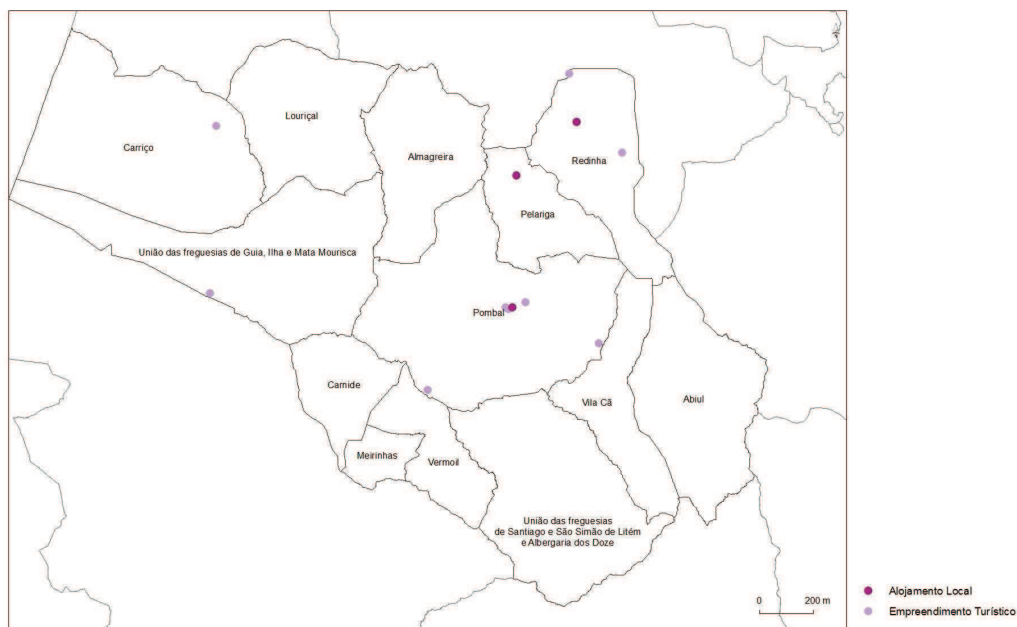
Unidade: Percentagem (%) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual e Decenal
Fonte: Censos 2011, INE e PDM Pombal (revisão)

Tendência



Alojamento disponível, 2012		
Freguesia	Designação	Tipologia
Cariço	Quinta dos Remédios	Turismo no Espaço Rural - Agro-Turismo
UF Guia, Ilha e Mata Mourisca	Hotel Lagoa do Linho	Hotel (2 Estrelas)
Pelariga	Motel Pantanal	Estabelecimento de Hospedagem
Pombal	Hotel Pombalense	Hotel (3 Estrelas)
	Belém Hotel	Hotel (2 Estrelas)
	Cardal Hotel	Hotel (3 Estrelas)
	Casa do Vale do Papo	Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
	Casa de Campo "Amarela do Vale"	Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
Redinha	Residencial Terrabela	Estabelecimento de Hospedagem
	Casa da Ti Lucinda	Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo
	Quinta de Sant'Ana	Estabelecimento de Hospedagem
	Quinta de S. João	Turismo no Espaço Rural - Casa de Campo

Empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local, no concelho de Pombal



Um notável património geomorfológico, arqueológico, arquitetónico, paleontológico, histórico e natural, com destaque, para a paisagem cársica da Serra de Sicó, os dinossauros de Andrés, o castelo de Pombal, a Mata Nacional do Urso e a praia do Osso da Baleia, fazem parte da imagem de marca turística do concelho de Pombal. Associados a estes surge uma oferta diversificada de produtos turísticos, desde o turismo histórico, ao sol - praia, passando pelos desportos de aventura e pelos circuitos turísticos que abrangem as várias freguesias do concelho.

Considerando o valor e oferta de recursos turísticos existentes, a atividade turística em Pombal encontra-se, segundo estatísticas dos equipamentos e estabelecimentos relacionados com essa atividade, nomeadamente dos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e outros locais de alojamento de curta duração, restaurantes e estabelecimentos de bebidas, numa fase de relativo crescimento.

A oferta de alojamento no concelho é constituída por estabelecimentos hoteleiros complementados e diversificados por outros locais de alojamento de curta duração, como parques de campismo, pousadas e turismo no espaço rural, num total de 12 estabelecimentos, cuja capacidade de alojamento ascende às 350 camas.

A taxa média de ocupação dos estabelecimentos, excluindo os dados referentes aos hotéis do concelho, no ano de 2011, fixou-se nos 25,5% para a totalidade dos estabelecimentos, traduzida numa estada média dos hóspedes de 1,2 noites. De facto durante o ano de 2011 registaram-se 28848 dormidas no concelho, para um total de 23565 hóspedes. Estes valores, que se podem considerar relativamente baixos, evidenciam um certo desajustamento entre a capacidade de oferta instalada, a qualidade da mesma e a procura que lhe é dirigida, sendo que os visitantes permanecem no concelho usualmente menos de 24 horas. A minimização desse desajustamento deverá passar pela implementação de estratégias de promoção da região, pese embora nos últimos anos haja uma aposta local e regional no setor turístico, e de melhoria da qualidade dos serviços prestados, tornando-a mais atrativa e dando-a a conhecer ao visitante.

Os restaurantes e os estabelecimentos de bebidas, ainda que se destinem, preferencialmente, à população local, fazem parte do pacote de serviços oferecidos aos turistas, o que justifica a sua consideração no conjunto das infraestruturas hoteleiras. Pombal conta, segundo a informação estatística disponível, com 87 restaurantes. No concelho de Pombal, os setores da restauração e do alojamento abarcavam, no final de 2011, um total de 398 empresas com 972 pessoas ao serviço, cabendo às mesmas um volume de vendas de cerca de 33,4 milhões de euros.

4.2 Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos

B01 – Rede Viária

B02 – Rede Ferroviária

B03 – Transportes Públicos de Passageiros

B04 – Abastecimento de Água

B05 – Saneamento

B06 – Equipamentos de Educação

B07 – Equipamentos de Saúde

B08 – Equipamentos de Desporto

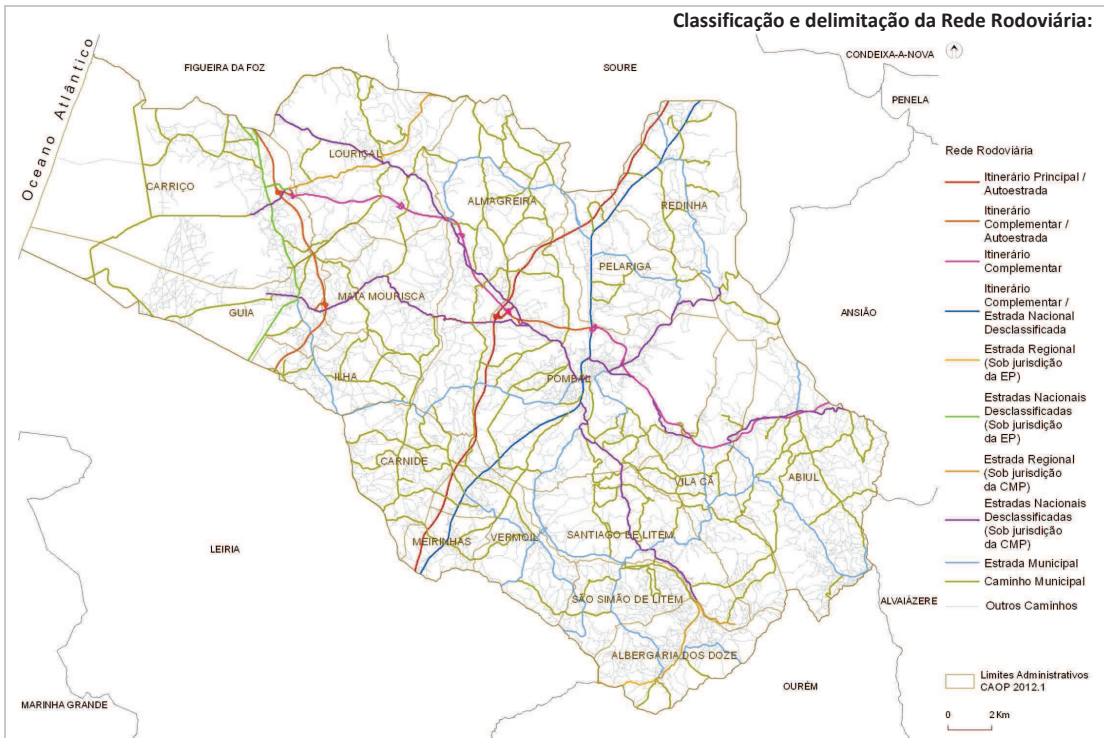
B09 – Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

B10 – Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

B11 – Outros Equipamentos

B 01 Rede Viária

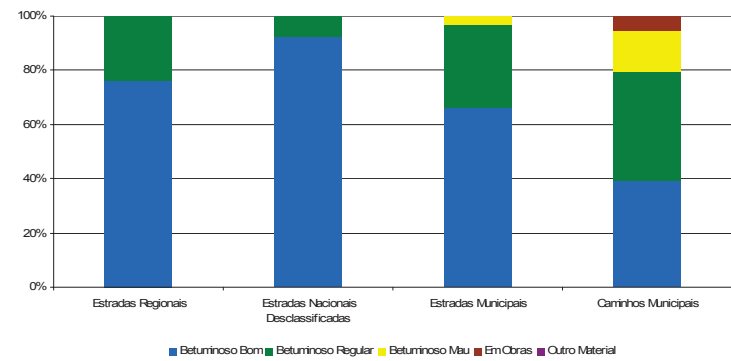
Unidade: Quilómetro (Km); percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)



Extensão da Rede Rodoviária:

Classificação	Km
Rede Rodoviária Nacional	115,7
Rede Nacional de Autoestradas	51,6
Estradas Regionais, sob jurisdição da EP	2,8
Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da EP	44,1
Estradas Regionais, sob jurisdição da CM	16,7
Estradas Nacionais Desclassificadas, sob jurisdição da CM	71,0
Estradas Municipais	114,3
Caminhos Municipais	401,2
Outros Caminhos	2408,9

Tipo e estado de pavimentos, em %, por hierarquização da Rede Rodoviária Municipal:



Mobilidade, Infraestruturas e Equipamentos

Rede Rodoviária Municipal com extensão de cerca de 3 015km.

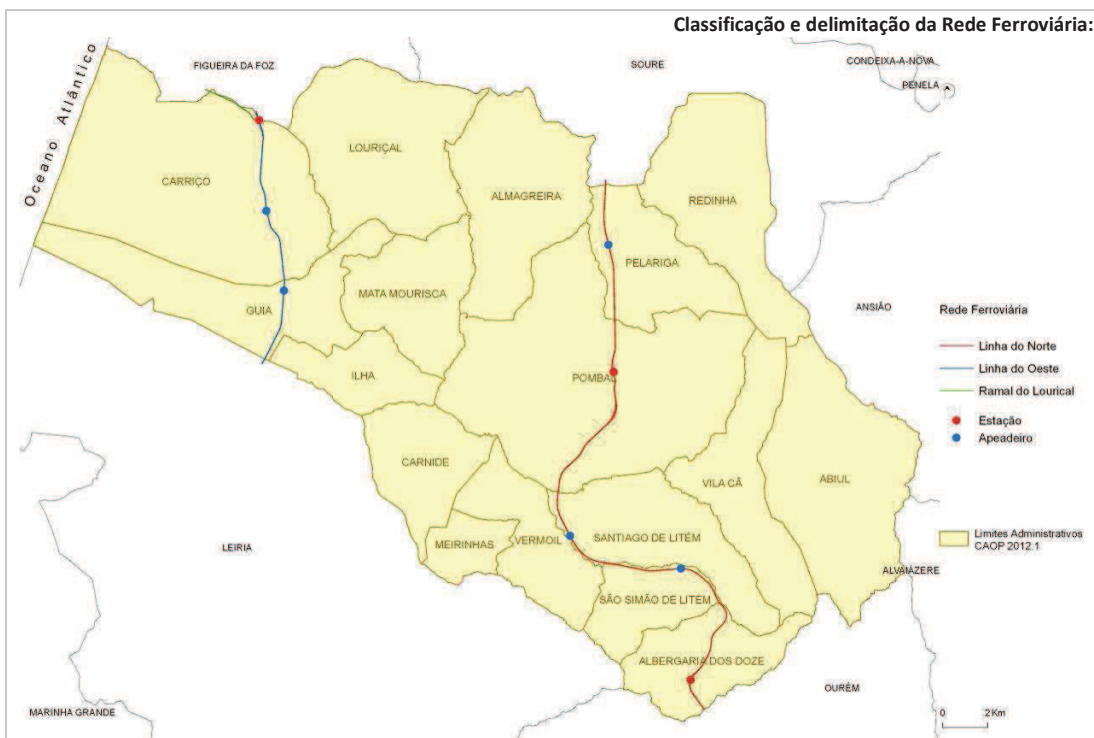
Mais de 65% das Estradas Municipais e cerca de 40% dos Caminhos Municipais encontram-se em bom estado de conservação.

Dos 402km de Caminhos Municipais apenas 15,3km se encontram em mau estado de conservação, assim como, nas Estradas Municipais, apenas se encontram 3,6km em mau estado de conservação

B 02 Rede Ferroviária

Unidade: Quilómetro (Km)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Linhas	Infraestruturas	Localização
Linha do Norte	Estações	Albergaria dos Doze Vermoil Pombal
	Apeadeiros	Litém
	Passagens de Nível	EN 350, em Albergaria dos Doze EM 532-1, em S. Simão de Litém EM 532-4, em Vermoil EN 1-6, em Barrocas
Linha do Oeste	Estações	Guia Louriçal
	Apeadeiros	Carricho
Ramal da Linha do Oeste	Ramal exterior Louriçal	CM 1032, na Guia Estrada Florestal, no Carricho CM 1021, em Silveirinha EN 109, no Louriçal
		Celbi/Soporcel, com duas passagens de nível entre o km 1,3 e o km 1,6

O concelho é atravessado no sentido Norte-Sul por 2 linhas em exploração, a Linha do Norte e a Linha do Oeste, sendo também interligado com o concelho da Figueira da Foz pelo Ramal do Louriçal.

B 03 Transportes Públicos de Passageiros

Unidade: Percentagem (%); minutos (min)
Periodicidade: -
Fonte: Censos 2011, INE

Tendência

Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, por local de residência e principal meio de transporte, em 2011, em %:

Freguesia	Nenhum - vai a pé	Autocarro	Comboio	Transporte coletivo da empresa ou da escola	Automóvel ligeiro - como condutor	Automóvel ligeiro - como passageiro	Motociclo	Bicicleta	Outro meio
Abiúl	6,1	13,0	0,4	8,2	55,0	15,7	0,6	0,2	0,8
Albergaria dos Doze	12,8	5,9	5,2	3,5	52,1	17,8	1,8	0,5	0,2
Almageira	5,9	9,8	0,4	9,6	56,9	15,5	1,5	0,4	0,1
Carnide	5,3	8,4	0,4	15,0	50,1	16,1	3,0	1,1	0,5
Cariço	6,5	11,3	0,6	7,4	52,5	12,9	3,8	4,4	0,6
Guia	15,2	6,1	0,3	3,5	51,4	17,6	2,2	3,2	0,5
Ilha	6,4	13,8	0,8	7,1	48,3	18,9	1,8	2,4	0,5
Louriçal	10,3	5,7	0,4	7,9	55,0	15,4	2,8	1,9	0,5
Mata Mourisca	7,7	8,8	0,3	11,2	52,1	15,7	2,1	1,3	0,8
Meirinhas	16,5	2,9	0,6	2,0	50,7	24,5	1,4	1,2	0,1
Pelariga	7,6	8,1	0,7	1,8	57,7	22,0	1,1	0,6	0,5
Pombal	15,5	6,5	0,9	2,0	51,3	21,8	0,7	0,7	0,6
Redinha	5,7	12,0	0,2	4,6	57,5	17,4	1,9	0,5	0,2
Santiago de Litém	4,5	7,9	2,8	6,9	55,0	19,1	2,0	0,6	1,2
São Simão de Litém	5,6	9,2	5,1	6,9	52,7	18,3	1,1	0,0	1,1
Vermoil	9,1	7,5	1,5	9,8	52,5	16,7	1,5	1,1	0,1
Vila Cã	5,0	12,1	0,7	3,6	55,3	20,6	2,4	0,1	0,1

Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, por local de residência, em 2011, em minutos:

Freguesia	Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por local de residência
Abiúl	21,68
Albergaria dos Doze	18,68
Almageira	18,37
Carnide	19,80
Cariço	18,02
Guia	17,58
Ilha	19,68
Louriçal	16,17
Mata Mourisca	19,62
Meirinhas	15,47
Pelariga	15,10
Pombal	15,84
Redinha	18,00
Santiago de Litém	18,41
São Simão de Litém	20,32
Vermoil	17,36
Vila Cã	18,78
Tempo médio	17,25

O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, por local de residência e principal meio de transporte, é o automóvel ligeiro (53,3% como condutor e 18% como passageiro) é o modo de transporte dominante, seguido do autocarro (8,9%) e das deslocações a pé (8,6%), e do transporte coletivo da empresa ou da escola (6,5%). Com menor expressão, segue-se o motociclo (1,9%) e, em último, o comboio e a bicicleta com 1,2%.

No que diz respeito à duração média dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante, por local de residência, verifica-se que o tempo médio gasto é de 17,25 minutos, sendo que a população da freguesia da Pelariga é a que demora menos tempo em movimentos pendulares (15,10 minutos) e a de Abiúl a que demora mais tempo (21,68 minutos).

Os operadores de transportes públicos coletivos de passageiros a atuar são: TRANSDEV, Intercentro, Rodoviária da Beira Litoral, S. A. e Rodoviária do Tejo, S.A.

A nível urbano, o transporte é assegurado pelo Pombus - Sistema de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal, que funcionam apenas na zona central da cidade.

O transporte rodoviário com carreiras internacionais assegura diversos destinos como França, Bélgica, Alemanha, Holanda ou Luxemburgo.

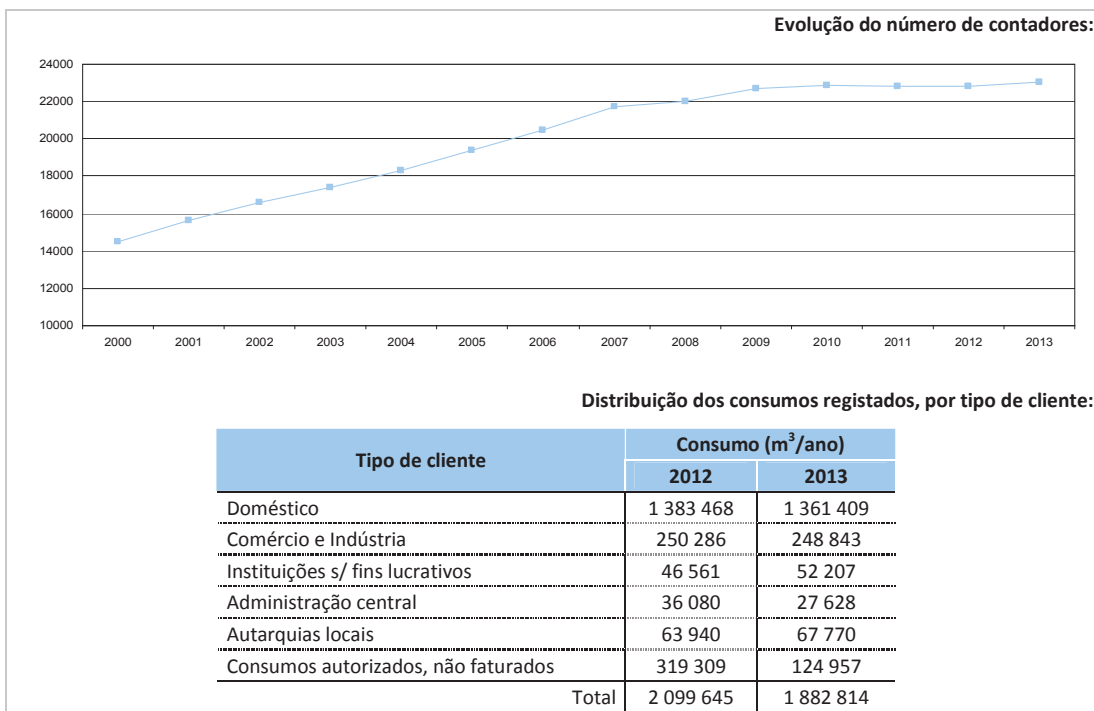
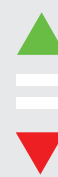
Cerca de 50 táxis a operar no concelho.

O transporte ferroviário de passageiros, encontra-se a cargo da CP - Comboios de Portugal, E. P. E. e operacionaliza, na Linha do Norte, os serviços Alfa Pendular, Intercidades, Interregional, Regional e Sud Expresso, e na Linha do Oeste os serviços Interregional e Regional.

B 04 Abastecimento de Água

Unidade: Número (n.º); m³ por ano
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão); CMP - Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente

Tendência



O abastecimento público de água é da competência e responsabilidade do Município de Pombal, incluindo a construção, manutenção, conservação e gestão dos sistemas de abastecimento.

Em termos de infraestruturas o concelho dispunha, em 2013, de 68 Reservatórios, 28 Estações elevatórias (EE) e 41 Captações operacionais. A percentagem de população servida por rede domiciliária de abastecimento de água é, atualmente, da ordem dos 100%.

Qualidade da água: no sistema “em baixa”, percentagem de análise em cumprimento dos valores paramétricos relativos a água destinada a consumo humano, valores muito próximos dos 100%, sendo garantido o valor de referência $\geq 99\%$ para a percentagem do número total de análises realizadas à água tratada.

No ano de 2012 e, no que respeita à água entrada no sistema de abastecimento público de Pombal, foram captados 3 575 958 m³ de água e adquiridos 15 766 m³ o que perfaz um volume total de 3 591 724 m³. No mesmo ano, registou-se um consumo autorizado (consumo faturado + consumo autorizado não faturado) de 2 099 645 m³, sendo o volume de perdas de 1 492 079 m³, que corresponde a uma percentagem de 41,5% do total de água entrada no sistema.

O volume de perdas de água, referidas anteriormente, reparte-se em perdas aparentes (consumos não autorizados e erro associado a equipamentos de medição instalados em locais com consumo autorizado) e perdas reais (fugas nas condutas de adução e distribuição, extravasamentos em reservatórios de adução e distribuição e fugas nos ramais de ligação)

B 05 Saneamento

Unidade: m³

Periodicidade: -

Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão); CMP - Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente

Tendência



Caudal afluente às ETAR's (valor estimado):

ETAR	2011	2012	2013
Guia	24136	26550	42077
Louriçal	80242	80242	155565
Mata Mourisca	15811	15811	15811
Mata Mourisca Nascente	9882	9882	9882
Mata Mourisca Ramos	9882	9882	9882
Pombal	1395670	1423675	1423675
Redinha	19938	19938	19938

As redes de drenagem existentes servem cerca de 61% da população e os sistemas de tratamento apenas 49%.

As infraestruturas de saneamento de águas residuais existentes no concelho de Pombal são constituídas por: cerca de 250km de redes de drenagem, que englobam múltiplos sistemas elevatórios e 7 ETAR's.

As ETAR's em funcionamento têm capacidade para tratar as águas residuais produzidas por aproximadamente 27 117 habitantes.

B 06 Equipamentos de Educação

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual (ano letivo)
Fonte: CMP

 Tendência
 

NÍVEL DE ENSINO	N.º ESTABELECIMENTOS		
	2012/2013	2013/2014	2014/2015
Rede de equipamentos de educação e ensino:			
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR			
Público	19	15	15
Privado e/ou IPSS	7	6	6
1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO			
Público	24	17	15
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO			
Público	15	20	20
Privado e/ou IPSS	2	2	2
1.º E 2.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO			
Público	-	-	--
2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO			
Público	1	1	1
Privado	1	1	1
1.º, 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO			
Público	1	1	1
2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO PROFISSIONAL			
Público	1	1	1
Privado e/ou IPSS	3	3	3
3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, ENSINO SECUNDÁRIO E ENSINO PROFISSIONAL			
Público	1	1	1
ENSINO PROFISSIONAL			
Público	1	1	1
TOTAL	76	69	67

As orientações do Ministério da Educação referentes à reorganização da Rede Escolar levou ao encerramento de alguns estabelecimentos escolares e à agregação de alguns equipamentos de apoio à infância nas instalações existentes do Ensino Básico do 1.º Ciclo ou a criação de novas instalações, juntando assim a Educação Pré-escolar e o Ensino do 1.º Ciclo, e, conseqüentemente, levou à diminuição do n.º de estabelecimentos em funcionamento.

As escolas públicas encontram-se agrupadas em 3 agrupamentos: Agrupamento de Escolas da Guia, Agrupamento de Escolas Gualdim Pais e Agrupamento de Escolas de Pombal.

Em termos de oferta formativa são lecionados diversos cursos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e cursos de Educação e Formação para Adultos (EFA) em diversos estabelecimentos de ensino.

Tem sido observado um esforço considerável na melhoria do parque escolar concelhio e na disponibilização de serviços de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar e ensino básico

B 07 Equipamentos de Saúde

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Equipamentos de Saúde no Concelho de Pombal, por freguesia (2011):

Freguesias	Hospitais	Centros de Saúde	Extensões de Saúde	Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis	Análises Clínicas	Clínicas e Policlínicas	Centros de Enfermagem
Abiúl	-	-	1	1	-	-	-
Albergaria dos Doze	-	-	1	2	-	-	-
Almagreira	-	-	1	1	-	-	-
Carnide	-	-	1	2	-	-	-
Carricho	-	-	2	1	-	-	-
Guia	-	-	1	1	1	-	-
Ilha	-	-	1	1	-	-	-
Louriçal	-	-	1	2	1	-	-
Mata Mourisca	-	-	1	1	-	-	-
Meirinhas	-	-	1	1	-	1	-
Pelariga	-	-	1	1	-	-	-
Pombal	1	1	-	4	5	5	2
Redinha	-	-	1	1	-	-	-
Santiago de Litem	-	-	1	1	-	-	-
São Simão de Litem	-	-	1	-	-	-	-
Vermoil	-	-	1	1	-	-	-
Vila Cã	-	-	1	-	-	-	-
Total	1	1	17	21	7	6	2

A rede de equipamentos de saúde inclui um conjunto de equipamentos públicos e privados distribuídos pelas diversas freguesias, sendo de realçar a existência, a nível público, do Hospital Distrital de Pombal, na freguesia de Pombal, que funciona como 1.ª linha de intervenção em situação de emergência/urgência referente a todas as Extensões de Saúde do concelho e do Centro de Saúde na freguesia de Pombal com 17 extensões distribuídas pelo concelho.

Atualmente, este hospital constitui uma das duas unidades de saúde constituintes do Centro Hospitalar Leiria Pombal, E. P. E., sendo a outra o Hospital de Santo André, em Leiria.

No hospital funciona o nível de urgência básica, do tipo geral, e tem como área de influência, para além de todo o concelho, freguesias do concelho de Soure (Degraças, Pombalinho e Soure) e ainda os concelhos de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

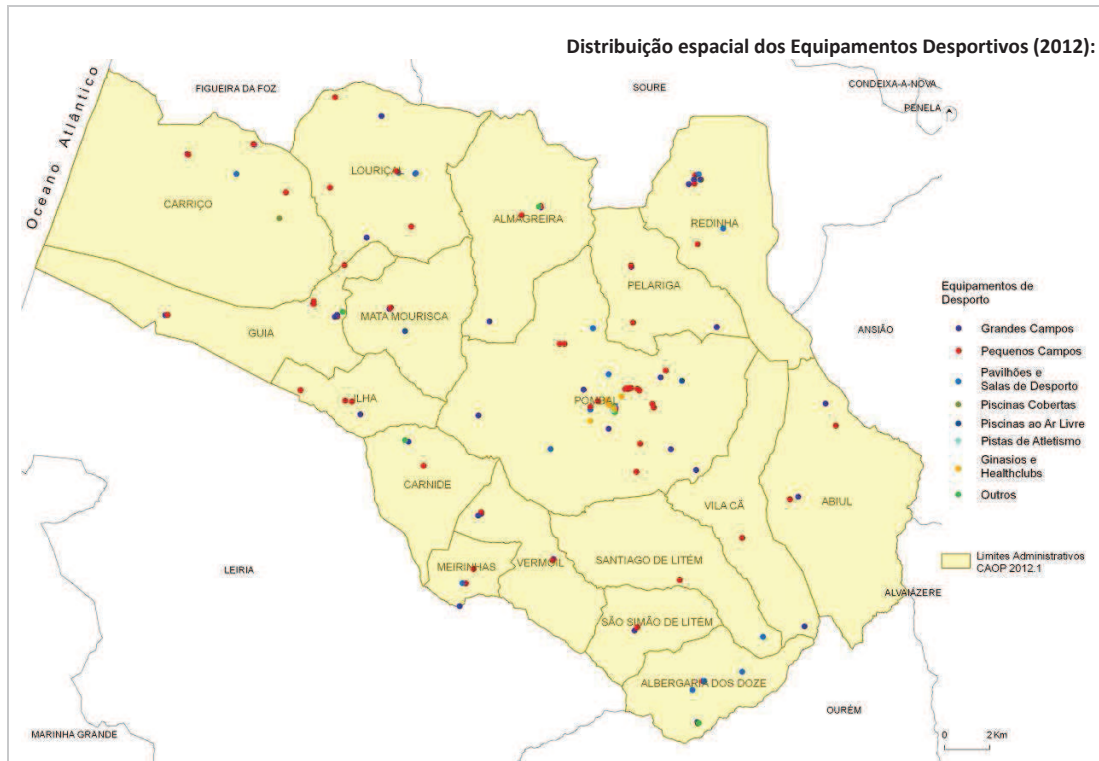
O Centro de Saúde de Pombal integra o Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Litoral, ao qual pertencem, atualmente, 5 Centros de Saúde, e cuja sede é em Leiria.

De realçar a existência na cidade de Pombal, da unidade ambulatoria do Centro Hospitalar São Francisco de Leiria (pertencente ao Grupo SANFIL) e ainda a existência de farmácias e/ou postos de medicamentos em todas as freguesias, que vêm completar a rede de cuidados de saúde concelhia.

B 08 Equipamentos de Desporto

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Equipamentos Desportivos no concelho de Pombal (2012):

Freguesia	Grandes Campos Jogos	Pistas de Atletismo	Pequenos Campos Jogos	Pavilhões Salas de Desporto	Piscinas Cobertas	Piscinas Ar Livre	Outros	Total
Abiúl	2	0	2	0	0	0	0	4
Albergaria dos Doze	1	0	2	3	0	0	1	7
Almagreira	2	0	2	0	0	0	1	5
Carnide	1	0	1	0	0	0	1	3
Cariço	1	0	3	2	1	0	0	7
Guia	3	0	5	1	0	0	1	10
Ilha	1	0	3	0	0	0	0	4
Louriçal	2	0	5	2	1	0	0	10
Mata Mourisca	1	0	1	0	0	1	0	3
Meirinhas	1	0	2	1	0	0	0	4
Pelariga	2	0	2	0	0	0	0	4
Pombal	7	1	18	9	1	1	8	45
Redinha	2	0	4	2	0	1	0	9
Santiago de Litém	0	0	1	1	0	0	0	2
São Simão de Litém	1	0	1	0	0	0	0	2
Vermoil	3	0	2	0	0	0	0	5
Vila Cã	1	0	1	0	0	0	0	2
Total	31	1	55	21	3	3	12	126
PDM95	10	1	3	1	-	1	1	17

O concelho encontra-se provido de um grande número de equipamentos desportivos, sendo notório o aumento de disponibilidade de equipamentos de desporto em todas as freguesias, com destaque para a elevada concentração e diversidade de equipamentos na freguesia sede de concelho, Pombal (45 equipamentos), seguido das freguesias do Louriçal e Guia (atual União das Freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca).

A "rede" de equipamentos de desporto é composta por 126 equipamentos, dos quais 55 pequenos campos de jogos, 31 grandes campo de jogos, 21 pavilhões desportivos, 3 piscinas ao ar livre, 3 piscinas cobertas, 1 pista de atletismo e 12 outros equipamentos, resulta de um forte investimento público na construção de novos equipamentos nos últimos anos (piscina municipal, pequenos campos de jogos, etc.), assistindo-se a uma aproximação dos equipamentos de desporto aos equipamentos de educação.

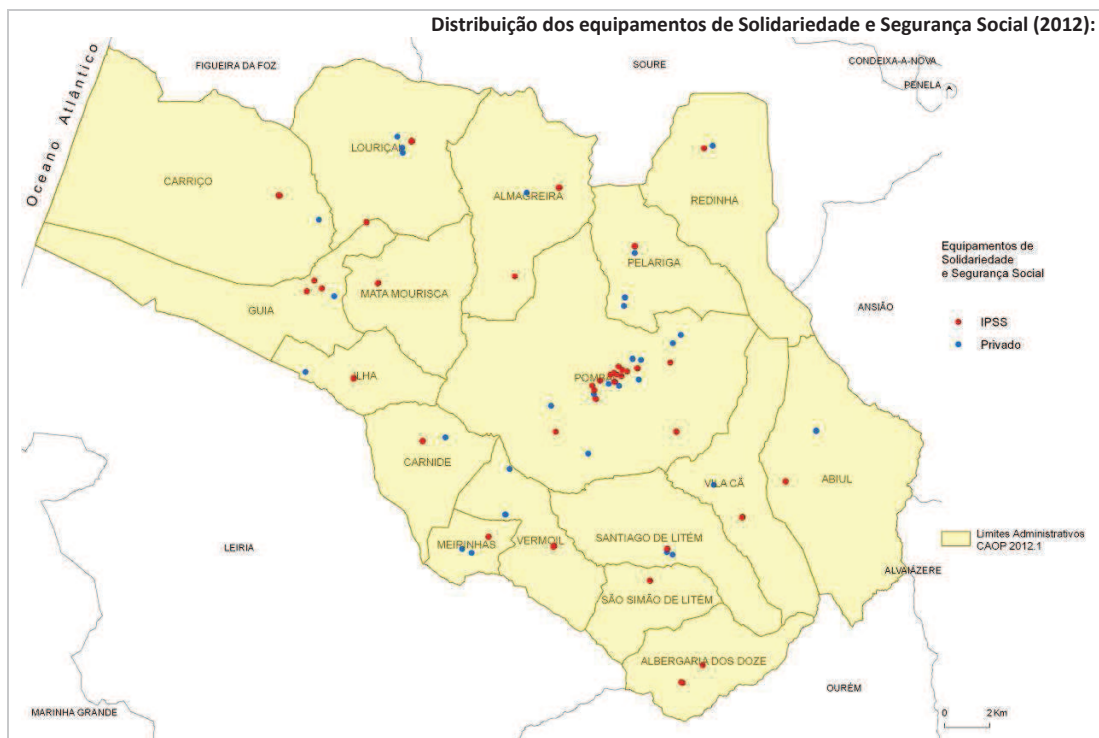
Assistiu-se também a uma forte política de conservação, otimização e melhoria dos equipamentos desportivos existentes.

Apenas 5 freguesias apresentam índices de equipamentos desportivos abaixo do valor de referência de 4m²/hab, identificado pela DGOTDU, sendo que, no geral, o índice concelhio é superior àquele valor (4,78m²/hab).

B 09 Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Número de equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, por freguesia (2012):

Freguesia	N.º de equipamentos	
	Público	Privado / IPSS
Abiúl	1	1
Almagreira	2	1
Carnide	1	1
Carriço	1	1
Louriçal	2	1
Meirinhas	1	1
Pelariga	1	3
Pombal	20	5
Redinha	1	1
Vermoil	2	1
Vila Cã	1	1
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	3
	Ilha	1
	Mata Mourisca	1
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Albergaria dos Doze	3
	Santiago de Litém	1
	São Simão de Litém	1
Total	43	21

Existem 55 estabelecimentos/instituições de solidariedade e segurança social com diversas valências.

Em termos de 1.ª e 2.ª infância encontravam-se em funcionamento, em 2012, 12 estabelecimentos, com uma ocupação de 80,9%.

Os Centros de Atividades e Tempos Livres concentram-se em 8 estabelecimentos/instituições, com o valor médio da taxa de ocupação de 78,12%.

De importância vital a existência de uma instituição com experiência adquirida no domínio da população com deficiência, a CERCIPOM, que acumula valências de Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Centro de Formação Profissional, Unidade Educativa e Intervenção Precoce.

Ao nível da população idosa existem diversas valências distribuídas por todo o concelho, sendo que as Estruturas Residenciais para Idosos e o Serviço de Apoio Domiciliário são as valências com maior distribuição e maiores taxas de ocupação. Existem 4 Centros de Dia, 21 Estruturas Residenciais para Idosos e 5 instituições/estabelecimentos que prestam Serviço de Apoio Domiciliário.

O concelho é ainda servido por uma Casa de Abrigo a mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, um Centro de Apoio à Vida, onde é feito o apoio e acompanhamento de mulheres grávidas ou puérperas que se encontrem em situação de risco emocional ou social, e um Centro de Acolhimento Temporário, que acolhe crianças e jovens em situação de risco.

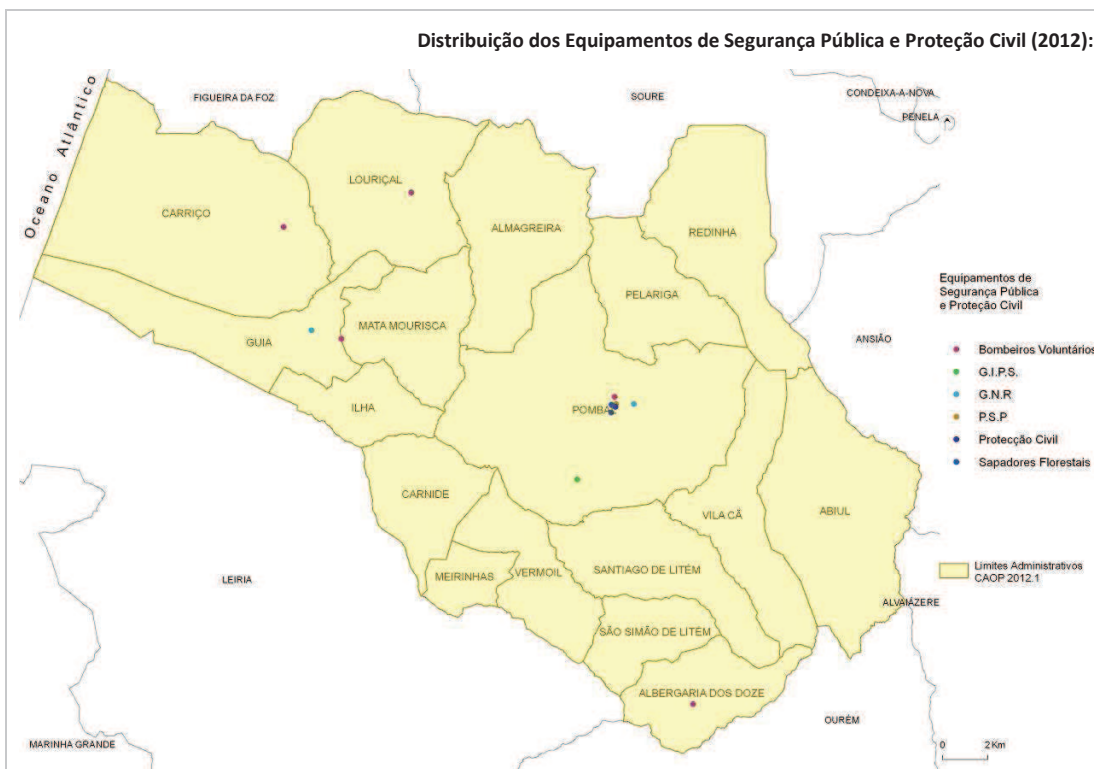
Em resposta aos toxicodependentes, existe, na cidade de Pombal, a ET - Equipa de Tratamento de Pombal e o Centro de Atendimento a Jovens e Envoltentes, que, apesar de não lidar diretamente com toxicodependentes, apoia e conduz os jovens nas suas dúvidas e incertezas.

Existe ainda, na freguesia da Ilha (atual União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca), a valência de Apoio Domiciliário Integrado, para apoio a pessoas em situação de dependência.

B 10 Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil no concelho de Pombal (2012):

Freguesia		Bombeiros	G.N.R.	P.S.P.	Proteção Civil	GIPS
Albergaria dos Doze	PDM 95	-	-	-	-	-
	2012	1	-	-	-	-
Guia	PDM 95	-	1	-	-	-
	2012	-	1	-	-	-
Louriçal	PDM 95	1	-	-	-	-
	2012	1	-	-	-	-
Mata Mourisca	PDM 95	-	-	-	-	-
	2012	1	-	-	-	-
Pombal	PDM 95	1	1	1	-	-
	2012	1	1	1	1	1
Concelho	PDM 95	2	2	1	-	-
	PDM 2014	4	2	1	1	1

* Destacamento Móvel dos Bombeiros Voluntários de Pombal

No concelho de Pombal existem 3 entidades de Segurança Pública: a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e os Bombeiros Voluntários de Pombal.

Existem ainda o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), o Serviço Municipal de Proteção Civil e os Sapadores Florestais.

Apenas existe uma Esquadra de Polícia no concelho, que se situa na cidade de Pombal. Quanto à GNR, o destacamento territorial de Pombal é constituído por 2 postos territoriais, um na freguesia da Guia e outro na freguesia de Pombal.

No concelho, apenas existe como Corporação de Bombeiros, os Bombeiros Voluntários, com secções nas freguesias de Pombal, de Albergaria dos Doze, do Louriçal e outro na zona Oeste do concelho. De referir ainda a existência de um Destacamento Móvel na freguesia do Carriço. A gestão e coordenação é efetuada a partir da sede, a qual tem como área de influência todo o concelho de Pombal, sendo a partir desta que é equacionada a secção a envolver, consoante o caso a intervir.

O Serviço Municipal de Proteção Civil de Pombal, que integra o Serviço Nacional, é o serviço incumbido de executar a Política Municipal de Segurança, sendo a entidade responsável, a nível concelhio, pelas ações de informação, formação, planeamento, controlo e coordenação das ações em situação de normalidade ou de emergência, em todos os domínios que respeitem à Proteção Civil.

Relativamente aos Sapadores Florestais, encontram-se constituídas duas equipas, uma afeta à Câmara Municipal de Pombal e outra à APFP - Associação de Produtores Florestais de Pombal, os quais têm a incumbência da actividade de silvicultura preventiva, de vigilância, detecção e primeira intervenção com vista à prevenção de incêndios florestais, atuando ainda no combate a incêndios e respetivo rescaldo.

B 11 Outros Equipamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência

Outros equipamentos disponíveis:						
Freguesia	Tipologia de Equipamentos					
	Equipamentos de Administração Pública *		Equipamentos de Cultura e Tempos Livres *		Outros Equipamentos *	
	PDM95	PDM2014	PDM95	PDM2014	PDM95	PDM2014
Abiúl	-	1	-	-	1	1
Almagreira	-	1	-	2	1	1
Carnide	-	1	-	1	1	1
Cariço	-	1	-	1	1	2
Louriçal	-	2	-	3	1	4
Meirinhas	-	1	-	2	1	1
Pelariga	-	1	-	1	1	1
Pombal	3	9	2	11	1	8
Redinha	-	1	-	2	1	1
Vermoil	-	1	-	2	2	3
Vila Cã	-	1	-	1	1	2
União das freguesias de Guia, Ilha e Mata Mourisca	Guia	1	1	-	1	1
	Ilha	-	1	-	1	-
	Mata Mourisca	-	1	-	1	1
União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Albergaria dos Doze	-	1	-	1	1
	Santiago de Litém	-	1	-	2	3
	São Simão de Litém	-	1	-	1	2

* A tipologia e o número de equipamentos surge em conformidade com os Estudos de Caracterização da 1.ª Revisão do PDM-Pomba

Existem diversos serviços de administração pública, encontrando-se instalados, maioritariamente, na sede do concelho, onde para além da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, encontram-se disponíveis os serviços de Finanças, Tribunal, Segurança Social e Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial, bem como, um balcão do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional. Destaca-se ainda a existência de 1 Balcão Multiserviços, na freguesia do Louriçal, onde são prestados diversos serviços, nomeadamente os associados à DGV – Direção Geral de Viação

Existem diversos equipamentos de cultura, recreio e lazer com representação um pouco por todas as freguesias, mas com maior incidência na freguesia de Pombal, quer em número de equipamentos, quer em diversidade. Destaca-se a existência de diversos clubes culturais e desportivos e respetivas atividades por todo o concelho, bem como os Espaços Internet existentes em quase todas as Juntas de Freguesia. Existem museus e espaços polivalentes em diversas freguesias e, na sede de concelho, encontra-se implantada a Biblioteca Municipal de Pombal.

Ainda ao nível dos tempos livres, existem duas Estações de Serviço para Autocaravanas, na freguesia de Pombal e de Vermoil, e Parques de Lazer e/ou de Merendas em quase todas as freguesias do concelho.

Os cemitérios enquanto equipamentos, encontram-se em todas as freguesias do concelho, perfazendo um total de 35. As Feiras e Mercados, com maior ou com menor frequência marcam também presença em diversas freguesias.

São ainda de salientar outros equipamentos, nomeadamente, o Centro de Recolha Animal de Pombal - Canil Municipal e a Copombal - Cooperativa Agrícola do concelho de Pombal, a Associação Comercial de Serviços de Pombal, a AICP - Associação dos Industriais do Concelho de Pombal, na freguesia de Pombal e a ADILPOM - Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal, todas instaladas na freguesia de Pombal

4.3 Ambiente

C01 – Estrutura Ecológica Municipal

C02 – Riscos (incêndios florestais, cheias, movimentos de massa em vertente e colapso de cavidades)

C03 – Recursos Hídricos

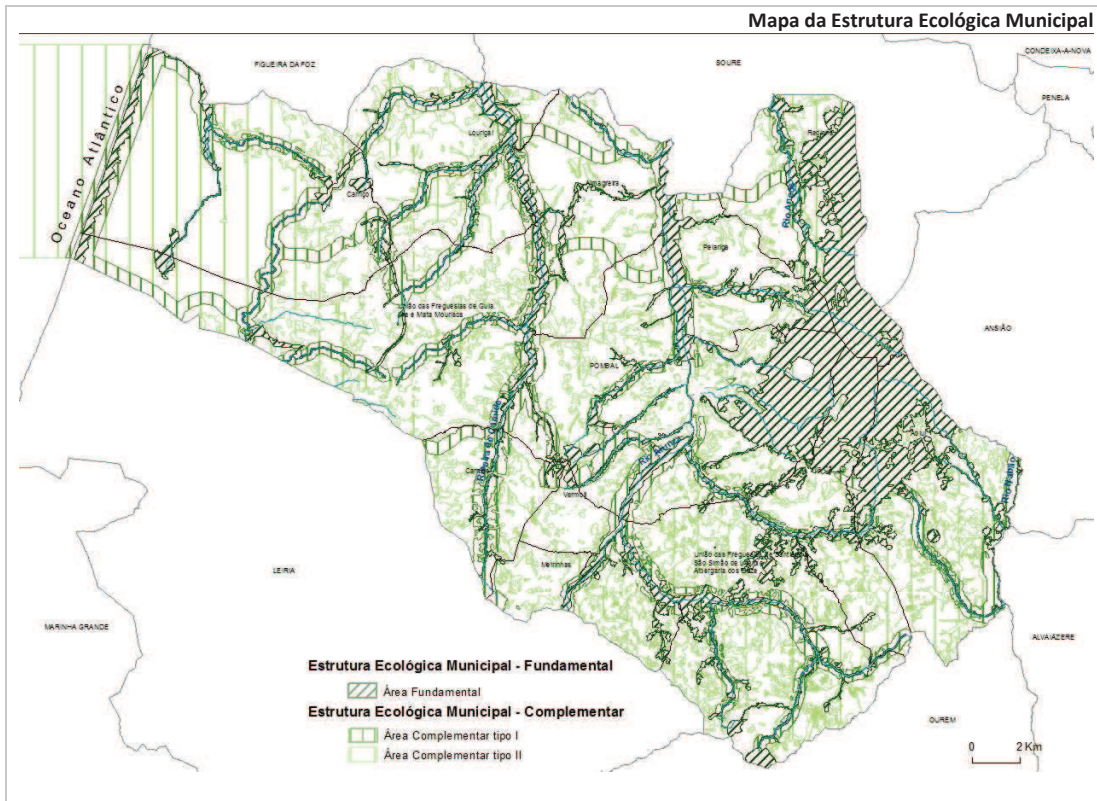
C04 – Ambiente Sonoro

C05 – Resíduos

C 01 Estrutura Ecológica Municipal

Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



A Estrutura Ecológica Municipal, é o conjunto das áreas que em “virtude da presença de valores e recursos naturais, da suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos”.

Na sua génese, e para efeitos de delimitação, a EEM teve em consideração, entre outros aspetos, a hierarquização dos valores naturais, as Áreas Sensíveis para efeitos de conservação da natureza e biodiversidade, nas quais se incluem, entre outras, o sítio Sicó-Alvaiázere, RAN, REN, Domínio público hídrico, áreas de risco e vulnerabilidade; e os Corredores Ecológicos estruturantes e secundários.

Esta estrutura, em virtude das suas especificidades, encontra-se subdividida em várias áreas, a saber: Áreas Fundamentais, Áreas complementares, Áreas Complementares - Tipo I e Áreas Complementares - Tipo II

De uma forma geral, podemos verificar que a estrutura ecológica municipal fundamental integra as áreas de valor natural nível I e II e caracteriza-se por ser non aedificandi e contínua. As áreas de nível III foram utilizadas em situações muito pontuais, nomeadamente na Guia (próximo da indústria extrativa, localizada junto do limite Sul da freguesia). Foram ainda integradas áreas verdes, áreas de continuidade, áreas de indústria extrativa inativas, a recuperar, as áreas dos corredores ecológicos correspondentes às zonas ameaçadas pelas cheias e associadas aos valores de nível I e II e parte do troço do espaço canal rodoviário do

IC1(A17).

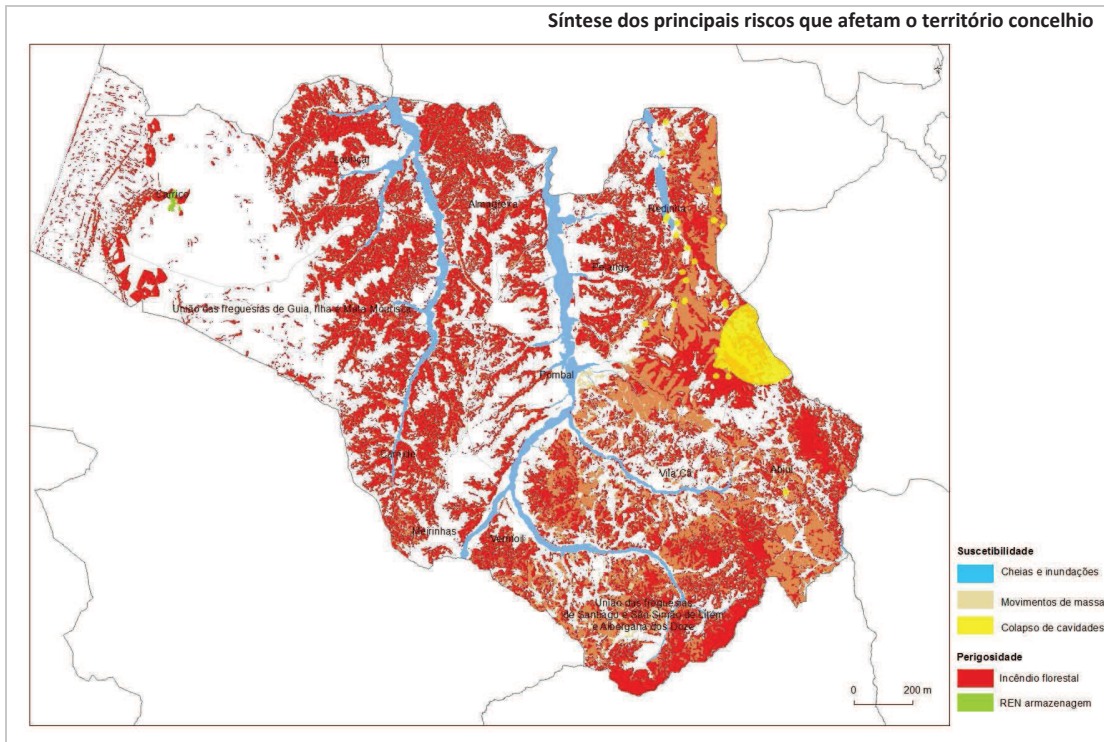
A estrutura ecológica municipal complementar concorre para a estrutura ecológica fundamental, sendo de carácter mais flexível em termos de usos. Integra as áreas de valor natural nível II, as de nível III, bem como as áreas condicionadas por reserva ecológica nacional e áreas verdes que não foram absorvidas pela estrutura ecológica fundamental. Acresce ainda a área correspondente aos corredores ecológicos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro até aos 500m, à qual se subtrai a área incluída na estrutura ecológica fundamental.

A EEM delimitada para o concelho abrange cerca de 67,8% da área territorial (incluindo a faixa marítima delimitada na REN municipal), da qual 10994,7ha correspondem a EEM – Fundamental, 8992,3ha a EEM - Complementar Tipo I, e 22487,4ha a EEM - Complementar Tipo II.

C 02
Riscos (incêndios florestais, cheias, movimentos de massa em vertente e colapso de cavidades)

Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: PDM Pombal (Revisão) e PMDFCI (2015-2019)

Tendência



Dos perigos existentes no território concelhio, identificados e analisados no âmbito da Revisão do PDM-Pombal e do PMDFCI (2015-2019) é pertinente destacar aqueles que, em caso de ocorrência, assumem especial severidade para a população e que foram devidamente ponderados em sede de proposta de ordenamento.

Neste âmbito, são de referir:

1 - Os **incêndios florestais**, dada a elevada percentagem de espaços florestais, a representatividade do combustível e do histórico de área ardida existentes no concelho, os quais estiveram subjacentes à elaboração da carta de perigosidade de incêndio florestal .

As classes Alta e Muito Alta perigosidade representam cerca de 46% do território concelhio e têm maior ênfase a Este, nomeadamente na Serra de Sicó e Lagoa das Ceiras – Cancelinha, e Sudeste do concelho, Marco da Pipa e Albergaria dos Doze, que correspondem a locais que registaram uma maior concentração de incêndios florestais nos últimos 23 anos, o que poderá registar-se pelo facto de existir um maior número de ocorrências nestas áreas e o declive acentuado que caracteriza esta zona concelhia.

2 - As **cheias**, que se assumem particularmente, como o perigo com maior frequência e duração na cidade de Pombal, podendo provocar em situações de cheia rápida, como a ocorrida em 26/10/2006, inúmeros estragos materiais e até mesmo a perda de vidas humanas.

O concelho de Pombal detém 7% da sua área total em susceptibilidade a cheias/inundações, correspondente

a 4300ha, dos quais 61% em susceptibilidade elevada (2600ha), ou seja, áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia ocorrida. Relacionando estas áreas com as áreas passíveis de edificação em sede de PDM, verificamos que encontram-se abrangidos por zona inundável (área de elevada suscetibilidade) 218ha, sendo que destes, 79ha estão integrados em estrutura ecológica urbana. Somente 5 % da zona inundável se encontra integrada em área edificável, condicionada por norma regulamentar que visa mitigar os impactes de eventuais cheias ou inundações.

3 - As áreas suscetíveis a **movimentos de massa em vertentes**, pelo histórico de ocorrências e pela sua elevada representação territorial (13%) , acarretam, em caso de ocorrência, elevados prejuízos. Edificado, vias, equipamentos e mesmo pessoas, poderão estar sujeitos a este perigo, que afetou e poderá vir a afetar o território, potenciado pela construção desordenada em vertentes instáveis.

O concelho apresenta uma susceptibilidade nula e reduzida a Oeste do concelho, ou seja, mas áreas com menor declive, ausência de falhas activas e substrato geológico constituído essencialmente por arenitos, nomeadamente nas freguesias do Carriço e Guia, por outro lado as áreas de relevo mais acentuado existentes a Este, Nordeste e Sudeste, delimitadas a Oeste pelo rio Arunca e rio Cabrunca e as suas planícies aluvionares, que surgem como elementos físicos naturais, apresentam uma elevada susceptibilidade a deslizamentos.

4 - As **cavidades naturais** existentes no território, nomeadamente algares, grutas, lapas e esurgências, com desenvolvimento subterrâneo passíveis de colapso do seu teto e/ou paredes, desencadeado por processos como sismos, processos continuados de dissolução, precipitações ou ações antrópicas.

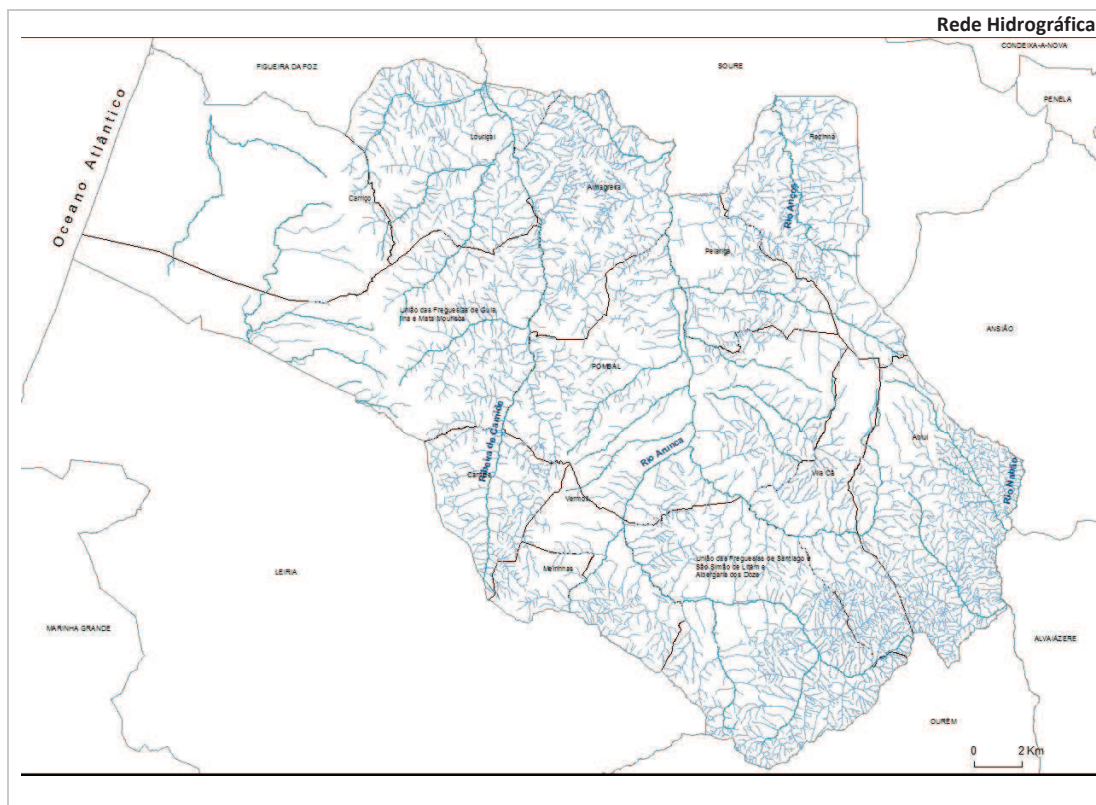
Tendo em consideração o desenvolvimento horizontal das cavidades inventariadas, o concelho de Pombal apresenta 1,5% da sua superfície territorial, ou seja 932,6ha em susceptibilidade a colapso de cavidades naturais, sendo que as intervenções admitidas em função da categoria de uso do solo, apenas podem ser concretizadas desde que precedidas de um estudo geológico.

5 - A existência do **Complexo de Armazenagem de Gás** ,localizado na freguesia do Carriço de nível superior de perigosidade, sujeito ao disposto no Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho.

C 03 Recursos Hídricos

Unidade: -
Periodicidade: -
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1.ª Revisão)

Tendência



O concelho de Pombal, divide-se em quatro bacias hidrográficas constantes nos planos de bacia em vigor, a saber: Bacia Hidrográfica do Mondego, Bacia Hidrográfica do Lis, Bacia Hidrográfica do Tejo e Bacia Costeiras (entre o Mondego e o Lis).

A Bacia Hidrográfica do Mondego drena, no concelho de Pombal, 470km², sendo esta a bacia com maior área de drenagem no concelho. Na bacia em causa para o concelho de Pombal, destaca-se o rio Arunca (margem esquerda do rio Mondego) e a ribeira de Carnide.

O Rio Arunca tem uma extensão, no concelho de Pombal, de 37Km, com um vale pouco profundo e alongado. Nasce em Albergaria dos Doze o seu curso, desenvolve-se essencialmente sobre aluviões que se sobrepõem a rochas calcárias, calco-margosas, gresosas e argilosas.

A Ribeira de Carnide nasce na freguesia de Bidoeira de Cima, no Concelho de Leiria. Com uma extensão de 25Km, seguindo a direção S-N, desagua na margem esquerda do rio Mondego (Braço Sul do Rio Mondego) a uma altitude de cerca de 2 m e atinge um desnível máximo de cerca de 200m, o seu leito desenvolve-se sobre aluviões que se depositam sobre calcários, margas e argilas.

A Ribeira de Nasce Água tem uma extensão de 9,6Km, seguindo a direção N-S. Nasce na freguesia do Carriço e é marcada por um fraco declive onde o escoamento é feito com alguma dificuldade, sendo a área de drenagem incompleta.

O Rio Nabão corresponde ao limite Este do Concelho, percorrendo 7,19km no concelho de Pombal. Nasce na Serra de Sicó, no local designado por “Olhos de Água” (concelho de Ansião) desagua do Rio Zêzere na localidade da Foz do Rio. Nas margens encontramos depósitos aluviais que mostram a fraca inclinação das vertentes circundantes.

O Município de Pombal, tem vindo a desenvolver/executar projectos, nomeadamente ao longo do rio Arunca (Estudo de caracterização e proposta de intervenção de limpeza e valorização do rio Arunca) e da Ribeira de Carnide (Estudo de caracterização e propostas de intervenção de Limpeza e Valorização da ribeira de Carnide (Rio Pranto)) os quais incidem sobre a limpeza e desobstrução das linhas de água para garantir as condições de escoamento dos caudais em situações hidrológicas normais e extremos.

C 04 Ambiente Sonoro

Unidade: Percentagem (%), Área (km²) e Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: PDM de Pombal – 1.ª Revisão

Tendência

Áreas do concelho por classe de conflito, 2013

Classe	Área (km ²)	
	Área	%
$\Delta = L_{den} - V. Limite$		
$\Delta = L_n - V. Limite$		
$\Delta \leq 0$	608,65	97,2
$0 < \Delta \leq 5$	9,75	1,6
$5 < \Delta \leq 10$	5,05	0,8
$10 < \Delta \leq 15$	2,03	0,3
$15 < \Delta \leq 20$	0,67	0,1
$\Delta > 20$	0,0002	0,00003
$\Delta L_{den} > 0$	17,50	2,8
$\Delta L_{den} > 5$	7,75	1,2
$\Delta \leq 0$	603,14	96,3
$0 < \Delta \leq 5$	12,36	2
$5 < \Delta \leq 10$	6,58	1,1
$10 < \Delta \leq 15$	2,92	0,5
$15 < \Delta \leq 20$	1,13	0,2
$\Delta > 20$	0,01	0,001
$\Delta L_n > 0$	23,01	3,7
$\Delta L_n > 5$	10,65	1,7

População do Concelho exposta a diferentes classes de conflito, 2013

Classe	N.º de habitantes	
	População	%
$\Delta = L_{den} - V. Limite$		
$\Delta = L_n - V. Limite$		
$\Delta \leq 0$	53521	96,9
$0 < \Delta \leq 5$	1431	2,6
$5 < \Delta \leq 10$	263	0,5
$10 < \Delta \leq 15$	17	0,03
$15 < \Delta \leq 20$	0	0
$\Delta > 20$	0	0
$\Delta L_{den} > 0$	1696	3,1
$\Delta L_{den} > 5$	278	0,5
$\Delta \leq 0$	52996	96,0
$0 < \Delta \leq 5$	1512	2,7
$5 < \Delta \leq 10$	683	1,2
$10 < \Delta \leq 15$	41	0,1
$15 < \Delta \leq 20$	2	0,003
$\Delta > 20$	0	0
$\Delta L_n > 0$	2221	4,0
$\Delta L_n > 5$	722	1,3

A estimativa da percentagem da área do território em conflito indica que:

Para o indicador L_{den} :

- 2,8% do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente (que excedem o limites regulamentares referentes às zonas classificadas);
- 1,2% do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente que em termos de prioridade de redução não é considerada a mais prioritária (ΔL_{den} até 5 dB);
- As áreas do concelho com situações de conflito com excesso superior a 20 dB (A) são residuais.

Para o indicador L_n :

- 3,7 % do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente (que excedem o limites regulamentares referentes às zonas classificadas);
- 1,7 % do total da área do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente que em termos de prioridade de redução não é considerada a mais prioritária (ΔL_n até 5 dB);
- As áreas do concelho com situações de conflito com excesso superior a 20 dB (A) são residuais.

A estimativa da percentagem da população exposta ao ruído ambiente indica que:

Para o indicador L_{den} :

- 96,9% do total da população do Concelho não está exposta a níveis de ruído ambiente que excedam os limites regulamentares;
- 3,1% do total da população do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, contudo, apenas 0,5% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB;
- Não se verificam valores percentuais significativos de população em situação de desconformidade com excesso de ruído superior a 15 dB.

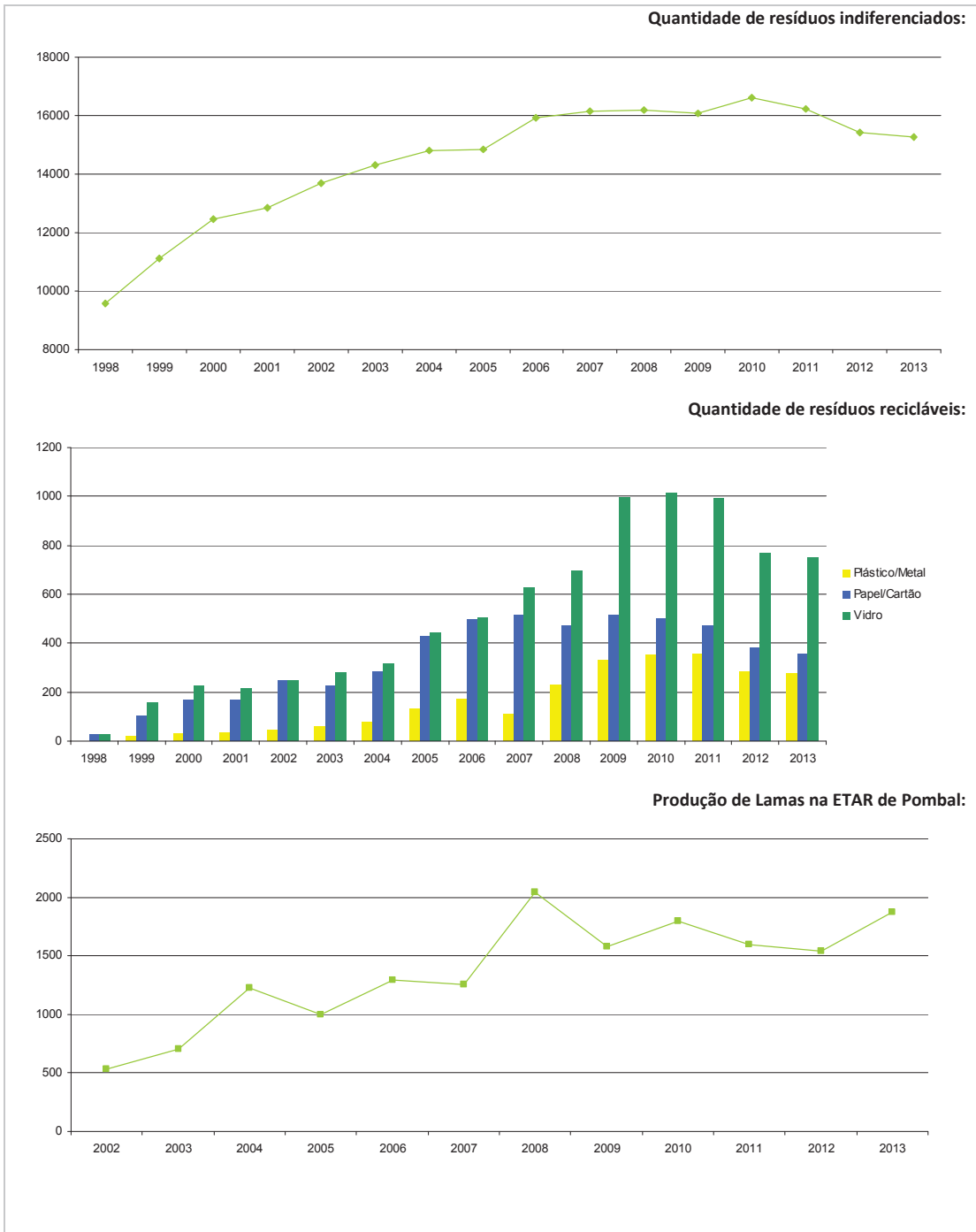
Para o indicador L_n :

- 96,0% do total da população do Concelho não está exposta a níveis de ruído ambiente que excedam os limites regulamentares;
- 4 % do total da população do Concelho está sobre-exposta a níveis de ruído ambiente referentes à classificação proposta para o uso do solo, contudo, apenas 1,3% está exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB;
- Não se verificam valores percentuais significativos de população em situação de desconformidade com excesso de ruído superior a 20 dB.

C 05 Resíduos

Unidade: Tonelada (ton)
Periodicidade: Anual
Fonte: CMP - Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente

Tendência

Ambiente

O município de Pombal está integrado no Sistema Multimunicipal da Alta Estremadura (SMAE), cuja exploração e gestão se encontra adjudicada à Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

O serviço de recolha, transporte e destino final dos resíduos indiferenciados produzidos no concelho é da competência e responsabilidade do Município.

Existem 7 áreas de atuação com vários percursos diferentes consoante o dia da semana, de modo a fazer face às necessidades de cada zona.

Na cidade de Pombal, a recolha é efetuada diariamente, com exceção dos Domingos. Nos restantes locais, como sedes de freguesia ou zonas populacionais, a recolha é realizada 2 ou 3 vezes por semana e nas localidades rurais, 1 ou 2 vezes por semana.

A quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos e tratados no concelho tem vindo a aumentar significativamente, tendo-se verificado um crescimento de cerca de 62% entre 1998 e 2012, apesar de se denotar uma diminuição entre 2010 e 2012.

A gestão da recolha seletiva (colocação, distribuição e recolha de ecopontos) dos resíduos recicláveis é da competência e responsabilidade da Valorlis.

Os resíduos recicláveis são colocados pelo cidadão nos ecopontos, sendo que, em 2011, existia uma média de 16 habitantes por ecoponto e, em 2013, foi recolhido o total de 1381 toneladas.

Existem cerca de 20 pilhões distribuídos por todo o concelho e cerca de 40 pontos de recolha de óleos alimentares usados.

Para a recolha dos resíduos que carecem de tratamento específico, como os produzidos pelas indústrias, mas também pelos hospitais ou até mesmo nos procedimentos agrícolas, como por exemplo o uso dos pesticidas, existem em Pombal diversos operadores/empresas distribuídas por 7 freguesias que recebem determinados resíduos, desde os óleos alimentares usados aos resíduos das indústrias do couro e produtos de couro e têxtil.

Antes de 2013, as lamas produzidas nas ETAR eram todas encaminhadas para a ETAR de Pombal, sendo que, em 2013, entrou em funcionamento a ETAR do Louriçal, com 39,52 toneladas e, em 2014, entrou em funcionamento da ETAR da Guia.

4.4 Ocupação do Território

D01 – Solo Rural

D02 – Solo Urbano

D03 – Reserva Agrícola Nacional

D04 – Reserva Ecológica Nacional

D05 – Património

D06 – Aglomerados Urbanos (taxa de ocupação)

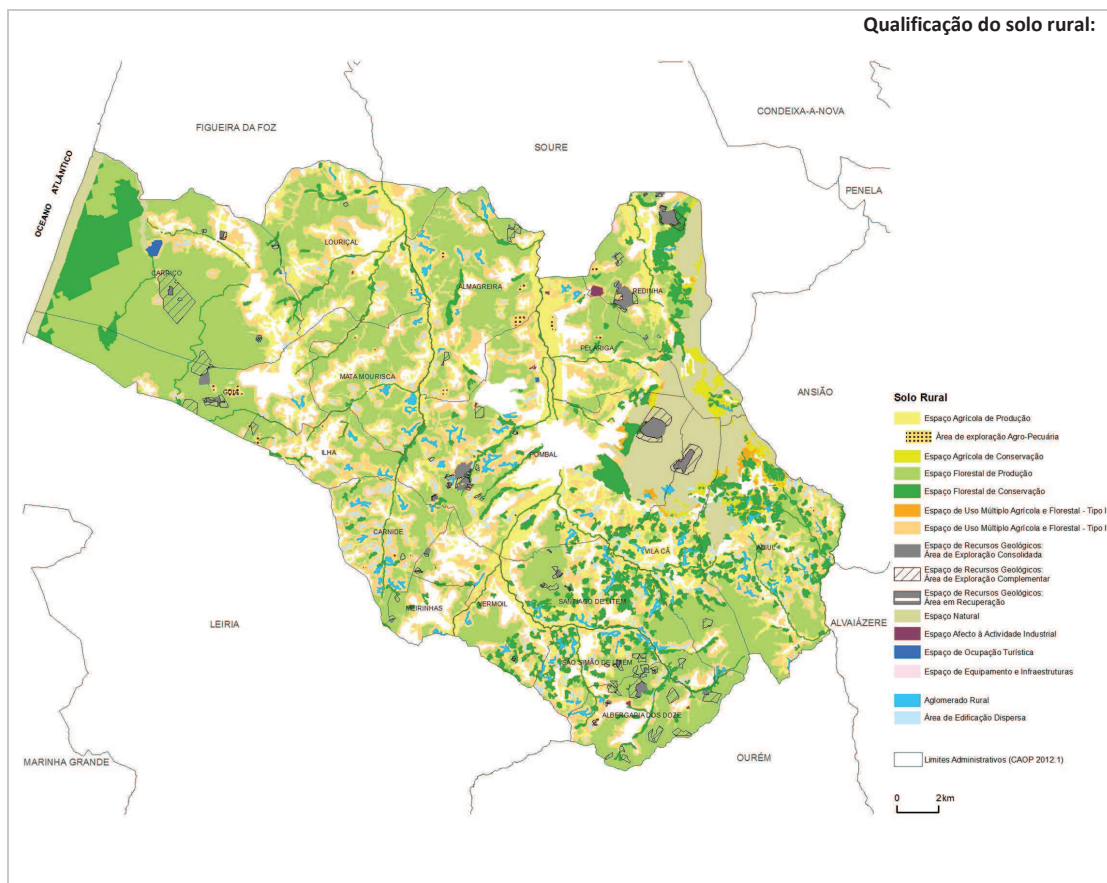
D07 – Espaço de Atividades Económicas (taxa de ocupação)

D08 – P.M.O.T. em vigor

D 01 Solo Rural

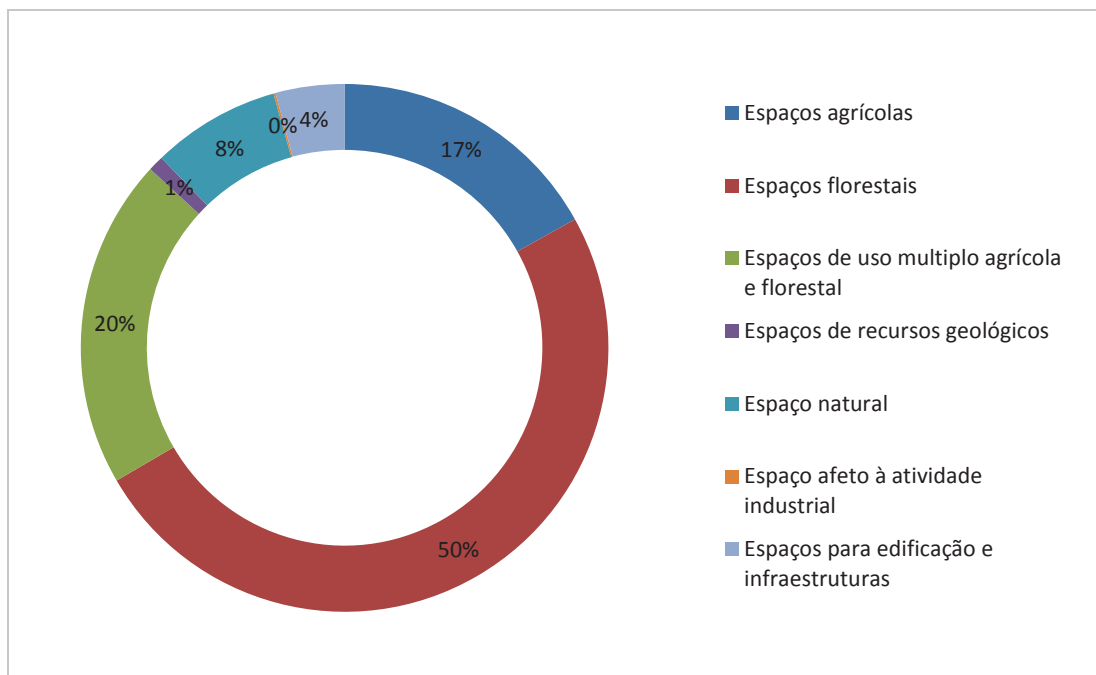
Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Qualificação do Solo Rural	Área (ha)	% de superfície
Espaço agrícola de produção	8557	13,7
Espaço agrícola de conservação	668,9	1,1
Espaço florestal de produção	22083,1	35,3
Espaço florestal de conservação	5158,1	8,2
Espaço de uso múltiplo agrícola e florestal (tipo I)	186,2	0,3
Espaço de uso múltiplo agrícola e florestal (tipo II)	10881,7	17,4
Espaço de recursos geológicos: área de exploração consolidada	494,1	0,8
Espaço de recursos geológicos: área de exploração complementar	1064,8	1,7
Espaço de recursos geológicos: área em recuperação	20,4	0,03
Espaço natural	4290,1	6,9
Espaço afeto à atividade industrial	40,4	0,1
Espaço de ocupação turística	45,6	0,1
Espaço de equipamentos e infraestruturas	57,1	0,1
Aglomerados rurais	1041,8	1,7
Áreas de edificação dispersa	1142,9	1,8
Total Solo Rural (exclui a sub-categoria Espaço de recursos geológicos: área de exploração complementar)	54667,5	87,3

Ocupação do território



87,3% do território do concelho de Pombal é **solo rural**.

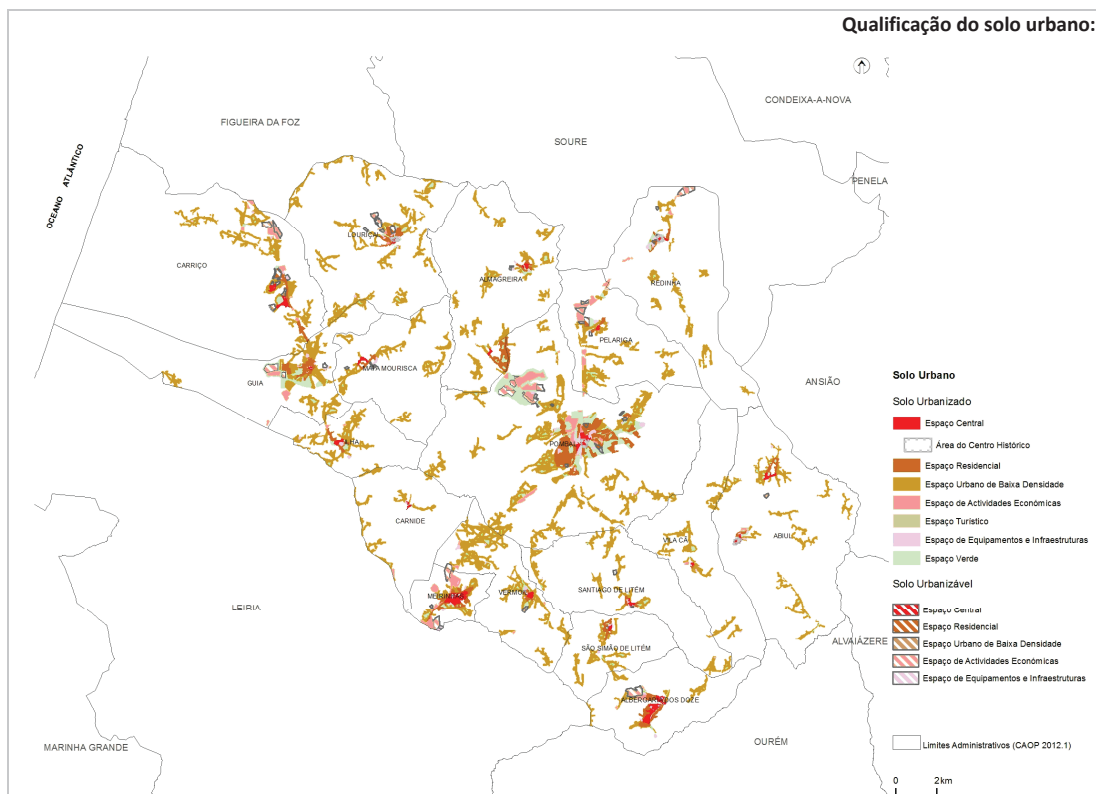
O solo rural é predominantemente composto por espaços florestais com 50%, seguido de 20% de espaços de uso múltiplo agrícola e florestal, e de espaços agrícolas com 17%, perfazendo um total de **87% do território rural com ocupação florestal e/ou agrícola**.

O espaço natural situado na serra da Sicó representa 8% do solo rural.

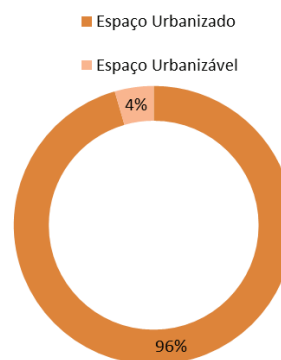
D 02 Solo Urbano

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Qualificação do Solo Urbano	Área (ha)	% de Superfície
Espaço Urbanizado	7576,5	12,1
Espaço central	243,6	0,4
Espaço residencial	788	1,3
Espaço urbano de baixa densidade	5117,7	8,2
Espaço de atividades económicas	508,2	0,8
Espaço turístico	2,1	0,003
Espaço de equipamentos e infraestruturas	177,9	0,3
Espaço verde	739,1	1,2
Espaço Urbanizável	356,3	0,6
Espaço central	1,2	0,002
Espaço residencial	47,7	0,1
Espaço urbano de baixa densidade	25,4	0,041
Espaço de atividades económicas	258,3	0,4
Espaço de equipamentos e infraestruturas	23,7	0,038
Total Solo Urbano	7932,8	12,7



12,7% do território do concelho de Pombal é **solo urbano**.

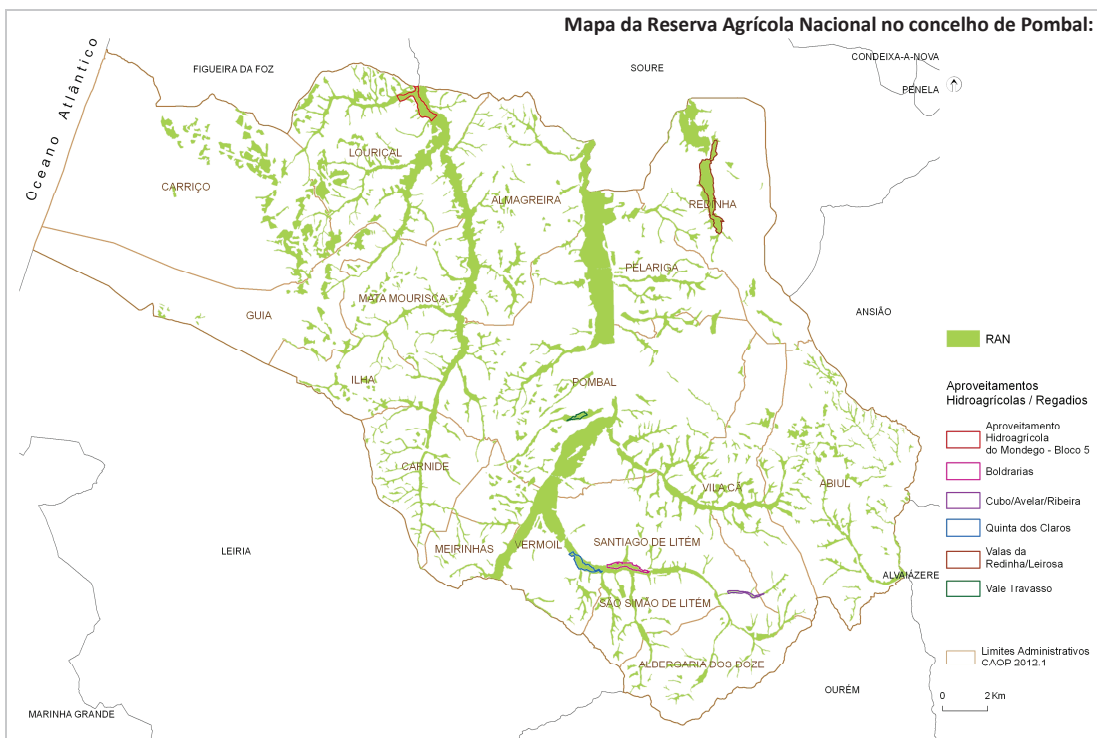
96% do solo urbano é **solo urbanizado**.

Ocupação do território

D 03 Reserva Agrícola Nacional

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



RAN (1991)		RAN Corrigida DRABL (2005)		Delimitação da RAN (2014)	
Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
9058,9	14,47	8845,5	14,13	9098,3	14,53

Delimitação da RAN 2014 (RAN Bruta)		Proposta de exclusão de Áreas de RAN		RAN Final (2014)	
Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
9098,3	14,5	161,1	0,3	8937,2	14,3

14,3 % da área do território concelhio encontra-se integrada em **RAN**.

Ocupação do território

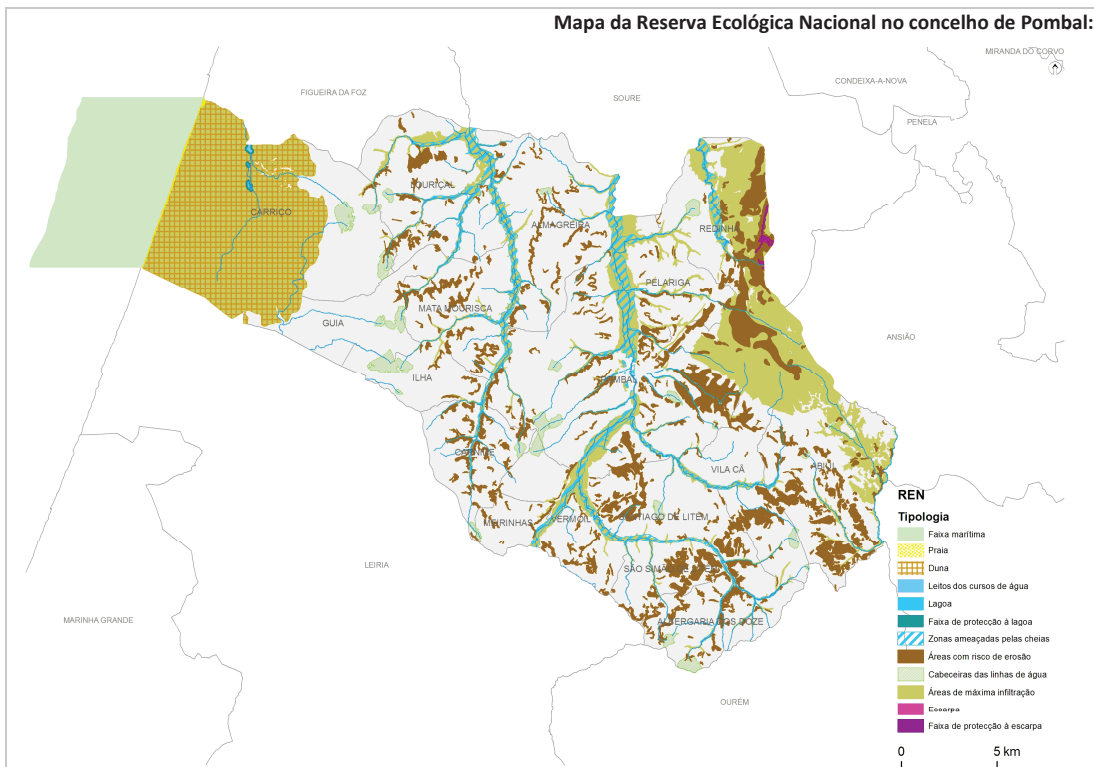
D 04 Reserva Ecológica Nacional

Unidade: Hectares (ha), percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Mapa da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Pombal:



Tipologia	REN (1996) em vigor	REN (2014) Proposta
Faixa marítima	5240,3	5361,1
Praia	216,7	58,6
Duna	6916,6	7041,8
Leitos e margens dos cursos de água (As margens não integravam a REN)	-	822,1
Albufeiras, margens e faixa de proteção	30,7	-
Lagoas, margens e faixa de proteção	17,8	41,4
Cabeceiras das linhas de água	2595,8	1060,9
Áreas de máxima infiltração	7092,6	16362,5
Zonas ameaçadas pelas cheias	4124,7	2482
Áreas com risco de erosão	6298,6	5945,4
Escarpas e faixas de proteção	-	59,4
Somatório da área ocupada pelas tipologias (ha)	32530,7	27970,8
Área Tipologias / Superfície concelho (%)	43,6	36,2

Excluindo a tipologia faixa marítima, observa-se que 43,6% da superfície concelhia se encontra sujeita a esta restrição de utilidade pública na atual REN em vigor, valor superior aos 36,2% obtidos na nova delimitação que aguarda publicação em Diário da República para entrada em vigor.

36,2 % da área do território concelhio encontra-se integrada em **REN (nova delimitação)**

Ocupação do território

D 05 Património

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Património Arquitectónico Classificado		
Classificação	Designação	Freguesia
Monumento Nacional	Igreja do Convento do Louriçal / Igreja do Santíssimo Sacramento	Louriçal
	Torre do Relógio Velho	Pombal
	Castelo de Pombal	Pombal
Interesse Público	Arco Manuelino	Abiúl
	Pelourinho do Louriçal (Cruzeiro do Louriçal)	Louriçal
	Capela da Misericórdia do Louriçal (e Casa do Despacho / Hospital da Misericórdia)	Louriçal
	Ermida de Nossa Senhora da Guia	Guia
	Pelourinho de Pombal (encontra-se atualmente em fragmentos)	Pombal
	Celeiro do Marquês de Pombal (antigo) (ou "Celeiro da Quinta da Gramela")	Pombal
	Pelourinho de Redinha	Redinha
	Igreja de Nossa Senhora da Conceição / Matriz de Redinha	Redinha
	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves	Abiúl
Casa Arte Nova	Pombal	
Igreja de São Tiago, Matriz do Louriçal	Louriçal	
Património Arqueológico Classificado		
Classificação	Designação	Freguesia
Interesse Municipal	Abrigo com Gravuras Rupestres no Vale do Poio Novo	Redinha
Património Natural Classificado		
Classificação	Designação	Freguesia
Árvores de Interesse Público	Pinheiro Bravo	Carrigo
	Pinheiro Bravo	Carrigo
	Plátano	Louriçal
	Carvalho-cerquinho; Carvalho-português	Santiago de Litém

3 imóveis classificados como **Monumento Nacional**
11 imóveis classificados como **Interesse Público**
1 abrigo classificado como **Interesse Municipal**
4 Árvores de Interesse Municipal

Na 1.ª revisão do PDM encontram-se ainda identificados:

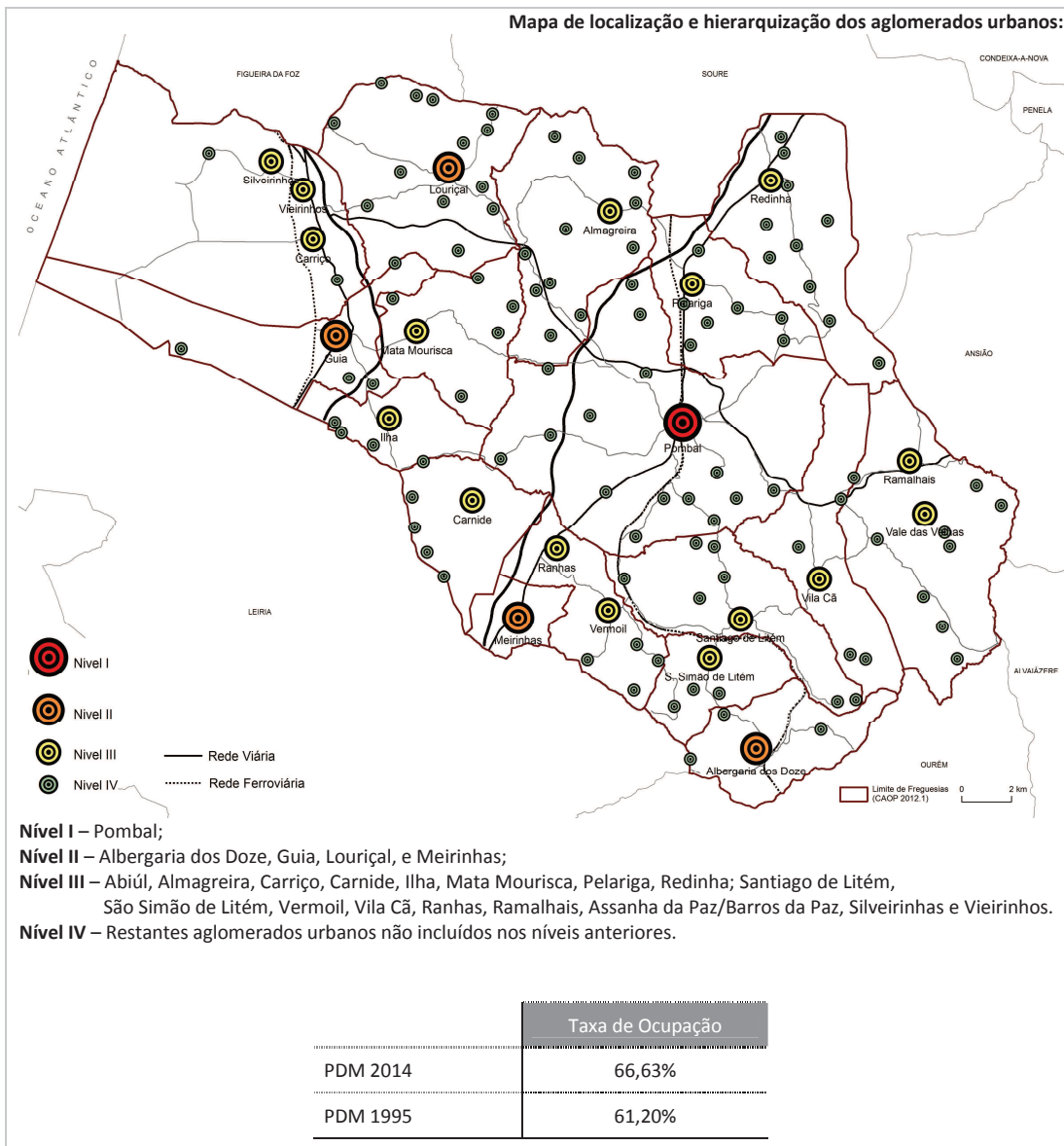
- 133 Imóveis como património arquitectónico referenciado;
- 110 sítios arqueológicos referenciados;
- 1 jazida como património paleontológico referenciado;
- 4 elementos arbóreos como património natural referenciado.

Ocupação do território

D 06 Aglomerados Urbanos (taxa de ocupação)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



No que diz respeito aos aglomerados urbanos, a 1ª Revisão do PDM têm como principal objectivo, potenciar a consolidação em detrimento da dispersão.

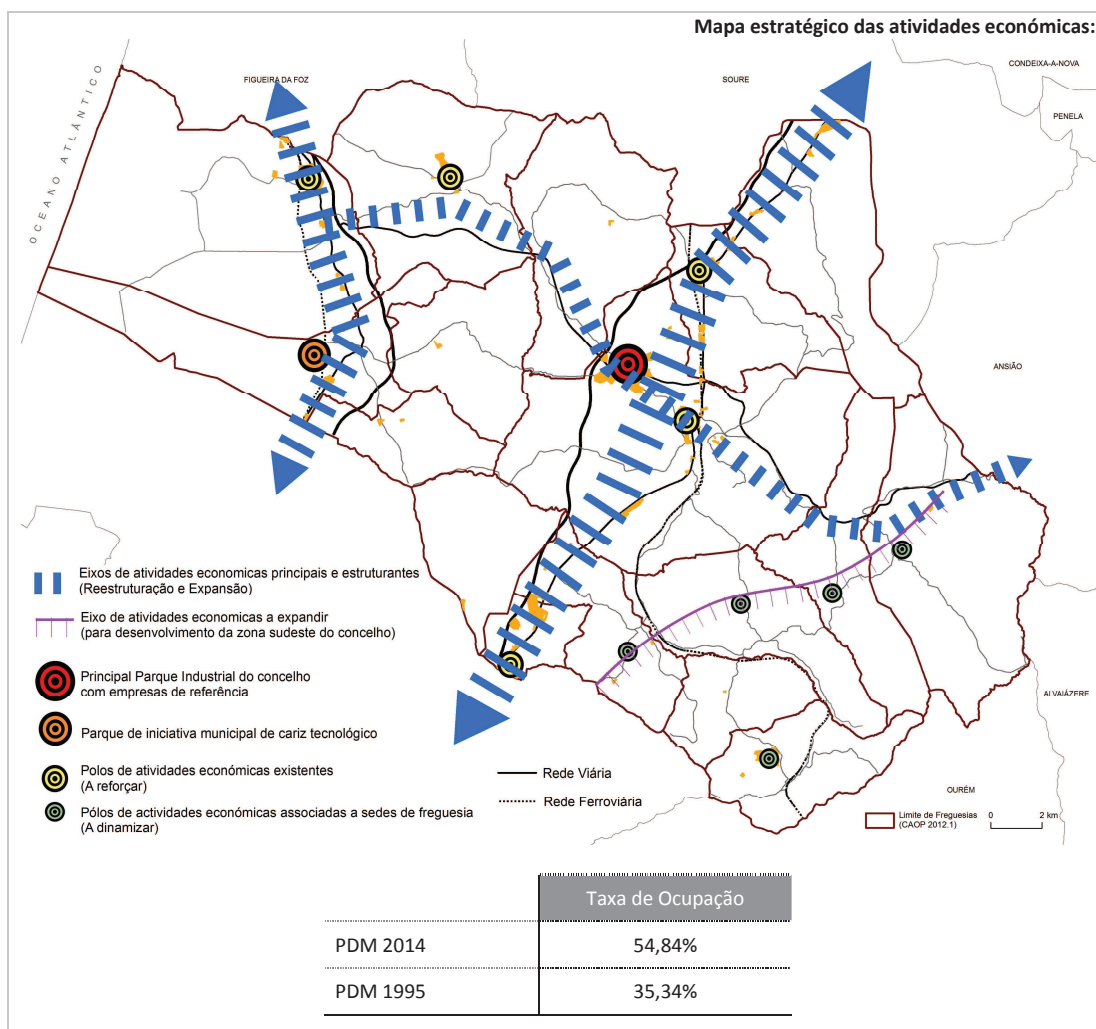
Conforme explicito no quadro anterior, a nova delimitação dos aglomerados urbanos originou aglomerados mais consolidados conferindo-lhes também, sempre que possível uma malha urbana nuclear.

Taxa de Ocupação de 66,63%

D 07 Espaço de Atividades Económicas (taxa de ocupação)

Unidade: Percentagem (%)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



Considerando que um dos principais objetivos da proposta de Revisão do PDM consiste em *tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico*, decorrente da posição geo-estratégica do concelho e das excelentes acessibilidades de que dispõe, a criação de condições para a fixação das atividades económicas representa uma das principais apostas do plano, quer pela importância que estas já assumem na estrutura produtiva do concelho, quer pelo desenvolvimento económico que potenciam, favorecendo a criação de emprego e combatendo a desertificação.

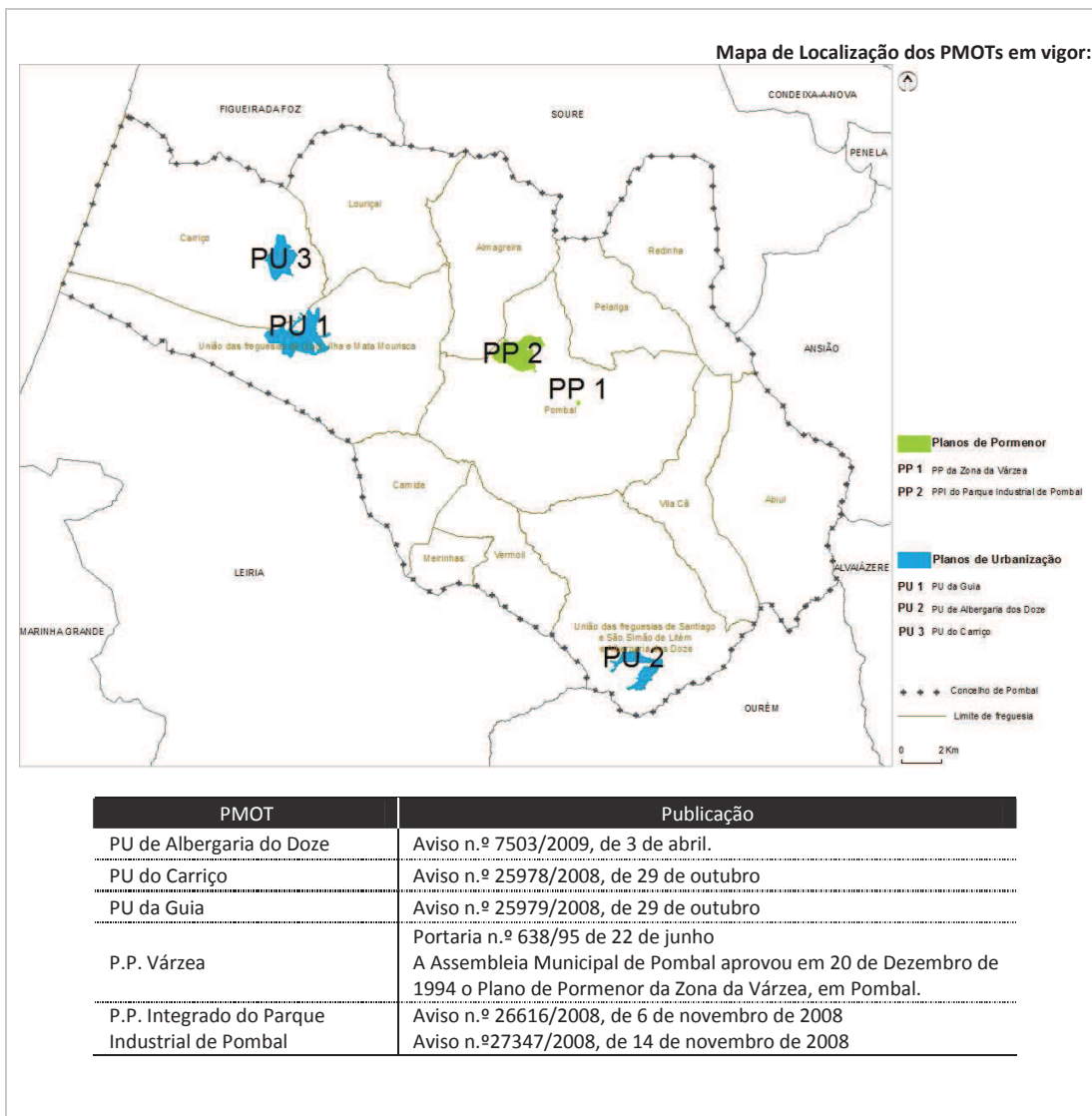
Neste contexto, a estratégia delineada no que concerne aos eixos e pólos de atividades económicas a considerar, face ao existente e às tendências de desenvolvimento futuro, encontra-se ilustrado no mapa.

Taxa de Ocupação de 54,84%

D 08 P.M.O.T. em vigor

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: -
Fonte: 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal

Tendência



3 Planos de Urbanização
2 Planos de Pormenor

Ocupação do território

4.5 Edificação e Gestão Urbanística

E01 – Edifícios

E02 – Alojamentos

E03 – Loteamentos

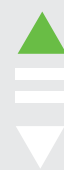
E04 – Informações Prévias

E05 – Licenciamentos / Comunicações Prévias

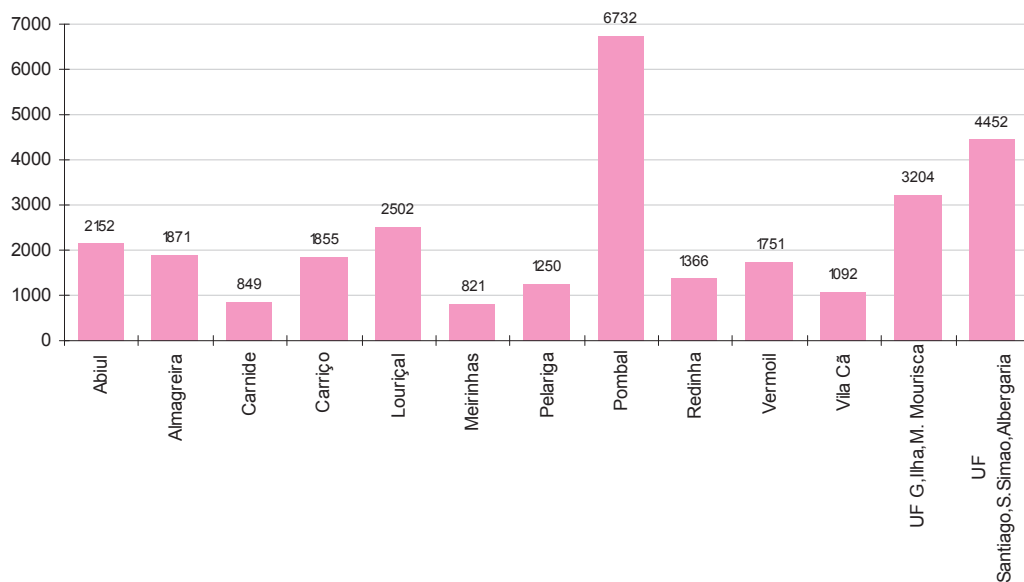
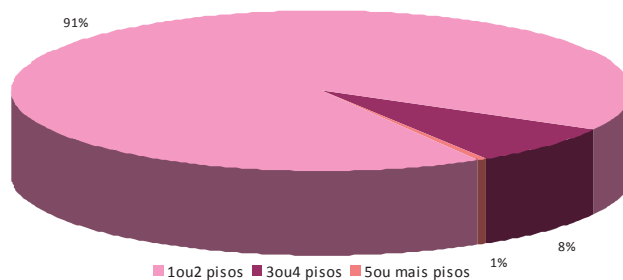
E 01 Edifícios

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Décénio
Fonte: INE

Tendência


N.º edifícios por unidade territorial, 2011

	N.º	%
Região Centro	1111952	2,7
Pinhal Litoral	109618	27,3
Pombal	29897	100

N.º de edifícios por freguesia, 2011

Edifícios por n.º de pisos, 2011


Em termos do número de edifícios, existem no concelho de Pombal, em 2011, cerca de 29897 edifícios, quantitativo que representa um acréscimo de 10,9% relativamente aos 26954 edifícios recenseados em 2001.

Do ponto de vista da função do edificado, constata-se que a maioria dos edifícios do concelho se encontram destinados a fins exclusivamente residenciais (96% do total), predominando a tipologia apoiada num único alojamento por unidade edificada (95%).

Em relação ao número de pisos, verificamos que, em 2011 cerca de 91% dos edifícios tinham apenas um ou dois pisos. Os edifícios com três ou mais pavimentos apresentam uma representatividade muito fraca no universo dos edifícios, sendo o valor dessa representatividade de cerca de 8%. Geograficamente estes edifícios encontram-se essencialmente na cidade de Pombal e em algumas sedes de freguesia, sendo representativos do tipo de povoamento existente no concelho, difuso, marcado pela dispersão alinhada em torno das vias de comunicação e pela respetiva inserção em espaços de características rurais/ semi-urbanas.

A época de 70 apresenta-se como aquela que registou o maior índice de construção, com um total de 5864 edifícios construídos, sendo que a partir desse momento este índice tem vindo a registar uma sucessiva tendência decrescente, registando-se apenas 3485 novos edifícios no ultimo decénio, no concelho de Pombal.

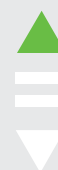
Em termos da evolução registada por freguesia podemos identificar três grupos de freguesias com dinâmicas diferenciadas, a saber: Abiúl, União das Freguesias de Santiago e São Simão e de Litém e Albergaria dos Doze e Vila Cã que registam um pico de construção entre 1946 e 1970; as freguesias de Carnide e Ilha (CAOP 2012.1) que viram o seu parque habitacional aumentar exponencialmente na década de 80; e as restantes freguesias nas quais o pico da construção do seu edificado ocorreu na década de 70.

Intrinsecamente relacionada com a época de construção do edificado e com o seu número de pisos, a estrutura da construção no concelho de Pombal, caracteriza-se por 42 % de edifícios apresentarem uma estrutura em betão armado, 40% em alvenaria com placa, paredes em alvenaria argamassa sem placa representam 12 % do total de construções. As paredes de adobe, taipa ou alvenaria de pedra solta, são observáveis em 1557 edifícios (5%) e os restantes tipos de estrutura de construção assumem um peso relativamente residual de 0,5%.

E 02 Alojamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Décénio
Fonte: INE

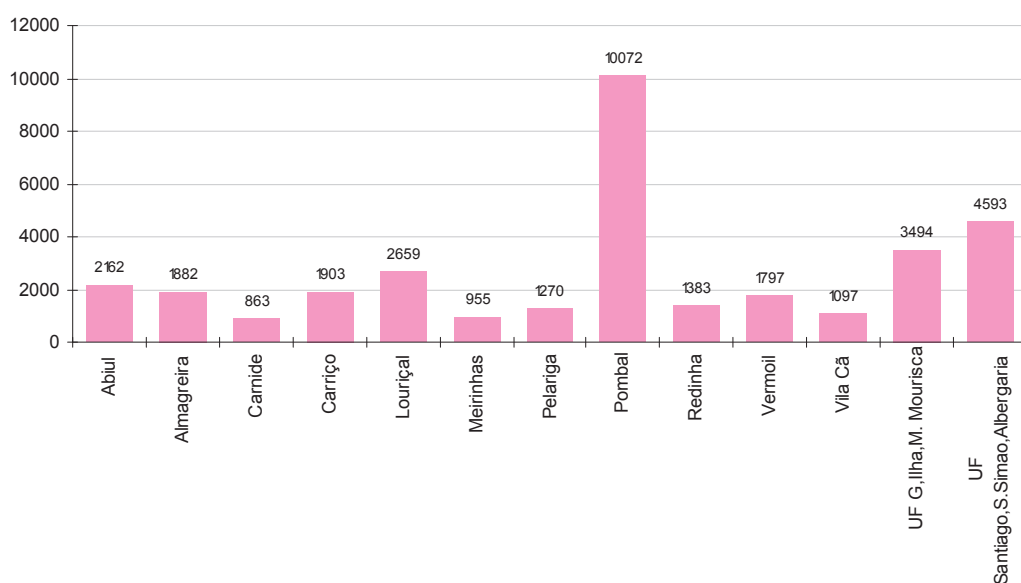
Tendência



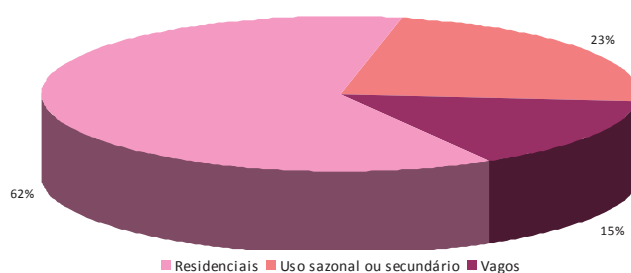
N.º alojamentos por unidade territorial, 2011

	N.º	%
Região Centro	1448644	2,4
Pinhal Litoral	144921	23,6
Concelho de Pombal	34130	100

N.º de alojamentos por freguesia, 2011



Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos 2011



Evolução da população residente e sua relação com o número de alojamentos em 2001 e 2011

Variável	2001	2011	Variação(%)
População residente	56299	55217	-1,92%
Edifícios	26954	29897	10,92%
Alojamentos	30130	34130	13,3%
Famílias	23059	21260	-7,80%
Alojamentos/ edifício	1,1	1,1	0,00%
Alojamentos/ família	1,3	1,6	23,08%

A evolução do número de alojamentos no concelho de Pombal entre 2001 e 2011 corporizou um acréscimo de 13%, correspondendo em 2011 a um efetivo de 34130 alojamentos, que apresentam uma distribuição espacial muito díspar, com a freguesia de Pombal a registar um maior número de alojamentos, superior a 10000, face às restantes freguesias que registam valores inferiores a 2700 alojamentos. Esta discrepância é justificada pelo facto de Pombal ser a cidade sede de concelho com uma elevada densidade populacional, com um parque habitacional densificado, com alojamentos com mais de 2 pisos, assumindo características marcadamente urbanas.

No que respeita à forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos, o concelho apresenta uma taxa de ocupação permanente do parque residencial⁶ de 61,6%.

O parque habitacional tomado na sua totalidade (alojamentos clássicos, não clássicos e coletivos) revela-se cada vez mais excedentário face ao número de famílias residentes, com um incremento de 23%, sendo em 2011 de 1,6 alojamentos por família. Se em 2001 verificávamos que freguesias como o Carriço, apresentavam vetores da oferta e da procura ajustados, na qual o parque habitacional era equivalente ao número de famílias, ou seja, apenas existia um alojamento para família, atualmente todas as freguesias apresentam um excedente de alojamentos, com destaque para a União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, que denotam dificuldade na fixação de novas famílias e na ocupação de alojamentos já existentes, apresentando um rácio de 2,2 alojamentos por família.

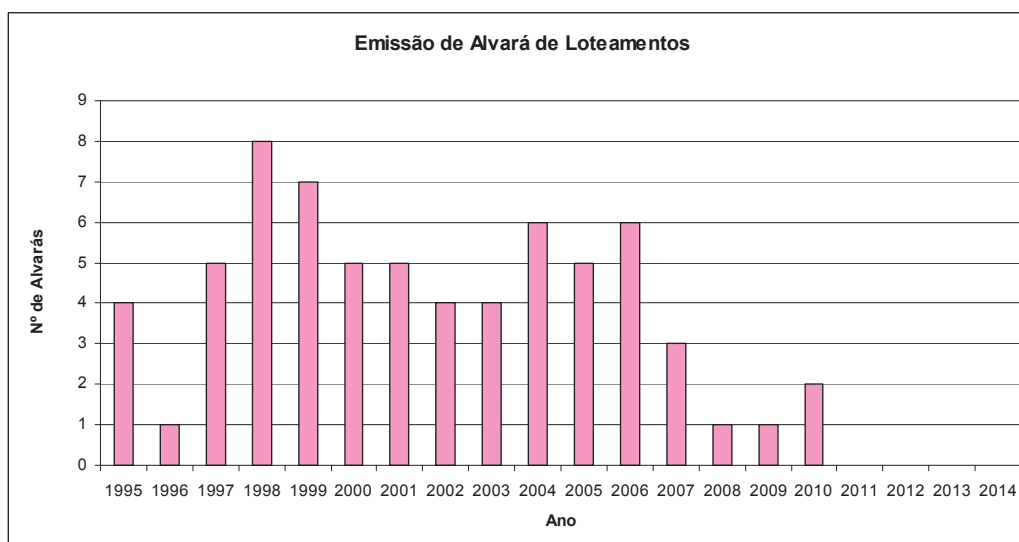
Em termos de distribuição dos alojamentos pelo edificado existente, e tendo em conta a relação entre estas duas variáveis, podemos afirmar que, a maior parte da população do concelho de Pombal residia, em 2011, em edifícios com um único alojamento de natureza clássica, aspeto que, conforme tem vindo a ser referido, reflete diretamente a matriz de povoamento e o padrão residencial dominantes. Pese embora, o padrão residencial ter sido marcado por um aumento da proporção de famílias residentes em edifícios de natureza plurifamiliar, em resultado do crescimento do aglomerado urbano de Pombal, de algumas áreas envolventes e de algumas sedes de freguesia, situação que assume reflexos quer ao nível do sistema de povoamento e da distribuição espacial da população, as unidades geográficas no qual se insere, apresentam valores substancialmente superiores, 15,03% na região centro e 16,72% na NUT Pinhal Litoral, aos apresentados pelo concelho de Pombal o que reflete uma maior concentração populacional.

⁶ Taxa de ocupação permanente do parque residencial = alojamentos familiares clássicos de residência habitual/ total de alojamentos familiares clássicos X 100.

E 03 Loteamentos

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1ª Revisão)

Tendência



Relativamente às operações de loteamento verifica-se que entre o ano 1995 e 2014 foram emitidos 65 alvarás de loteamento, cuja função habitacional é o uso dominante com 42 loteamentos e 14 mistos. Restando somente 9 loteamentos de perfil industrial, como se pode observar pelo gráfico seguinte em que os loteamentos de preponderância habitacional representam cerca de 86% dos loteamentos com alvará emitido.

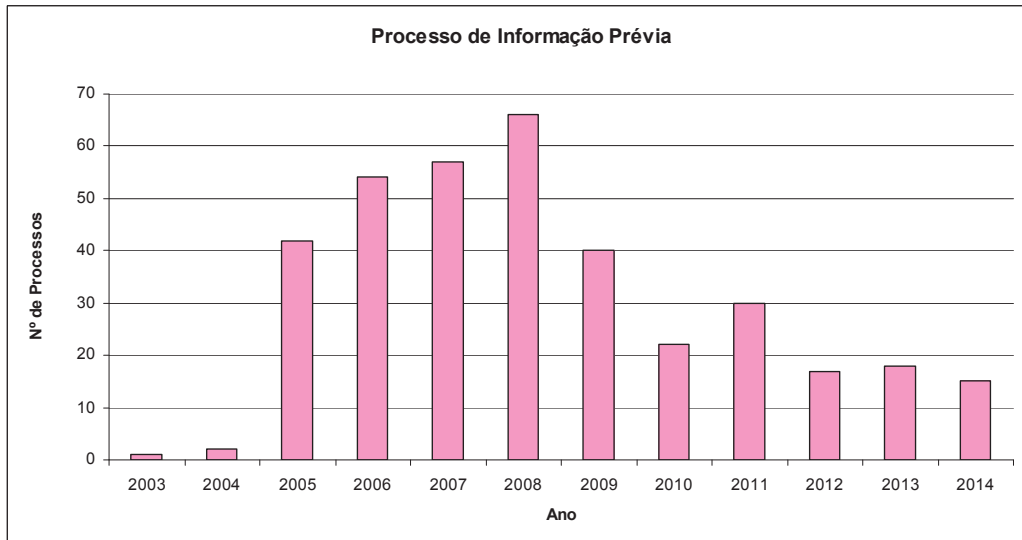
Conforme o gráfico anteriores identificam-se várias dinâmicas, nomeadamente:

- Um aceleração do n.º de alvarás emitidos na década de 90, com pico nos anos de 1998 e 1999, existindo uma certa hegemonia na primeira metade da década de 2000, dando lugar a um forte decréscimo após o ano 2006 até 2010.
- Os anos de 1998 e 1999 registaram o maior número de alvarás emitidos em oposição com os anos 1996, 2008 e 2009 com somente 1 alvará emitido.
- Entre os anos 2011 e 2014, não foram emitidos alvarás de loteamento.
- A freguesia de Pombal possui 56,92% dos alvarás emitidos durante a vigência do PDM.

E 04 Informações Prévias

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1ª Revisão)

Tendência



No que respeita aos processos de Informação prévia, verifica-se que entre o mês de Outubro de 2003 e mês de novembro de 2014 deram entrada na Câmara Municipal de Pombal 367 processos.

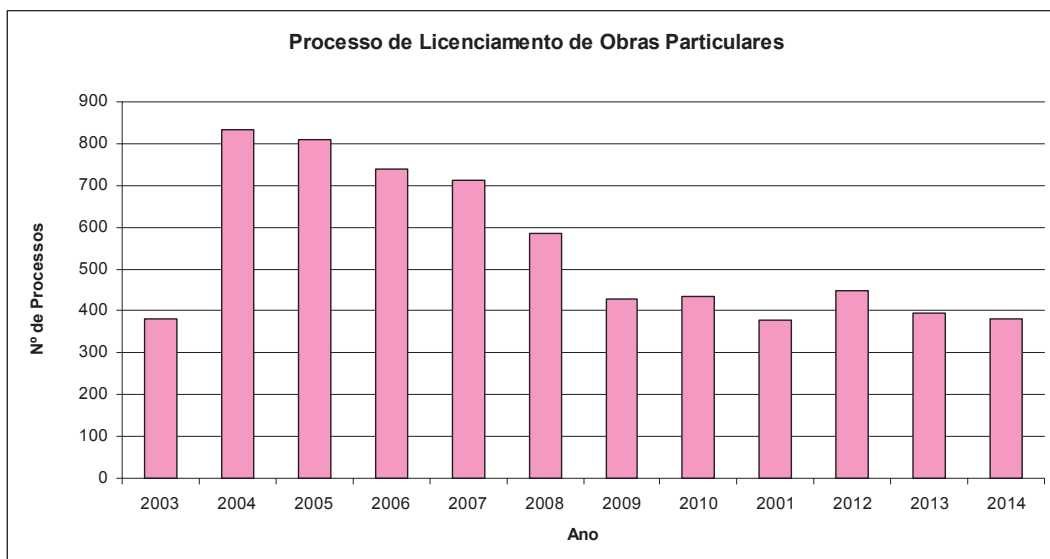
A freguesia de Pombal é onde se verifica maior número de processos de informação prévia, 110.

Conforme o gráfico anterior, verifica-se que em 2008 foi o ano que deram entrada mais pedidos de informação prévia (66), porém após 2008, tem vindo a observar-se um decréscimo de pedidos de informação prévia, sendo que, durante o ano 2014, somente entraram 15 pedidos.

E 05 Licenciamentos / Comunicações prévias

Unidade: Número (n.º)
Periodicidade: Anual
Fonte: Plano Diretor Municipal de Pombal (1ª Revisão)

Tendência



Relativamente aos processos de licenciamentos de obras particulares, verifica-se que entre o mês de julho de 2003 e mês de novembro de 2014 deram entrada na Câmara Municipal de Pombal 6528 processos de licenciamento.

A freguesia de Pombal é onde se verifica maior número de processos de licenciamentos de obras particulares, 2317.

Conforme o gráfico anterior é possível verificar que no concelho de Pombal, em termos globais os anos 2004 e 2005 se destacam com maior número de processo de obras particulares, (832 e 811 respectivamente), no entanto após estes anos verifica-se um decréscimo do ritmo de processos entrados na Câmara Municipal de Pombal

5. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DE ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL

O presente relatório tem, como objetivo principal o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial de âmbito local, no entanto, deverá também identificar outros instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional ou regional com incidência no território municipal, nomeadamente os seguintes planos:

- PNPT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- PENT- Plano Estratégico Nacional do Turismo
- PROT-C- Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

Planos Especiais de Ordenamento do Território

- POOC- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar- Marinha Grande

Planos Sectoriais

- Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- PROF-CL- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral
- Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mondego
- Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Lis
- Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo
- Plano Rodoviário Nacional

6. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DE ÂMBITO

MUNICIPAL

Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor no concelho de Pombal são:

- Plano Diretor Municipal
- Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze;
- Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço;
- Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia;
- Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal;
- Plano de Pormenor da Zona da Várzea.

6.1 Plano Diretor Municipal de Pombal

A 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Pombal, foi publicada no Aviso n.º 4945/2014, do Diário da República, 2.ª série, n.º 71, de 10 de abril de 2014, tendo entrado em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Plano Diretor Municipal de Pombal, procura regular a ocupação, uso e transformação do solo na sua área de abrangência, a qual se encontra delimitada na Planta de Ordenamento, à escala 1/25.000, de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2012 (CAOP 2012.1).

6.1.1 Estratégia e Objetivos

O Plano assume como estratégia dinamizar de forma sustentada os pilares de desenvolvimento do concelho de Pombal, aliando a história à modernidade, a preservação dos recursos naturais à promoção turística e à competitividade económica, por forma a melhorar equitativamente a qualidade de vida da população.

São objetivos do Plano:

- a) Tornar Pombal um concelho atrativo e competitivo a nível empresarial e logístico;
- b) Assumir Pombal como um destino do turismo de natureza;
- c) Valorizar de forma integrada os recursos naturais;
- d) Melhorar a qualidade de vida da população.

Baseado nos objetivos, o Plano propõe o desenvolvimento municipal assente em quatro vetores estratégicos, que partem de um objetivo geral coeso e se desdobram em linhas de orientação estratégica, consideradas prioritárias no quadro de ordenamento do concelho:

- a. Valorização do território e dos recursos naturais:
 - i) Ordenar o solo rural;
 - ii) Planear, transformar e gerir o solo urbano;
 - iii) Preservar e valorizar o património cultural e natural;
 - iv) Prevenir e minimizar riscos.

- b. Potenciação da competitividade e pulsação económica:
 - i) Revitalizar o setor agrícola e florestal;
 - ii) Promover e dinamizar a atividade económica;
 - iii) Potenciar o turismo como elemento estruturante.

- c. Equidade, coesão social e desenvolvimento sustentável:
 - i) Implementar políticas de coesão social;
 - ii) Promover a valorização e integração profissional;
 - iii) Otimizar a rede de equipamentos coletivos;
 - iv) Potenciar e promover mais mobilidade e acessibilidades;
 - v) Reforçar a qualificação das infraestruturas;
 - vi) Fomentar a sustentabilidade ambiental.

- d. “Co-cooperation” intermunicipal:
 - i) Maximizar a posição geo-estratégica do concelho;
 - ii) Impulsionar a coesão territorial.

6.1.2 Monitorização dos objetivos do plano e Avaliação Ambiental

Com o propósito de avaliar o desempenho do Plano Diretor Municipal de Pombal, a monitorização inicia-se com a avaliação dos objetivos do Plano, do programa de ações previstas no mesmo, assim como, dos indicadores de acompanhamento presentes na Avaliação Ambiental Estratégica, visto que após a aprovação do Plano Diretor Municipal, o município de Pombal, enviou à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a Declaração Ambiental decorrente da avaliação ambiental estratégica do referido Plano.

Assim, tendo por base os objetivos do PDM, anteriormente enunciados, e o disposto no Programa de Execução e Plano de Financiamento do PDM, foram identificados os seguintes itens explicativos e de fundamentação, que concorrem para a implementação do sistema de monitorização a implementar no ano de 2015.

- Ação a Desenvolver, onde, para além dos projetos listados para cada Medida de Atuação existe um conjunto vasto de outros também identificados pelo município, enquadráveis na implementação estratégica do Plano;
- Estabelecimento de prioridades para a implementação de cada ação, consoante a necessidade e a programação do município de implementação da ação em causa;
- Cronograma anual, no horizonte de 10 anos, sendo estimado o período temporal para a implementação da ação em causa;
- Estimativa da verba que o Município pressupõe necessária para a implementação/desenvolvimento da ação;
- Perspetiva do que poderão/deverão ser as realizações e os investimentos de outros agentes nas diversas ações a desenvolver.

No que concerne a Declaração Ambiental, esta define medidas de controlo em conformidade com o disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, tendo em vista uma adequada monitorização dos efeitos decorrentes do plano.

Considerando que a 1ª revisão do PDM só entrou em vigor em abril deste ano de 2014, os objetivos previstos deverão ser avaliados apenas em 2015, ou seja, 1 ano após a entrada em vigor do PDM de Pombal, assim como, a análise aos indicadores de avaliação e monitorização presentes na Declaração Ambiental do PDM, que consta em anexo.

6.1.3 Avaliação da Execução do Plano

Para além da avaliação da evolução dos indicadores de monitorização apresentados no ponto anterior e que contribuem para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos e da eficácia de implementação das políticas definidas pelo PDM, pretende-se, neste ponto, uma abordagem mais pragmática à execução do plano, através da avaliação da execução das ações previstas no Programa de Execução e Plano de Financiamento.

Porém, e devido ao facto de o Plano se encontrar à menos de 1 ano em vigência, apresentam-se somente as ações mensuráveis a iniciar ou executar no limite temporal de 1 ano.

Quadro de projetos e ações da 1ª Revisão do PDM

Projetos e Ações	Prazo (anos)	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
Comparticipação em projetos e obras em pedreiras abandonadas do Concelho	2				
Implementação da Agenda 21 Local	10				
Manutenção de Galerias Ripícolas	1				
Implementação do programa Parecerias para a Regeneração Urbana	10				
Requalificação Urbana de Governos - Vinagres	3				
Parque Verde da Cidade de Pombal	4				
Requalificação Urbana de Flandes - Parque Verde e Desportivo	3				
Espaço Verde na Quinta da Formiga	4				
Infraestruturação da Zona Industrial das Meirinhas	3				
Revitalização / Urbanização da Zona Industrial do Lourçal	1				
Urbanização da Zona Industrial dos Ramalhais de Baixo - Abiúl	3				
Implementação do PPIPIP	10				
Requalificação e Reestruturação do Centro Histórico da Cidade de Pombal	4				
Requalificação urbana do centro histórico da Redinha	4				
Beneficiação e conservação do Castelo de Pombal e Zona Envolvente	10				
Elaboração do plano de paisagem protegida da Serra de sicó	1				
Integração na Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego	2				
Construção e dinamização do CIMUSICÓ - Centro de Interpretação e Museu da Serra de Sicó, no âmbito do turismo sustentável e ecoturismo e dos desportos de montanha	3				
Elaborar o "Estudo de drenagem de águas pluviais a nascente da cidade de Pombal", associado à criação de uma bacia de retenção e aumento da capacidade de escoamento	2				
Limpeza e beneficiação das margens do rio Arunca e seus afluentes no Concelho	10				
Regularização do Rio Arunca entre a IC2 (EN1) e a ETAR de Pombal	3				
Requalificação das margens do rio Arunca entre a ponte das Barrocas e a ponte da central de Camionagem	2				
Construção, reparação e beneficiação de pontões e pontes em risco de colapso	4				
Emparcelamento da propriedade agrícola	10				
Construção e dinamização do parque de campismo ecológico da Mata Nacional do Urso, no âmbito do projeto ECOMATUR	4				
Programa Bandeira Azul	10				
Requalificação do Parque de Estacionamento na praia do Osso da Baleia	3				
Requalificação da casa da Guarda Norte	2				
Requalificação dos espaços públicos da Aldeia do Vale	4				
Programação Cultural em Rede - CULTREDE	3				

Projetos e Ações	Prazo (anos)	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
Pombal - Centro Nacional de Atletismo no inverno	10				
Desenvolvimento do Site "Turismo Mar e Serra"	10				
Disponibilizar habitação a casais jovens que pretendam fixar-se no concelho	10				
Reabilitação de edifícios degradados, nos centros históricos, destinados ao mercado de arrendamento a custos controlados	10				
Divulgação mensal da agenda cultural de eventos do município	10				
Implementação do Plano de Desenvolvimento Social concelhio	5				
Criação e promoção de "Lojas Solidárias"	10				
Criação da Loja Social	1				
Atribuição de bolsas de estudo a estudantes universitários	10				
Recuperação de edifícios escolares desativados	4				
Ampliação do Centro de Saúde de Pombal	3				
Construção do Centro de Saúde de Almagreira	3				
Ampliação e Remodelação da Extensão de Saúde da Guia	1				
Construção da Nova Piscina de Ar Livre	2				
Concluir a rede de Gimnodesportivos, com a construção do pavilhão para servir as freguesias de Guia, Mata Mourisca e Ilha	2				
Revisão da Carta Educativa de Pombal, e conseqüente reorganização da rede escolar, em conformidade com o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	4				
Aquisição de Equipamento Informático e Software educativo para JI/EB	10				
Mobiliário, Material didático e Equipamento para Escolas JI/EB	10				
Ampliação e Beneficiação da ETAP	4				
Centro Escolar da Ilha	4				
Centro Escolar da Guia	4				
Centro Escolar de Santiago de Litém	4				
Centro Escolar de Vila Cã	4				
Centro Escolar de Almagreira	4				
Centro Escolar da Pelariga	4				
Centro Escolar da Mata Mourisca	4				
Centro Escolar do Louriçal	4				
Sede da APRAP – Associação de Pensionistas, Reformados e Aposentados de Pombal	1				
Construção da Casa de Abrigo	1				
Núcleo Monográfico Carlos Alberto da Mota Pinto	4				
Centro Cultural do Louriçal	4				
Núcleo Etnográfico de Almagreira	4				
Construir um Corredor Ecológico Ribeirinho ao longo do rio Arunca, entre Albergaria dos Doze e Almagreira, composto de espaços de lazer, zonas verdes, circuitos de manutenção, ciclovia, campos de jogos, jardins e parques de merendas	7				
Parque Fluvial do Açude	2				
Rede de Pistas Cicláveis	3				
Casa da Juventude	3				
Aquisição e Beneficiação de Equipamentos para o Centro de Meios Aéreos	4				
Aquisição e Beneficiação de viaturas de prevenção e primeira intervenção	10				
Execução de novos edifícios e/ou adaptação de edifícios existentes para serviços da administração central e local, nomeadamente o Serviço de Finanças de Pombal	10				
Elaboração e implementação do Plano Local para a Promoção da Acessibilidade (PLPA), na cidade de Pombal, bem como do Plano Municipal para a Promoção da Acessibilidade	10				
Plano Local para a Promoção da Acessibilidade	2				

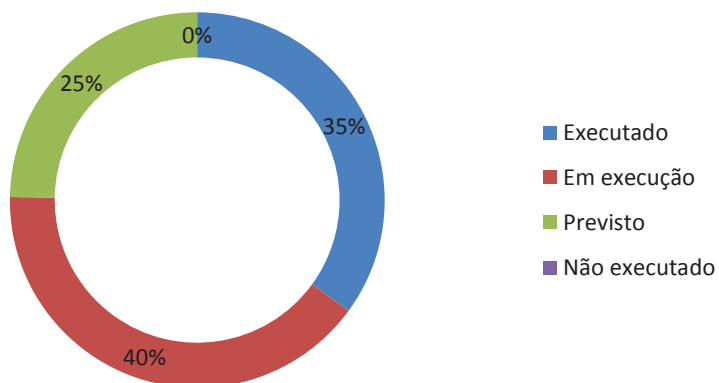
Projetos e Ações	Prazo (anos)	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
Plano Municipal para a Promoção da Acessibilidade	2				
Rotunda no IC2/EN1 ao km 149,510 de acesso à Zona Industrial da Formiga (antigas Oficinas Municipais)	6				
Ampliar o Serviço de Transportes Urbanos da Cidade de Pombal (POMBUS)	10				
Construção do Parque de estacionamento junto ao Centro de Saúde	3				
Construção do Parque de Estacionamento do Largo S. Sebastião	3				
Projeto de Abastecimento de Água integrado a partir da captação da Mata do Urso	4				
Implementar o sistema de abastecimento de água em alta a partir do aquífero Leirosa-Monte Real (Mata Nacional do Urso).	4				
Pesquisa e captação de água na Mata do Urso	4				
Construção da Conduta Adutora entre a Mata do Urso e a Caxaria	3				
Construção da Conduta Adutora, Est. Elevatória e Reservatórios entre Caxaria e o Parque Industrial Manuel da Mota	3				
Construção da Estação de Tratamento da Mata do Urso	3				
Abastecimento de Água à Ranha e Lugares Limítrofes	3				
Construção dos Reservatórios e Equipamento Eletromecânico nas Ranhas	3				
Abastecimento de Água ao Travasso-Flandes	3				
Substituição da Adutora do Ourão	3				
Emissário da Formiga	3				
Emissário de Carnide-Ilha-Louriçal	3				
Emissários do Carriço - Louriçal (E.2, E.2.1, E.2.2 e E.2.2.1)	3				
Emissário e da nova ETAR da Redinha	3				
Construção da ETAR e emissários da Pelariga-Almagreira	3				
Construção dos Subemissários de Albergaria dos Doze e Rede de Saneamento de Fontinha (Vila Cã)	3				
Construção da rede de saneamento e Estação Elevatória de Seixo / Lagoa	3				
Construção da Estação Elevatória do Outeiro Martinho	3				
Construção da ETAR, Emissário e Estação Elevatória da Guia	3				
Construção de rede de saneamento de Santiais e limítrofes e Emissário de Albergaria, Santiago e São Simão	3				
Remodelação / Ampliação da ETAR de Pombal	3				
Beneficiação das Infraestruturas do Parque Industrial Manuel da Mota	1				
Beneficiação e Ampliação das Infraestruturas do Parque Industrial da Guia	3				
Beneficiação das Infraestruturas da Zona Industrial da Formiga	1				
Implementação de um centro de recolha por freguesia, no qual se concentre a recolha de monstros, de verdes e de resíduos de construção	4				
Implementação de uma rede de recolha de óleos usados, com a instalação de, pelo menos, um ponto de recolha em cada freguesia, junto ao ecoponto mais utilizado	5				
Implementar o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia para o concelho de Pombal, procurando dotar todo o concelho de toponímia e número de polícia	1				
Requalificação urbana da EN 237 desclassificada (Alto do Cabaço/Barco)	4				
Redimensionamento da EN 1-6	1				
Requalificação do CM 1045 (EN 237 - Casal Fernão João - EM 531)	2				
Variante da EN 109 à Rotunda da A17	4				
Variante da Zona Industrial da Guia à EN109	4				
CM1030 (Guia - Outeiro Martinho)	2				
Caminho e ciclovia de ligação do Grou à Estrada Atlântica	4				
CM 1017 (Louriçal - Cavadas)	2				
CM 1016 (EN 342 - Casais Porto - Valarinho)	2				
Variante à EN 350 em Albergaria dos Doze/Eguins	3				

Projetos e Ações	Prazo (anos)	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
EM 531-1 (CM 1038 / Marco / Ilha / Guia(EN109))	3				
CM 1039-1 (CM 1039 - Alto dos Mendes - EM 531)	2				
EM 529 (IC2 - Almagreira)	2				
CM 1062 (Marco da Pipa - Pipa - EN 1-6)	1				
EM 501-1 (Vila Cã - Abiul)	1				
Construção da Bacia de Amortecimento a Nascente da Cidade de Pombal	4				
Criação de "via verde" para a apreciação e aprovação de projetos de edificações sustentáveis	3				
Substituição de luminárias tradicionais, por LED em monumentos e edifícios históricos	5				
Reconversão das instalações de sinalização e controlo de tráfego para óticas a LEDs	4				
Adaptar a infraestrutura que acolhe o centro de meios aéreos a aeródromo, dotando-a de uma escola aeronáutica	3				
Criar uma estratégia de marketing territorial	2				

Considerando que a 1ª Revisão do PDM ainda não atingiu um ano, não se considerou nenhum projeto ou ação não executado, visto o limite mínimo para a execução ser de um ano.

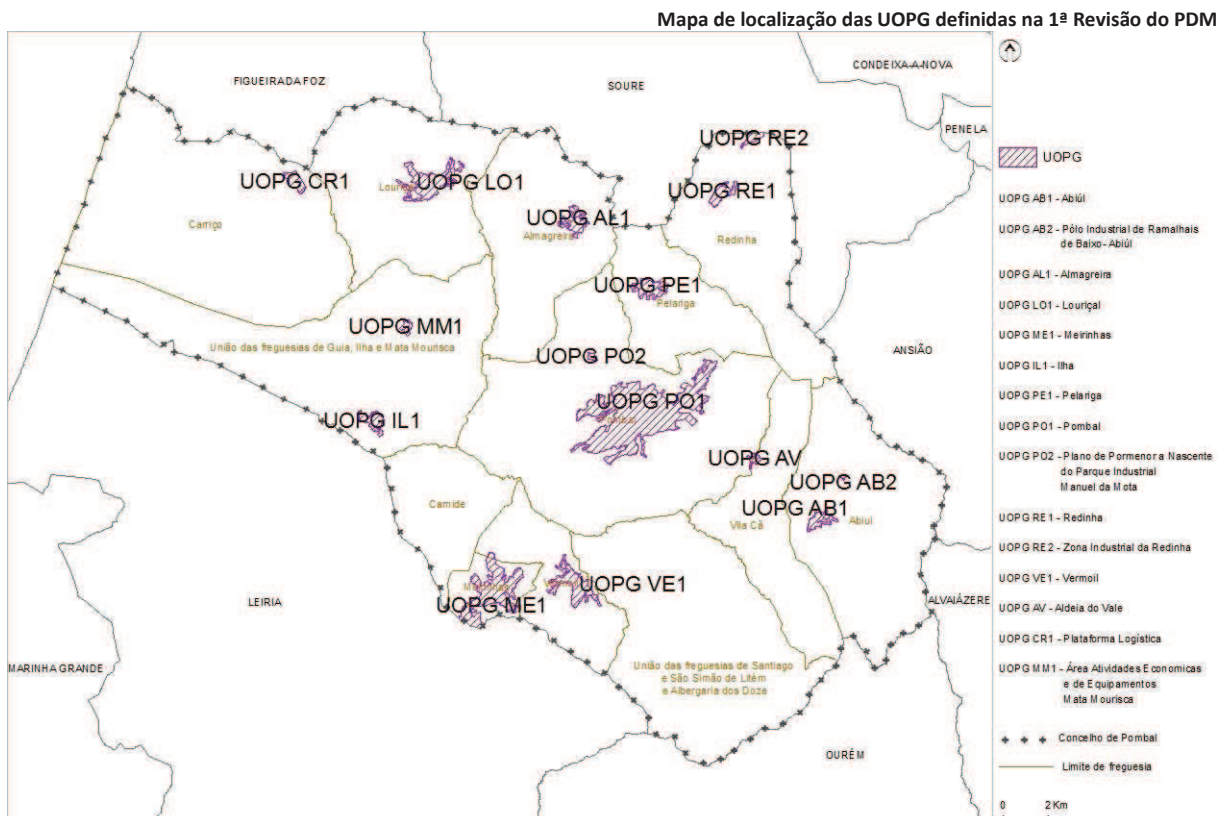
No entanto, é possível averiguar que o Plano está a ser implementado conforme explicito no gráfico seguinte, já que 35% destes projetos / ações se encontram executados e 40% em execução.

Gráfico com as taxas de execução:



UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

O PDM estabelece 15 Unidades Operativas de Planeamento e Gestão destinadas ao planeamento mais pormenorizado das áreas por elas abrangidas. Tal como expresso no Plano, estas UOPGs deverão concretizar-se através de Planos de Urbanização, Planos de Pormenor ou Unidades de execução.



Execução das UOPGs propostas na 1ª Revisão do PDM

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	Prazo (anos)	Executado	Não Executado	Em Execução	Previsto
UOPG AB1 – Abiúl					
UOPG AB2 – Pólo Industrial de Ramalhais de Baixo - Abiúl					
UOPG AL1 – Almagreira					
UOPG LO1 – Lourçal					
UOPG ME01 – Meirinhas					
UOPG ILO1 – Ilha					
UOPG PEO1 – Pelariga					
UOPG PO1 – Pombal					
UOPG PO2 – Plano de Pormenor a Nascente do Parque Industrial Manuel da Mota					
UOPG RE1 – Redinha					
UOPG RE2 – Zona Industrial da Redinha					
UOPG VE1 – Vermoil					
UOPG AV – Aldeia do Vale					
UOPG CR1 – Plataforma Logística de Vieirinhos/Silveirinhas					
UOPG MM1 – Área de Atividades Económicas e de Equipamentos da Mata Mourisca					

Considerando a recente aprovação do PDM, ainda nenhuma das UOPG se encontra executada mas todas se mantêm como previstas.

6.2 Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze

O Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze, foi aprovado pela Assembleia Municipal em 30 de Dezembro de 2008 e publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 66 — 03 de Abril de 2009 (Aviso n.º 7503/2009), abrangendo uma área de intervenção de 194,65ha.

Enquadramento da Área de Intervenção do Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze



6.2.1 Objetivos

Tendo em consideração o elevado índice de envelhecimento da freguesia de Albergaria dos Doze⁷ e a fraca acessibilidade de Albergaria, em relação aos restantes aglomerados e principalmente à sede do concelho, o plano em apreço teve como principais premissas aumentar as acessibilidades, revitalizar e dinamizar o aglomerado de forma a contrariar a actual tendência de estagnação do aglomerado urbano de Albergaria dos Doze.

Neste sentido, o presente plano, procura, numa perspetiva sistémica, concretizar os seguintes objetivos:

⁷ Integra atualmente a União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze

Sistema Viário / Circulação

- Dotar o concelho de uma rede viária estruturante, que percorrendo todo o concelho, permita a integração e participação de todas as freguesias e principais aglomerados no processo económico e evolutivo do concelho;
- Criar novas acessibilidades a Albergaria dos Doze – situação otimizada através de uma via variante a um Itinerário Complementar. Esta intenção deverá ser integrada e programada nos futuros estudos e planos estratégicos do concelho;
- Tornar, ao nível interno do aglomerado, a rede viária mais permeável, assegurando-se o desvio do tráfego de veículos pesados do centro e zonas habitacionais.

População

- Implementar acções que estimulem a fixação de população activa com vista à dinamização e desenvolvimento de Albergaria:
 - Criação de postos de trabalho – principal potencialidade do sector industrial;
 - Implementação de uma rede de equipamentos sustentável e lógica;
 - Reforço das potencialidades do ambiente urbano;
 - Criação de estacionamento como contributo para a satisfação da população.

Habitação e Funções

- Clarificar as qualidades e funções do espaço urbano, salientando a respectiva vocação urbana ou rural;
- Definir critérios e orientações de edificabilidade, bem como promoção de uma imagem urbana;
- Reforçar a imagem do centro, polarizando eventos comerciais, culturais e recreativos;
- Concretizar e implementar a área industrial;
- Redefinir a rede de equipamentos públicos que sustentem e dignifiquem o desenvolvimento objectivado.

Estrutura Ecológica

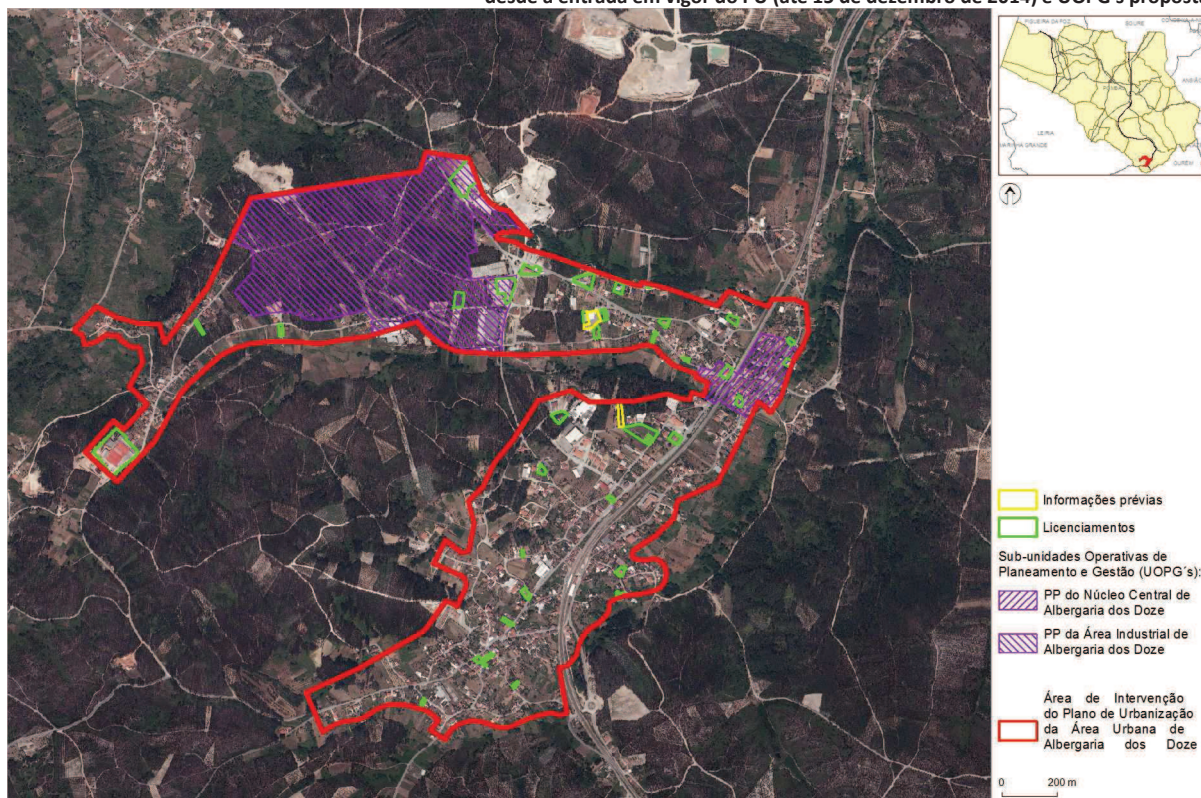
- Salvaguardar o enquadramento de áreas protegidas;
- Criar uma estrutura de espaços verdes afectos ao meio urbano;
- Promover a arborização dos arruamentos, que numa perspectiva de conjunto valorizam o espaço urbano aos níveis estético e ambiental.

6.2.2 Avaliação da Execução do Plano

GESTÃO URBANÍSTICA

Desde a data de publicação do PU, deram entrada nos serviços municipais 41 processos de licenciamento, aos quais acrescem 2 pedidos de informação prévia.

Pedidos de Informação Prévia e procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia que deram entrada nos serviços municipais, desde a entrada em vigor do PU (até 15 de dezembro de 2014) e UOPG's propostas



Pedidos de informação prévia

Ano	Obra	Decisão
2009	Alteração de uso de edificação destinada a industria para se destinar a comércio	Deferido
2010	Construção de moradia unifamiliar	Deferido

Processos de licenciamento

Ano	Obra	Decisão
2009	Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação	Deferido
2009	Alteração ao uso (instalação de supermercado)	Arquivado
2009	Construção de um muro de vedação	Deferido
2009	Instalação de um salão de cabeleireiro e esteticista na fracção c	Deferido
2009	Instalação de oficina de pneus	Deferido
2009	Legalização de alterações e ampliação de edifício misto e arrumos	Deferido
2009	Legalização de alterações e ampliação	Indeferido
2010	Construção de edifício comercial	Arquivado
2010	Construção de muro de vedação	Deferido
2010	Construção de um armazém de estores	Pendente

2010	Alteração de uma moradia unifamiliar e muros de vedação	Arquivado
2010	Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação	Deferido
2010	Alteração e ampliação de uma casa de arrumos	Deferido
2010	Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação	Deferido
2010	Legalização de salão de actividades culturais	Deferido
2011	Alteração a uma unidade comercial	Deferido
2011	Construção de edifício comercial e serviços, muros de vedação	Arquivado oficiosamente
2011	Construção de moradia unifamiliar	Deferido
2011	Legalização de edifício para garagem e arrumos	Deferido
2011	Alteração, ampliação e legalização anexo e muros	Deferido
2011	Legalização de obras executadas	Deferido
2011	Construção de moradia unifamiliar	Deferido
2011	Alteração de utilização de comércio para clínica geral e dentária	Deferido
2011	Construção de muro de vedação	Arquivado
2012	Legalização de estufas	Arquivado
2012	Legalização de moradia unifamiliar	Deferido
2012	Legalização de obras executadas - alteração ao uso	Deferido
2012	Alteração de um edifício misto	Deferido
2012	Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação	Deferido
2012	Instalação de um salão de cabeleireiro e gabinete de estética	Deferido
2013	Alteração e ampliação de unidade industrial	Pendente
2013	Alteração ao uso de fracção de livraria com secção de cafetaria	Deferido
2013	Legalização de um supermercado e habitação	Deferido
2013	Legalização de alterações e ampliação de unidade industrial	Pendente
2014	Legalização de muro de vedação	Em apreciação
2014	Legalização da ampliação de unidade industrial	Em apreciação
2014	Legalização de moradia unifamiliar	Pendente
2014	Legalização de anexo e muro	Em apreciação
2014	Ampliação e alteração de uma moradia	Em apreciação
2014	Legalização de ampliação de moradia unifamiliar	Em apreciação
2014	Alteração da cobertura	Pendente

Processos de licenciamento

Ano	Arquivado	Arquivado oficiosamente	Deferido	Em apreciação	Indeferido	Pendente	Total
2009	1		5		1		7
2010	2		5			1	8
2011	1	1	7				9
2012	1		5				6
2013			2			2	4
2014				5		2	7
Total	5	1	24	5	1	5	41

Dos 41 processos de licenciamento que deram entrada nos serviços municipais, 16 correspondem a pedidos de legalização, 13 pedidos de alteração e 12 processos de construção.

Podemos ainda evidenciar que deram entrada 11 procedimentos respeitantes a habitação unifamiliar, 1 processo relativo à alteração de um edifício misto, e 16 processos de atividades económicas, como comércio, serviços, oficinas e indústrias.

PROJETOS / AÇÕES / UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Execução das ações propostas pelo PU de Albergaria do Doze

	Executado	Não Executado	Em execução	Previsto
Rede Viária				
Via Principal				
Via Secundária				
Via Local				
Reestruturação do Largo da Igreja Antiga				
Nós Viários				
Equipamentos Colectivos				
Equipamentos Desportivos				
Pavilhão polivalente (gimnodesportivo)				
Piscina coberta				
Equipamentos Escolares (Pólo escolar)				
Equipamentos de Culto/ Religião (expansão do Cemitério)				
Equipamentos Não Especificados (centro escutista)				
Centro ATL/Creche (Junto do Centro Social de São Pedro)				
Espaços Verdes Públicos				
Verde Urbano				
Parque Urbano				
Parque urbano a criar junto do ribeiro do Castelo				
Jardins/Corredores Verdes				
Corredores verdes em torno da faixa de protecção à linha				
Plano de Pormenor				
PP da Área Industrial de Albergaria dos Doze				
PP do Núcleo Central de Albergaria dos Doze				
Infraestruturas				
Rede de abastecimento de água – 100% cobertura				
Rede de Saneamento Básico				
Ampliação da rede de águas residuais domésticas				
Esgotos domésticos conduzidos para ETAR				
Rede elétrica				
Criação de 5 PT				
Linhas subterrâneas				
Rede de Telefones				
Rede de condutas subterrâneas				

Inseridas do perímetro urbano de albergaria dos Doze encontram-se propostas duas áreas cuja ocupação está sujeita à elaboração de Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG's), a saber:

- 1) PPAIA12 - Plano de Pormenor da Área Industrial de Albergaria dos Doze
- 2) PPNCA12 - Plano de Pormenor do Núcleo Central de Albergaria dos Doze

Contudo e considerando que até à data, não foi concretizada nenhuma UOPG na Área de Intervenção do PU, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 32.º do Regulamento do PU, até à entrada em vigor dos PP previstos, devem ser observadas as disposições específicas constantes do diploma, podendo ainda “ser formalizados outros Planos de Pormenor, caso a Câmara Municipal entenda da sua necessidade, com vista a melhor definir e salvaguardar a intervenção urbanística e ocupação do território” (n.º 3, artigo 32.º).

6.2.3 Considerações finais

O Plano de Urbanização da Área Urbana de Albergaria dos Doze, publicado no Diário da República sob o Aviso n.º 7503/2009, de 3 de abril estabelece o regime de uso do solo através da sua classificação e qualificação, definindo e caracterizando a área de intervenção, bem como a conceção geral, a organização urbana e o zonamento para a localização das diversas funções urbanas no aglomerado urbano de Albergaria dos Doze.

Ao longo da sua vigência, surgiram novos objetivos, estratégias, contextos e dinâmicas, que, embora não impliquem a reconsideração e reapreciação global das opções estratégicas do plano e consequentemente do modelo territorial definido, foram objeto da devida análise e ponderação.

De facto, decorridos mais de 5 anos da sua entrada em vigor, atendendo às dinâmicas económicas, sociais, culturais e ambientais registadas neste período, e à recente publicação da 1.ª Revisão do PDM, foi essencial compatibilizar o Plano com as opções de ordenamento preceituadas em sede de PDM e com demais servidões e restrições de utilidade pública e demais legislação aplicável, em vigor para o local.

Neste sentido a Câmara Municipal, em reunião pública n.º 0029/CMP/2014, realizada em 19 de novembro de 2014, deliberou proceder à abertura de procedimento de alteração do Plano, tendo sido a mesma publicada em Diário da República sob o Aviso n.º 13679/2014, de 5 de dezembro, encontrando-se atualmente a decorrer o período de participação pública preventiva de 15 dias, que será sucedido de um período de 180 dias para a elaboração da proposta de alteração do Plano.

6.3 Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço

O Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço é um dos seis Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) do concelho de Pombal, circundando uma área de intervenção de cerca 205,31ha, tendo entrado em vigor a 30 de outubro de 2008, pelo Aviso n.º 25978/2008, do Diário da República, 2.ª série, n.º 210, de 29 de outubro de 2008.

Enquadramento da Área de Intervenção do Plano de Urbanização da Área Urbana do Carriço



6.3.1 Objetivos

A principal aposta da execução do PU do Carriço, foi a de procurar “Qualificar e Estruturar”, do ponto de vista urbanístico, a sua área de intervenção.

Qualificar, fomentando a transição progressiva de um espaço de características marcadamente rurais para um espaço onde os níveis de urbanidade fossem maiores, advindo essa pretensão da existência de elementos definidores de ambientes de característica e vivência mais urbanas, como a presença e o desenho de ruas, passeios, praças ou espaços públicos, a animação e vivência quotidiana ou mesmo a relação entre o construído e o não construído.

Estruturar o território, proporcionando-lhe uma legibilidade de fácil apreensão e de forma coerente.

Neste âmbito, foram definidas 6 medidas, numa tentativa de afirmar uma estratégia de valorização urbanística para a área de intervenção do Carriço, tendo sido também identificadas algumas pretensões para se alcançarem as referidas medidas:

- Medida 1: Consolidar e Afirmer o Centro Tradicional
 - Estudo, rua a rua, para definir a introdução dos elementos urbanos (passeio, estacionamento e arborização);
 - Diferenciar e qualificar pequenos largos e praças que quebrem a monotonia e representem locais privilegiados para fortalecer vivências quotidianas e sejam elementos marcantes da imagem do lugar.
- Medida 2: Estruturar e Orientar o desenho das futuras áreas de expansão
 - Fazer um Estudo Urbanístico para a Área, ou seja "Desenhar o novo Centro", procurando uma aproximação da realização ao idealizado.
- Medida 3: Promover a instalação de um programa de equipamentos ambicioso
 - Piscina;
 - Espaço Multifunções - Centro Cívico do Carriço;
 - Qualificação Pavilhão e projeto de requalificação para os terrenos da atual Feira dos Sete.
- Medida 4: Garantir aos espaços uma legibilidade de fácil apreensão (as vias, os espaços públicos e os elementos marcantes)
 - Introduzir o passeio e o estacionamento.
- Medida 5: Qualificar e Integrar os espaços não construídos no construído
 - Que o Vale fosse agricultado mas que também tivesse espaços de Parque;
 - Que a Ribeira do Carriço ganhasse expressão e as suas margens fossem arborizadas e constituíssem espaços de estar agradáveis.
- Medida 6: Adaptar a estrutura urbana do Carriço ao novo esquema viário
 - Articular a estrutura viária existente e proposta, com os Itinerários Complementares previstos (IC8 e IC1);
 - Sistema de Circulares e reativação da Linha do Oeste;
 - O perfil da EN109;
 - A transformação das vias e dos acessos locais.

6.3.2 Avaliação da Execução do Plano

GESTÃO URBANÍSTICA

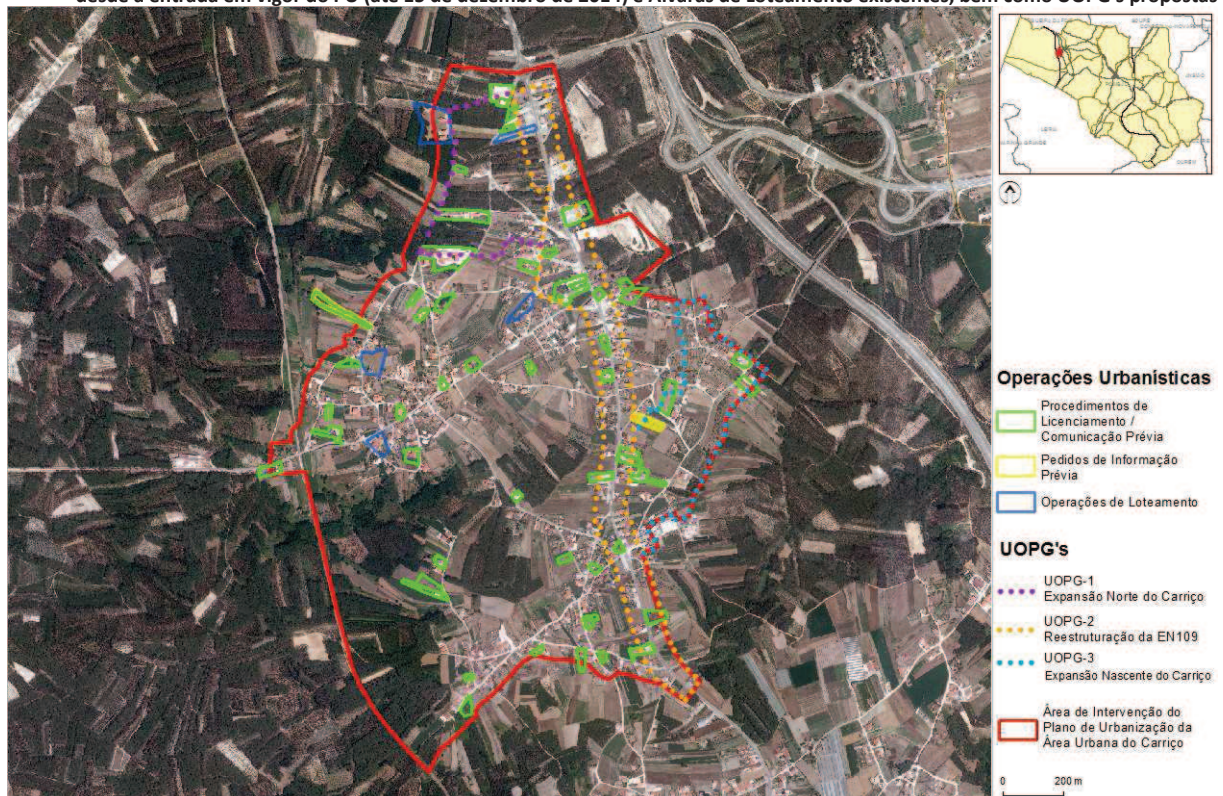
Desde a entrada em vigor do PU, no âmbito dos procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia de edificações, deram entrada nos serviços municipais 61, constatando-se, em conformidade com o próximo quadro, que 26 procedimentos se referem a construção de novas edificações e 28 se referem à legalização de obras executadas.

Evidencia-se que 32 procedimentos são para habitação unifamiliar, 1 para equipamento de utilização coletiva, 2 são para edificações de apoio à habitação, 4 para habitação coletiva e os restantes são para atividades económicas, como comércio, serviços, oficinas ou indústrias.

Relativamente aos pedidos de Informação Prévia, deram entrada nos serviços municipais apenas 2 pedidos, tendo sido os 2 deferidos, conforme exposto nos quadros seguintes.

Desde a entrada em vigor do Plano **não entrou em vigor** qualquer Operação de Loteamento, mantendo-se válidos os cinco Alvarás de Loteamento que já existiam, em conformidade com o quadro, e com a localização constante da figura seguinte.

Pedidos de Informação Prévia e procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia que deram entrada nos serviços municipais, desde a entrada em vigor do PU (até 15 de dezembro de 2014) e Alvarás de Loteamento existentes, bem como UOPG's propostas



Licenças / Comunicações Prévias

Ano de abertura do Procedimento	Estado do Procedimento	Tipologia	Observações
2008	Procedimento Caducado	Serviços	Construção nova
2008	Aditamento ao Alvará de Construção n.º 452/94	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas
2008	Aditamento ao Alvará de Construção n.º 742/79	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas
2009	Alvará de Construção n.º 27/10	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas
2009	Admitida (Alvará n.º 12/09)	Oficina	Legalização de obras executadas
2009	Alvará de Construção n.º 116/10	Armazenagem	Construção nova
2009	Procedimento Caducado	Piscina / Anexo (Habitação Unifamiliar)	Legalização de obras executadas
2009	Alvará de Construção n.º 124/10	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2009	Aditamento ao Alvará de Construção n.º 208/10	Oficina	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2009	Aditamento n.º 165/10 ao Alvará de Construção n.º 1351/89	Estabelecimento de Bebidas	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2009	Alvará de Construção n.º 181/10	Habitação Unifamiliar	Conservação e alteração
2009	Aditamento n.º 124/12 ao Alvará de Construção n.º 877/85	Indústria Metalomecânica	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2009	Alvará de Construção n.º 263/13	Habitação Coletiva / Comércio	Construção nova
2009	Aditamento ao Alvará de Construção n.º 60/10	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2010	Alvará de Construção n.º 24/11	Oficina	Construção nova
2010	Arquivado Oficiosamente	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2010	Alvará de Construção n.º 200/10	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2010	Indeferido	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2010	Arquivado Oficiosamente	Oficina e Comércio	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2010	Alvará de Construção n.º 180/11	Arrumos	Legalização de obras executadas (Mudança de cobertura)
2010	Alvará de Construção n.º 102/11	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2010	Arquitetura Aprovada	Habitação Coletiva / Serviços	Construção nova
2010	Procedimento caducado	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2011	Alvará de Construção n.º 199/11	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2011	Alvará de Construção n.º 243/11	Comércio	Alteração ao uso
2011	Alvará de Construção n.º 217/11	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2011	Procedimento caducado	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2011	Deferido	Comércio / Serviços	Construção nova
2011	Alvará de Construção n.º 155/12	Habitação Unifamiliar	Demolição + Construção nova
2011	Aditamento n.º 215/11 Alvará de Construção n.º 200/10	Habitação Unifamiliar	Alteração de implantação
2011	Alvará de Construção n.º 200/14	Oficina	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2011	Alvará de Construção n.º 75/12	Muro de vedação (Habitação Unifamiliar)	Construção nova
2011	Indeferido	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2011	Pendentes	Armazenagem	Alteração e ampliação
2012	Emissão de Alvará Caducado	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)

2012	Alvará de Construção n.º 55/13	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2012	Alvará de Construção n.º 220/12	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2012	Alvará de Construção n.º 296/13	Oficina	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2012	Alvará de Construção n.º 123/14	Oficina	Legalização de obras executadas (alteração)
2012	Deferido	Oficina	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2012	Alvará de Construção n.º 212/13	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2012	Alvará de Construção n.º 308/13	Equipamento de Utilização Coletiva	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2012	Alvará de Construção n.º 82/14	Indústria	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2013	Alvará de Construção n.º 96/14	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2013	Alvará de Construção n.º 49/14	Armazenagem	Construção nova
2013	Deferido	Habitação Unifamiliar	Alteração e ampliação
2013	Alvará de Construção n.º 46/14	Habitação Bifamiliar	Alteração ao uso
2013	Arquitetura aprovada	Habitação Unifamiliar / Oficina	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2013	Alvará de Construção n.º 11/14	Habitação Unifamiliar	Demolição + Construção nova
2013	Indeferido	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (alteração)
2013	Aditamento n.º 124/12 ao Alvará de construção n.º 877/85	Indústria	Legalização de obras executadas (alteração)
2013	Alvará de Construção n.º 133/14	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2014	Alvará de Construção n.º 103/14	Habitação Unifamiliar	Legalização de obras executadas (anexo)
2014	Alvará de Construção n.º 219/14	Alfaias Agrícolas	Legalização de obras executadas (anexo)
2014	Pendentes	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2014	Alvará de Construção n.º 243/14	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2014	Em apreciação	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2014	Arquitetura aprovada	Habitação Coletiva / Comércio / Serviços	Legalização de obras executadas (alteração e ampliação)
2014	Arquitetura aprovada	Habitação Unifamiliar	Construção nova
2014	Em apreciação	Armazém de Apoio Logístico	Construção nova
2014	Pendentes	Indústria	Alteração / ampliação

Operações de Loteamento

N.º de Alvará	Tipologia
2/78	Habitação unifamiliar
17/80	Habitação unifamiliar
7/81	Habitação unifamiliar
2/2003	Habitação unifamiliar
2/2005	Armazenagem

Informações Prévias

Ano	Estado do Procedimento	Tipologia
2009	Deferido	Armazenagem
2013	Deferido	Habitação unifamiliar

PROJETOS / AÇÕES / UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

No seguimento das medidas preconizadas, e considerando o Plano de Financiamento e Programa de Execução, onde se encontram identificadas as diversas ações propostas pelo Plano, correspondentes a "disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas" com o intuito de serem realizadas num prazo de 4 anos a partir da entrada em vigor do Plano, foram identificados cinco domínios temáticos de intervenção e as correspondentes ações propostas, conforme se pode constatar no próximo quadro, bem como o estado da execução das referidas propostas:

Execução das ações propostas pelo PU do Carriço, no âmbito dos domínios temáticos de intervenção

	Executado	Não Executado	Em execução	Previsto
Ações de expansão, reestruturação e/ou qualificação urbanística:				
A Avenida EN 109				
Expansão Urbana de Baixa Densidade				
Expansão Urbana de Média Densidade				
Novas vias e novos perfis				
A Circular Nascente				
A Circular Poente				
O Eixo de Estrutura Urbana (eixo interior Norte/Sul)				
A EN 109				
Garantir os perfis mínimos nas novas intervenções				
Ações de qualificação dos espaços urbanos de usufruto público				
O Vale da Ribeira de Nasce Água – valorização e revitalização				
Equipamentos				
Centro cívico do Carriço				
Requalificação do espaço envolvente à Associação Desportiva do Carriço				
Expansão do cemitério				
Infraestruturas				
Cobertura da Rede de Saneamento				
Cobertura da Rede de Águas Pluviais				
Melhoramento da Rede de Recolha de Lixo				
Melhoramento da Cobertura da Rede de Infraestrutura Elétrica				
Melhoramento da Cobertura da Rede de Infraestrutura Telefónica				

No âmbito das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, encontram-se previstas 3:

- UOPG-1 - Expansão Norte do Carriço;
- UOPG-2 - Reestruturação da EN109;
- UOPG-3 - Expansão Nascente do Carriço.

Apesar de apenas terem sido delimitadas apenas 3 UOPG's na Planta de Zonamento, é salvaguardado no regulamento do Plano que "face à evolução do processo de transformação do território na área do PU e atendendo à necessidade de a administração municipal garantir permanentemente o seu papel dinamizador e de coordenação, pode a Câmara Municipal, definir posteriormente outras UOPG" (n.º 2, do artigo 73.º).

É ainda de referir que, até à data, não foi concretizada nenhuma UOPG na Área de Intervenção do PU.

6.3.3 Considerações finais

Decorridos cerca de 6 anos desde a entrada em vigor do Plano surgiram novos objetivos, estratégias, contextos e dinâmicas, que, embora não impliquem a reconsideração e reapreciação global das opções estratégicas do plano e consequentemente do modelo territorial definido, devem ser objeto da devida análise e ponderação.

Também a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, publicado no Diário da República, sob o Aviso n.º 4945/2014, de 10 de abril, a evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais da área objeto de intervenção, bem como das dinâmicas urbanísticas registadas naquele período (2008-2014) e a entrada em vigor de leis e regulamentos que estabelecem servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, contribuíram para o reconhecimento da necessidade de alteração do Plano.

Assim, surgiu a necessidade de promover uma alteração ao PU com vista a assegurar uma maior eficácia e eficiência na prossecução dos fins contextualizados, bem como a análise e ponderação das áreas reservadas para infraestruturas urbanísticas, equipamentos e espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva.

Neste âmbito, encontra-se a decorrer o procedimento referente à alteração ao PU do Carriço, com vista à sua "adequação à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais, bem como à 1.ª revisão do PDM-Pombal, servidões administrativas e restrições de utilidade pública e demais legislação aplicável", tendo sido publicado no passado dia 5 de dezembro o Aviso n.º 13681/2014, referente à referida abertura de procedimento de alteração do Plano.

6.4 Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia

O Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia, aprovado em Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2006 e publicado pelo Aviso n.º 25979/2008, do Diário da República, 2.ª série, n.º 210 de 29 de Outubro de 2008, abrangendo uma área de intervenção de 369 ha.

Enquadramento da Área de Intervenção do Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia



6.4.1 Objetivos

A Guia, localiza-se na parte Oeste do Município, anterior sede freguesia da Guia, hoje, integra a atual União das Freguesias da Guia, Ilha e Mata Mourisca.

Tendo em consideração os princípios e regras de ocupação do solo, pretende-se uma utilização racional do espaço, promovendo a relação do espaço comum entre áreas urbanas e áreas verdes de salvaguarda. O plano em causa, tem como principal premissa a distribuição espacial e organização das diversas funções, que representam um factor decisivo para o estabelecimento de um ambiente urbano sólido e aprazível, onde o meio urbano se relaciona e interage com o meio rural.

Neste sentido, o presente plano, procura, numa perspectiva sistémica, concretizar os seguintes objetivos:

- Promover o desenvolvimento polarizado através da criação de um sistema de centros e sub-centros que articulados por uma estrutura consistente permitam a ligação das diferentes unidades morfológicas entre si;
- Melhorar as condições de interligação do aglomerado e da sua rede viária com a rede viária principal, fazendo esta última a entrada e a saída do aglomerado;
- Criação de pólos de atracção e fixação da população, como sejam a concretização da área industrial, de postos de trabalho e de uma rede de equipamentos que suporte e dignifique este desenvolvimento;
- Clarificar as qualidades e funções do espaço urbano, salientando a respectiva vocação urbana ou rural;
- Estabelecer um conjunto de sub-unidades operativas de planeamento e gestão que viabilizem os objectivos e propostas deste plano;

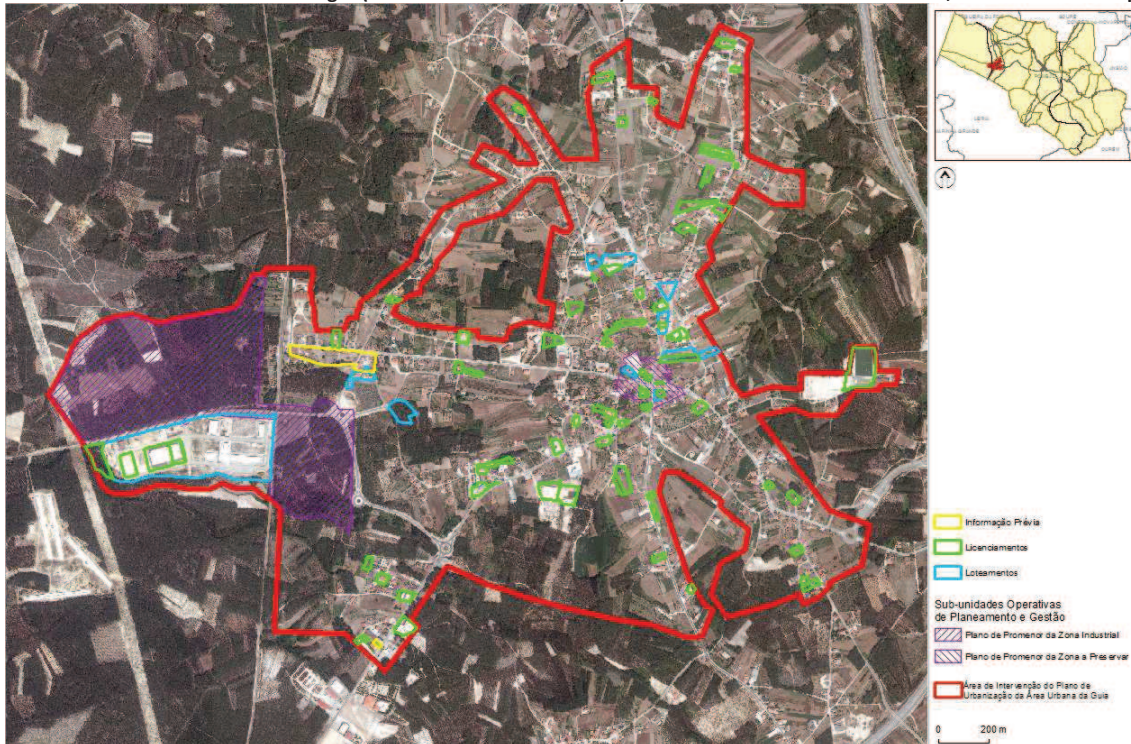
6.4.2 Avaliação da Execução do Plano

GESTÃO URBANÍSTICA

A dinâmica urbanística é um factor importante no que respeita à implementação do Plano, neste sentido, efectuou-se a análise de todas as pretensões que deram entrada no Município desde a entrada em vigo do Plano.

Assim sendo, desde da data de publicação do PU, deram entrada nos serviços municipais 84 processos de licenciamento, 2 pedidos de informação prévia e 1 pedido de licenciamento de operação de loteamento com obras de urbanização.

Pedidos de Informação Prévia e procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia que deram entrada nos serviços municipais, desde a entrada em vigor (até 15 de dezembro de 2014) e Alvarás de Loteamento existentes, bem como UOPG's propostas



Pedidos de informação prévia

Ano	Obra	Decisão
2012	Construção de um edifício destinado a habitação e comércio	Deferido
2012	Ampliação de moradia para edifício de habitação e serviços	Deferido

Processos de licenciamento

Ano	Obra	Decisão
2008	Alteração e ampliação de um edifício destinado a comércio	Deferido
2008	Construção de habitação	Deferido
2008	Construção de muro de vedação	Deferido
2009	Construção de Lar Residencial e Centro de Actividades de apoio ocupa	Deferido
2009	Licenciamento de Obras de edificação em PU	Deferido
2009	Legalização de muro confinante com via publica	Arquivo
2009	Moradia Unifamiliar	Deferido
2009	Legalização de edifício destinado a comércio	Arquivado
2009	Legalização das Alterações e ampliações de moradia e muros	Deferido
2009	Moradia Unifamiliar	Deferido
2010	Legalização, Alterações e ampliação de edifício destinado a habitação	Certidão
2010	Legalização de moradia unifamiliar	Deferido
2010	Construção de estaleiro, escritório e muros de vedação	Deferido
2010	Construção de edifício destinado a armazém e oficina mecânica	Deferido
2010	Legalização de alteração de edifício multifamiliar	Deferido
2010	Construção de Moradia e Muros de Vedação	Deferido
2010	Construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação	Deferido
2010	Construção de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação	Deferido
2010	Legalização, alteração e ampliação de um edifício destinado a oficinas	Deferido
2010	Legalização de alteração e ampliação de moradia unifamiliar	Deferido

2010	Alteração ao uso de um espaço comercial para duas fracções comerciais	Deferido
2010	Legalização de alteração, ampliação de moradia unifamiliar e anexos	Deferido
2010	Construção de um edifício de habitação e muro de vedação	Deferido
2010	Construção de muro de vedação	Deferido
2010	Moradia Unifamiliar e muro	Deferido
2010	Legalização de muros	Deferido
2010	Legalização de alteração edifício de habitação colectiva	Deferido
2010	Alteração ao uso da fracção	Deferido
2010	Demolição e construção de moradia unifamiliar	Deferido
2010	Demolição de edifício	Arquivo
2010	Construção de unidade e muros de vedação confinantes com via publica	Deferido
2010	Construção de moradia unifamiliar	Deferido
2010	Legalização de alterações de moradia	Deferido
2010	Alteração ao uso da fracção	Deferido
2010	Construção de unidade e muros de vedação confinantes com via publica	Deferido
2010	Legalização de um edifício destinado a café restaurante	Deferido
2010	Legalização	Deferido
2011	Legalização de alteração e ampliação de moradia	Deferido
2011	Demolição e const. de alterações e ampliação de moradia, const. de anexos e muros	Deferido
2011	Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação	Deferido
2011	Alteração e ampliação de moradia e legalização de muros	Deferido
2011	Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação	Deferido
2011	Construção de um edifício destinado a centro hípico	Deferido
2011	Construção, ampliação e demolição de moradia e muros de vedação	Em Apreciação
2011	Legalização de edifício existente, alteração de edifício destinado a	Em apreciação
2011	Demolição de ordenha e licenciamento de um estabelecimento e muro	Deferido
2011	Legalização de alterações executadas em obra	Certidão
2011	Ampliação de uma unidade industrial	Deferido
2011	Construção de anexos e muros - Legalização	Deferido
2011	Alteração de moradia unifamiliar	Deferido
2011	Ampliação de uma unidade industrial	Deferido
2011	Alteração ao uso do espaço comercial	Em apreciação
2012	Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação	Deferido
2012	Legalização de moradia e alteração, ampliação da mesma	Deferido
2012	Construção de moradia unifamiliar	Deferido
2012	Alteração e ampliação de edifício destinado a ginásio	Deferido
2012	Legalização de alterações e ampliação das cavalariças	Deferido
2012	Construção de moradia unifamiliar	Deferido
2012	Construção de moradia unifamiliar	Deferido
2012	Legalização de alteração e ampliação de edifício de minimercado	Em apreciação
2012	Legalização de moradia unifamiliar	Certidão
2012	Legalização de moradia unifamiliar e serviços	Certidão
2012	Legalização, Alterações e ampliação de edifício destinado a habitação	Pendentes
2012	Legalização de alteração e ampliação de moradia	Deferido
2012	Alteração de edifício e alteração do uso da fracção	Deferido
2012	Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo	Deferido
2012	Legalização de moradia	Deferido
2012	Legalização de moradia e alteração e muros de vedação e anexo existente	Deferido
2012	Alteração e ampliação de edifício destinado a habitação colectiva	Deferido
2013	Alteração e ampliação de moradia para edifício habitacional e serviços	Deferido
2013	Legalização de alteração e ampliação de edifício destinado a comércio	Pendentes
2013	Alteração ao uso da fracção destinada a consultório médico	Deferido
2013	Construção de Moradia e Muros de Vedação	Deferido

2013	Legalização de alteração de moradia unifamiliar e muros de vedação	Inten. Indeferimento
2013	Demolição de barracão, anexo de habitação e licenciamento de muro	Deferido
2013	Alteração ao uso da fracção destinada a consultório médico	Deferido
2014	Construção de muro de vedação de jardim	Em apreciação
2014	Legalização das alterações e ampliação e alteração ao uso para habitação Unifamiliar	Deferido
2014	Construção de anexo de apoio à habitação	Em apreciação
2014	Alterações de muro de vedação e arranjos exteriores	Em apreciação
2014	Legalização de alterações e ampliação de moradia nexa e muro	Em apreciação
2014	Alterações de edifício de habitação colectiva	Em apreciação
2014	Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e muros de vedação	Em apreciação
2014	Legalização de alteração e ampliação de moradia unifamiliar	Em apreciação

Processos de licenciamento

Ano	Certidão	Arquivado	Arquivado	Deferido	Em apreciação	Pendente	Total
			Arquivado				
2008				3			3
2009		2		5			7
2010	1	1		25			27
2011	1			11	3		15
2012	2			13	1	1	17
2013			1	5		1	7
2014				1	7		8
Total	4	3	1	63	11	2	84

Dos 84 processos de licenciamento que deram entrada nos serviços municipais, 23 correspondem a pedidos de legalização, 15 pedidos de alteração, 3 processo de demolição, 13 processos de ampliação e 30 processos de construção.

Processos de loteamento

Ano	Obra	Decisão
2009	Pedido de licenciamento de operação de loteamento	Pendentes

PROJETOS / AÇÕES / UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

No quadro seguinte são identificadas diversas acções propostas pelo Plano a serem realizadas num prazo de 10 anos dividido em 5 biénios constantes no Programa de Execução e respetivo Plano de Financiamento.

Execução das ações propostas pelo PU da Guia

	Executado	Não Executado	Em execução	Previsto
Rede Viária				
Via Principal				
Restantes Vias				
Equipamentos Colectivos				
Centro de Dia				
Expansão do Cemitério				
Expansão de Equipamentos Escolares				
Espaços Verdes Públicos				
Parque Urbano				
Verde Urbano				
Plano de Pormenor				
PP da Zona Preservar				
PP da Zona Industrial da Guia				
Infraestruturas				
Remodelação da ETAR				
Rede de Abastecimento de Água				
Rede de Drenagem				
Rede de Telefones				
Rede Eléctrica				

Das ações propostas verifica-se que apenas a construção do centro de dia, a remodelação da ETAR e o abastecimento de água foram executadas, encontrando-se a rede de drenagem em execução e as restantes acções em fase de estudo.

Para o PU da Área Urbana da Guia, foram definidas a implementação de duas Sub-Unidades Operativas de planeamento e Gestão (UOPG), a saber:

- Plano de Pormenor da Zona a Preservar
- Plano de Pormenor da Zona Industrial

Contudo e considerando que até à data, não foi concretizada nenhuma UOPG na Área de Intervenção do Plano, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 33.º do Regulamento do PU, até à entrada em vigor dos PP previstos, devem ser observadas as disposições específicas constantes do diploma, podendo ainda “ser formalizados outros Planos de Pormenor, caso a Câmara Municipal entenda da sua necessidade, com vista a melhor definir e salvaguardar a intervenção urbanística e ocupação do território” (n.º 3, artigo 33.º).

6.4.3 Considerações finais

O Plano de Urbanização da Área Urbana da Guia, publicado pelo Aviso n.º 25979/2008, do Diário da República, 2.ª série, n.º 210, de 29 de outubro de 2008, define a organização espacial da área objeto do Plano e estabelece o regime de uso do solo através da sua classificação e qualificação, definindo e caracterizando a área de intervenção, bem como a conceção geral, a organização urbana e o zonamento para a localização das diversas funções urbanas.

Ao longo da vigência do PU, surgiram novos objetivos, estratégias, contextos e dinâmicas, que, embora não impliquem a reconsideração e reapreciação global das opções estratégicas do plano e consequentemente do modelo territorial definido, devem ser objeto da devida análise e ponderação. De facto, decorridos 6 anos da sua entrada em vigor, atendendo às dinâmicas económicas, sociais, culturais e ambientais registadas neste período, e à recente publicação da 1.ª Revisão do PDM, foi essencial compatibilizar o Plano com as opções de ordenamento preceituadas em sede de PDM e com demais servidões e restrições de utilidade pública e demais legislação aplicável, em vigor para o local.

Neste sentido a Câmara Municipal, em reunião pública n.º 0029/CMP/2014, realizada em 19 de novembro de 2014, deliberou proceder à abertura de procedimento de alteração do Plano, tendo sido a mesma publicada em Diário da República sob o Aviso n.º 13678/2014, de 5 de dezembro, encontrando-se atualmente a decorrer o período de participação pública preventiva de 15 dias, que será sucedido de um período de 180 dias para a elaboração da proposta de alteração do Plano.

6.5 Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal

O Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, também designado por PPIPIP, foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal, a 29 de dezembro de 2006, tendo sido publicado no Diário da República, 2ª Série, a 6 de novembro de 2008, através do Aviso n.º 26616/2008, retificado pelo Aviso n.º 27347/2008, de 14 de novembro. Foi também recentemente alvo de uma correção material (Declaração n.º 196/2014 de 5 novembro) e de uma alteração por adaptação através do Aviso n.º 12457/2014, de 7 novembro.

O Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal localiza-se na freguesia de Pombal, a noroeste da cidade de Pombal junto aos principais eixos viários que atravessam o concelho, nomeadamente o IP1 (A1), o IC8, a EN237 e a EN237-1.

Enquadramento da Área de Intervenção do Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal



Com uma área de intervenção de 282,18ha o PPIPIP, que tem por génese o Parque Industrial Manuel da Mota, assumiu-se como um plano de referência, aglutinador do sector industrial e económico, complementado por um conjunto de serviços e equipamentos, procurando assumir-se como um instrumento dinamizador da economia local e regional.

Neste sentido, este plano apresentou-se como uma ação imprescindível na política de planeamento e desenvolvimento económico do concelho, baseada na necessidade de dar resposta à elevada procura registada por parte do tecido produtivo.

6.5.1 Objetivos

O Plano de Pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal, pretende ser uma infraestrutura de serviços, geradora de inovação, de apoio às empresas e destinada a dinamizar a economia e o território da região, pelo que possui como principais objectivos os seguintes:

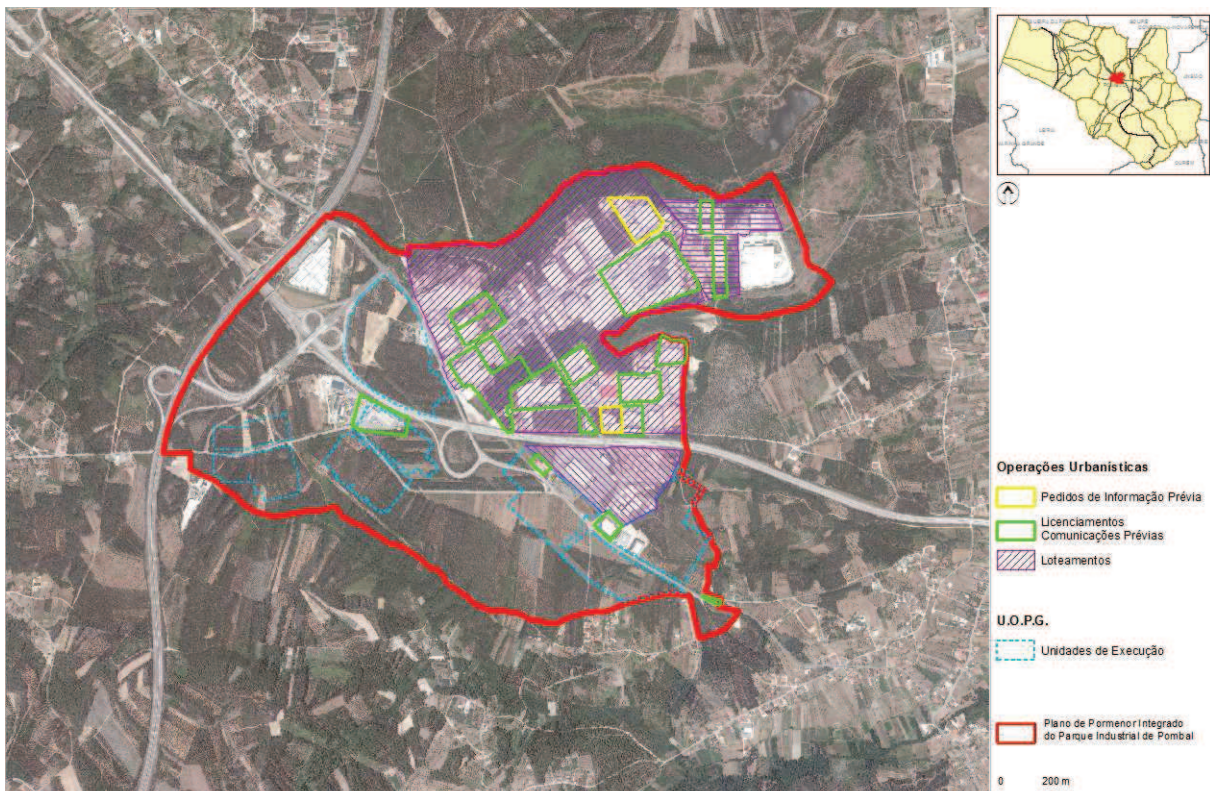
- desenvolvimento de uma estratégia coerente e coordenada de intervenção no território;
- consolidação do sistema de inovação e conhecimento (informação, ensino, formação e pesquisa) e consequente qualificação do tecido produtivo;
- reforço da coesão local através da reorganização espacial do território, assegurando a igualdade de oportunidades dos cidadãos no acesso aos equipamentos e às mais variadas funções;
- promoção da qualidade de vida e implementação de condições favoráveis ao desenvolvimento em simultâneo de actividades económicas locais, sociais e culturais, valorizando a diversidade aos mais diversos níveis no território;
- promoção do aproveitamento racional dos recursos naturais e valorização da preservação do equilíbrio paisagístico e ambiental;
- melhoria do ambiente e das condições de acolhimento e desenvolvimento das actividades económicas.

6.5.2 Avaliação da Execução do Plano

GESTÃO URBANÍSTICA

Desde a entrada em vigor do Plano de Pormenor, verificou-se a entrada de 26 processos de licenciamentos / comunicações prévias, 2 pedidos de informação prévia e 2 processos de loteamento.

Pedidos de Informação Prévia e procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia que deram entrada nos serviços municipais, desde a entrada em vigor do PP (até 15 de dezembro de 2014) e Alvarás de Loteamento existentes



Pedidos de Informação Prévia

Ano	Obra	Decisão
2009	Ampliação de nave industrial	Deferido
2014	Ampliação de armazéns	Indeferido

Licenciamentos / Comunicações Prévias

Ano	Obra	Decisão
2008	Ampliação e alteração de indústria	Deferido
2008 (2073/08)	Legalização de indústria	Deferido
2009 (410/09)	Obras	Indeferido
2009 (603/09)	Construção de um pavilhão	Pendente
2009	Construção de armazém	Deferido
2009 (407/09)	Legalização de indústria	Deferido
2009	Construção de uma unidade industrial	Deferido

Ano	Obra	Decisão
2009	Construção de muro de vedação	Deferido
2010	Ampliação de unidade industrial	Deferido
2010	Construção de tanque de apoio à ETAR	Deferido
2010	Legalização de muros de vedação	Pendente
2010	Alteração de armazém	Deferido
2010	Ampliação de pavilhão industrial	Deferido
2010	Ampliação de armazém	Deferido
2011	Construção de armazém	Deferido
2011	Legalização de um estabelecimento industrial	Deferido
2011	Alteração de instalação industrial	Deferido
2012	Ampliação de edifício industrial	Deferido
2012 (973/12)	Alteração de parque de estacionamento	Deferido
2012 (807/12)	Construção de unidade industrial	Deferido
2013	Ampliação de uma unidade industrial	Deferido
2014 (750/14)	Ampliação de unidade fabril – construção de armazém	Em Apreciação
2014 (1419/14)	Ampliação de uma unidade industrial	Em Apreciação
2014 (366/14)	Ampliação de uma unidade industrial	Em Apreciação
2014 (751/14)	Ampliação de unidade fabril – construção de armazém	Em Apreciação
2014 (769/14)	Ampliação de uma nave industrial	Em Apreciação

Loteamentos

Ano	Obra	Decisão
1990	Loteamento Parque Industrial Manuel da Mota	Deferido
2008	Expansão do Parque Industrial Manuel da Mota	Deferido
2009	Loteamento	Deferido

Desde a entrada em vigor do PPIPIP deram entrada nos serviços municipais, 26 processos de licenciamento, dos quais 4 correspondem a pedidos de legalização, 4 a construção de unidade industrial, 1 construção de muros de vedação e 17 processos de ampliação, alteração ou construção de armazéns de apoio a indústria existente. Nota ainda, para uma taxa de deferimento de quase 100% visto existirem somente 1 processo indeferido e 2 pendentes.

PROJETOS / AÇÕES / UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Planta síntese do Plano de pormenor Integrado do Parque Industrial de Pombal



	Executado	Não Executado	Em execução	Previsto
Estrutura viária				
Circular externa de Pombal (CEP) – via projectada				
Reconversão das antigas nacionais EN237 e EN237-1 em eixos viários de nível mais local, com ligação estruturada com os principais eixos				
Remodelação do nó principal do IC8, que visa a articulação desta via com a CEP, as antigas nacionais EN237 e EN237-1				
Remodelação do nó entre as antigas nacionais EN237 e EN237-1 e a rede viária secundária				
Equipamentos Colectivos				
Equipamento EDC (Educativo, Desportivo e Cultural)				
Equipamento D2 (Desportivo)				
Equipamento D3 (Desportivo)				
Espaços Verdes Públicos (fora das Unidades de Execução)				
Verde Urbano				
Verde de protecção e enquadramento				
Áreas pedonais de recreio e de lazer				
Infraestruturas Urbanas (fora das Unidades de Execução)				
Abastecimento de Água e Saneamento Básico				
Infraestruturas de Energia e Telecomunicações				
Construções				
Loteamento de expansão do Parque Industrial Manuel da Mota				
Estabelecimento Hoteleiro (parcela EH02)				
Comércio / Serviços (parcela C/S 09)				
Indústria (parcela I/A 58)				
Unidades de Execução				
Parque Tecnológico (UE05)				
Células Industriais (UE01, UE02, UE03, UE04)				
Parque de Negócios (UE06, UE07 e UE08)				

A execução pretendida neste Plano de Pormenor é quase nula exceptuando a extensão do Parque Industrial Manuel da Mota, parcelas confinantes com esta área e respectivas infraestruturas desta zona.

Portanto, a nova estrutura viária pretendida, os novos equipamentos e espaços verdes colectivos não foram executados, assim como as Unidades de Execução, com pequenas excepções na UE07 (edificação de 3 parcelas).

6.5.3 Considerações finais

A implementação deste plano de pormenor tem dois lados distintos, ou seja, a zona do Parque Industrial Manuel da Mota, e a zona restante, que diz respeito às Unidades de Execução.

Se por um lado o PIMM apresenta uma taxa de ocupação de quase 100% e um crescimento das indústrias existentes como se constata com os vários pedidos de ampliação de unidades industriais. Por outro, no que respeita às novas parcelas previstas no PP para acolherem atividades económicas, integradas em Unidades de Execução, verifica-se que em quase 5 anos de vigência, não foram objeto de qualquer concretização, originando um défice de oferta de espaços infraestruturados para a instalação deste tipo de atividades.

Em suma, a rigidez do PPIPIP atualmente em vigor constitui um constrangimento à instalação e desenvolvimento de atividades económicas, assim como, a execução do próprio Plano, sendo fundamental proceder a sua alteração.

Neste sentido a Câmara Municipal, em reunião pública n.º 0029/CMP/2014, realizada em 19 de novembro de 2014, deliberou proceder à abertura de procedimento de alteração do Plano, tendo sido a mesma publicada em Diário da República sob o Aviso n.º 13680/2014, de 5 de dezembro, encontrando-se atualmente a decorrer o período de participação pública preventiva de 15 dias, que será sucedido de um período de 120 dias para a elaboração da proposta de alteração do Plano.

6.6 Plano de Pormenor da Zona da Várzea

O Plano de Pormenor da Zona da Várzea (PU da Zona da Várzea) é um dos seis Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) do concelho de Pombal, abrangendo uma área de intervenção de cerca 3,62ha.

O Plano foi publicado na Portaria n.º 638/95, do Diário da República, I Série-B, n.º 142, de 22 de junho de 1995, e inclui disposições sobre a ocupação do solo nas áreas destinadas a habitação, habitação e comércio, escritórios, equipamento, zonas verdes e logradouros e rede viária.

Enquadramento da área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona da Várzea



6.6.1 Objetivos

Com a elaboração do Plano de Pormenor da Zona da Várzea a Câmara pretendeu "reformular a circulação de acesso ao Largo da Estação da C.P. e transformar aquela Zona Central da Vila" que, àquela data se encontrava "acentuadamente degradada, numa zona urbana de qualidade e onde seja agradável viver".

6.6.2 Avaliação da Execução do Plano

GESTÃO URBANÍSTICA

As operações materiais de urbanização e de edificação existentes na área de intervenção do PP da Zona da Várzea, desde a entrada em vigor do Plano, e delimitadas na figura seguinte resumem-se a:

- 2 Informações Prévias;
- 9 procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia, destinados, essencialmente, a habitação coletiva, a comércio e a serviços;
- 1 Alvará de Loteamento, n.º 6/86, que apenas colide, numa parte bastante diminuta, a norte do Plano.

Pedidos de Informação Prévia, procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia que deram entrada nos serviços municipais (desde 2001 até 15 de dezembro de 2014) e Alvará de Loteamento existente



Procedimentos de Licenciamento / Comunicação Prévia que deram entrada nos serviços municipais, desde a entrada em vigor do PP da Zona da Várzea (até 15 de dezembro de 2014)*

Ano de abertura do Procedimento	Estado do Procedimento	Tipologia	Observações
2001	Procedimento Caducado	Habitação Coletiva	Construção nova
2003	Procedimento Caducado	Serviços	Legalização de obras executadas (alteração)
2004	Alvará de Construção n.º 406/05	Serviços	Alteração de utilização
2005	Alvará de Construção n.º 72/07	Habitação Coletiva	Construção nova
2007	Aditamento ao Alvará de Construção n.º 821/89	Serviços	Alteração de utilização
2008	Procedimento Caducado	Serviços	Construção nova
2010	Aditamento n.º 128/10 ao Alvará de Construção n.º 309/06	Habitação Coletiva / Comércio	Legalização de obras executadas (alteração)
2011	Alvará de Construção n.º 197/13	Habitação Coletiva / Comércio	Legalização de obras executadas
2012	Alvará de Construção n.º 190/12	Habitação	Alteração de fachada

* Apenas foram indicados os procedimentos constantes da Base de Dados SIG

PROJETOS / AÇÕES

Considerando o Programa de Execução e Plano de Financiamento que acompanha o PP da Zona da Várzea, foram propostas diversas ações, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Execução das ações propostas pelo PP da Zona da Várzea

	Executado	Não Executado
I. Expropriações e respetivas demolições a efetuar		
II. Aterros com terras de empréstimo		
III. Rede de Águas		
IV. Rede de Esgotos		
V. Terraplanagens		
VI. Pavimentação		
VII. Arranjo dos Espaços Verdes		
VIII. Rede Elétrica		
IX. Rede de Gás		

Apesar das ações terem sido registadas como "Executado", é de referir que as redes de infraestruturas se encontram executadas utilizando os arruamentos públicos existentes, que não coincidem com os propostos no Plano.

6.6.3 Considerações finais

Decorridos quase 20 anos desde a entrada em vigor do Plano, verifica-se que o mesmo não foi concretizado.

Os arruamentos e zonas verdes previstas não foram executadas, sendo que, algumas intervenções no espaço público realizadas neste período não salvaguardaram o estipulado no PU, como por exemplo:

- foi criado um novo arruamento, a Rua da Estação, paralela à Linha de Caminho de Ferro do Norte;
- a Praça Manuel Henriques Júnior, que foi transformada num espaço público apenas de acesso pedonal;
- o Largo Salgueiro Maia, também apenas de acesso pedonal, mas onde era previsto uma habitação e o respetivo logradouro e também um edifício da CP.

Durante o presente ano foi ainda delimitada a Área de Reabilitação da Zona Central da Cidade de Pombal que abrange o PU da Zona da Várzea.

Assim, entre outras situações, surgiram novos objetivos, estratégias, contextos e dinâmicas, reconhecendo-se a urgente necessidade da profunda alteração ou mesmo a revisão do Plano.

ANEXO

Indicadores de Avaliação e monitorização da Declaração Ambiental

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
FCD 1 - Proteção e valorização de recursos naturais e patrimoniais						
Conservação da Natureza						
Número de habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 inseridos na área do concelho abrangida pelo SIC Sicó/Alvaiázere	n.º	ICNF/PDM	-	21	2013/PDM	Manter
Área ocupada por habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei n.º 49/2005 inseridos na área do concelho abrangida pelo SIC Sicó/Alvaiázere	ha	ICNF	-	3 023,9	2013/PDM	Manutenção ou aumento da área em 10% no prazo de 10 anos
Espécies de flora e fauna de interesse comunitário, integrados na Rede Natura	n.º	ICNF	-	29	2013/PDM	Manter
Implementação do Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional do Urso	-	ICNF	PGF	-	-	De acordo com o PGF
Património						
Árvores de Interesse Público e Referenciadas	n.º	PDM	-	4 classificadas 5 (4 + 1) referenciadas	2013/PDM	Manter / Aumentar
Imóveis Classificados e em Vias de Classificação	n.º	PDM	-	14	2013/PDM	Aumentar
Sítios Arqueológicos	n.º	PDM	-	1	2013/PDM	Manter / Aumentar

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Património Paleontológico	n.º	PDM	-	1	2013/PDM	Manter
Definição formal de geossítios	n.º e locais	PDM	-	1	2013/PDM	No prazo de 10 anos, estabelecimento formal dos geossítios do concelho, incluindo estratégias de proteção, conservação e valorização
Ações de educação ambiental	n.º e locais	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, desenvolver, pelo menos, uma ação anual de educação ambiental que inclua o património geológico e geomorfológico do concelho
Estudos de investigação patrocinados pelo município	n.º e locais	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, contribuir para o desenvolvimento de, pelo menos, dois estudos de investigação sobre o património paleontológico do concelho

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Recursos Hídricos						
Qualidade das águas superficiais (Rio Arunca, Ribeira de Carnide e Rio Nabão)	A - Excelente / ... / E - Muito Má	SNIRH	-	Rio Arunca: C - Razoável Ribeira de Carnide: D - Má Rio Nabão: C - Razoável	2009/SNIRH	Melhorar
Qualidade da água da zona balnear Osso da Baleia	Classes: Má, Aceitável, Boa e Excelente	APA	-	Excelente	2013/PDM	Manter
Água captada de captações com perímetros de proteção ou albufeiras de águas públicas com plano de ordenamento definido	%	CMP	-	24,5	2011	≥ 95%, no prazo de 10 anos
Captações de água subterrânea e nascentes de água potável abrangidas por perímetros de proteção	n.º	PDM	-	23	2013/PDM	Manter / Aumentar
Manutenção de uma base de dados atualizada que reúna informação relativa às principais fontes de poluição pontual e difusa	-	CMP	-	-	-	Atualização anual

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Estudos hidrogeológicos patrocinados pelo município	n.º e objetivo do estudo	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, contribuir para o desenvolvimento de pelo menos um estudo sobre as massas de água subterrânea mais pressionadas
Ações de sensibilização sobre a influência das atividades humanas na degradação da qualidade e na afetação da quantidade de água subterrânea disponível	n.º	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, desenvolver pelo menos duas ações
Geologia e Geomorfologia						
Manutenção da base de dados de recursos geológicos	-	CMP/ Concessionários	-	-	-	Atualização anual
Recuperação ambiental de antigas explorações de recursos geológicos	ha	CMP/ Concessionários	-	20,4	2013/PDM	Aumentar
FCD 2 - Vulnerabilidades ambientais e ordenamento do território						
Vulnerabilidade Ambiental						
Intervenções associadas à prevenção e minimização dos riscos de cheia e salvaguarda do domínio hídrico	n.º, tipo de intervenções e área (m ²)	CMP	-	-	-	≥ 1 / Ano

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Área impermeabilizada da bacia hidrográfica, situada a montante da zona onde se verifica inundação	ha	PDM	-	<p>Área impermeabilizada das bacias no concelho:</p> <p>Mondego = 8060ha</p> <p>Lis = 619ha</p> <p>Tejo = 656ha</p> <p>Costeiras = 323ha</p>	2013/PDM	Atuação prioritária nestas zonas, ao nível da prevenção e minimização dos riscos de cheia (indicador anterior)
Manutenção de uma base de dados que reúna informação relativa à ocorrência de cheias e inundações, movimento de massa em vertentes, colapso de cavidades, incêndios florestais, acidentes rodoviários, instalação de combustíveis ou armazenagem de produtos explosivos	-	CMP	-	-	-	Atualização anual
Movimentos de massa em vertentes e colapso de cavidades	n.º e área afetada (m ²)	CMP	-	-	-	<p>No prazo de 10 anos, implementar um programa de monitorização</p> <p>Atualização anual do inventário das características evolutivas dos locais de maior suscetibilidade e dos episódios de instabilidade de vertentes e de colapso de cavidades</p>

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Intervenções destinadas ao tratamento de situações de instabilidade	n.º, tipo de intervenções e área intervencionada (m ²)	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, efetuar as necessárias intervenções de estabilização em áreas críticas de instabilidade que possam colocar em causa a segurança de pessoas e bens
Implementação de programa de monitorização para acompanhamento do recuo da linha de costa no limite Norte do concelho	m/ano	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, realizar o acompanhamento da evolução de 5 perfis de praia ao longo da linha de costa
População elementos expostos a risco de cheia na cidade de Pombal	(hab) (ha)	PDM	-	4 257 hab 146 ha	2013/PDM	Diminuição do número de habitantes e/ou do número de elementos expostos a risco de cheia
Edifícios a necessitar de intervenções destinadas à melhoria da sua estabilidade e à minimização dos efeitos de um evento sísmico	n.º	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos, inventariar áreas críticas e proposta de intervenções necessárias à minimização do risco

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
N.º de ocorrências e área ardida	n.º ha	SGIF	-	Média: 97 ocorrências; 255,5 ha	2005- 2012/ICNF	< Média
Áreas ardidas em EEM Fundamental e Complementar Tipo I	ha/ano	SGIF/PDM	-	1 482	2013/PDM	Diminuir

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Áreas ardidas rehabilitadas	ha/ano	CMP	-	-	-	> 50
Estrutura Ecológica						
Mautenção de uma base de dados que reúna informação relativa às várias ocupações do solo incluídos em Área Fundamental e Complementar Tipo I da EEM	-	PDM	-	-	-	Atualização anual, com a aferição do grau de comprometimento da conectividade dos corredores ecológicos
Plantação de espécies de folhosas autóctones de baixa combustibilidade na Área Fundamental e Complementar Tipo I da EEM	ha	CMP	-	976,06	2007	Aumentar
Superfície impermeabilizada na área fundamental da EEM	%	PDM	-	2,5	2013/PDM	Manter / Diminuir
Condicionantes ao Uso do Solo						
Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas (Edificações/Infraestruturas)	%	DRAPC/CMP	-	0,3	2013/PDM	n. a.
Percentagem de REN com ocupação compatível com o RJREN	%	CCDRC/CMP	-	0,1	2013/PDM	n. a.
FCD 3 - Competitividade territorial e qualidade de vida						
População						

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
População residente	n.º	INE	-	55 217	2011	Até 2021 inverter a tendência de decréscimo populacional registada na última década
Equipamentos e Infraestruturas ambientais						
Equipamentos e infraestruturas programadas	%	PDM	-	-	-	100%, no prazo de 10 anos
Áreas Edificadas e Habitação						
Preenchimento médio de perímetros urbanos (área ocupada)	%	PDM	-	66,6	2013/PDM	> 75, no prazo de 10 anos
Consolidação média dos aglomerados rurais (área ocupada)	%	CMP	-	-	-	> 60, no prazo de 10 anos
Reocupação de edifícios devolutos em todo o concelho	%	CMP	-	-	-	Aumentar
Operações urbanísticas em Aglomerados Rurais	n.º	PDM	-	-	-	n. a.
Operações urbanísticas em Áreas de Edificação Dispersa	n.º	PDM	-	-	-	n. a.
Operações urbanísticas que visem a reabilitação urbana em Espaço Central	n.º	PDM	-	-	-	Aumentar
Taxa de alojamentos excedentários	%	CMP/INE	-	14,92	2011/INE	Diminuir

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Emprego e Estrutura Empresarial						
Crescimento do PIB agroflorestal	%	INE	-	-	-	2013-2018 > 1995-2000
Crescimento do PIB industrial	%	INE	-	-	-	2013-2018 = 1995-2000
Crescimento do PIB turismo	%	INE	-	-	-	2013-2018 > 1995-2000
Taxa de ocupação do espaço de atividades económicas	%	PDM	-	55	2013/PDM	Aumentar
Desenvolvimento Rural						
Superfície agrícola utilizada (SAU)	ha	INE	-	4108	2009/INE	Aumentar

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Atividade agropecuária (Explorações pecuárias e instalações agroindustriais)	n.º	PDM	-	Explorações = 537 Instalações = 58	2011/PDM	Aumentar
Mobilidade e Acessibilidades						
N.º de edifícios municipais com condições de acesso a pessoas com mobilidade condicionada	n.º	CMP	-	-	-	Aumentar
Extensão da rede existente de "Pombus" (Transporte Público Urbano)	km	PDM	-	31,81	2013/PDM	Aumentar
Utilizadores do "Pombus"	n.º/mês	PDM	-	25 000/mês	2011/PDM	Aumentar
Taxa de utilizadores dos transportes públicos nos movimentos pendulares	%	TRANSDEV/CP/ CMP	-	-	-	Aumentar
Taxa de utilizadores de modos suaves nos movimentos pendulares	%	CMP/INE	-	6,19	2011/INE	Aumentar
Dinâmica Turística						
Empreendimentos Turísticos em Solo Rural, nas tipologias previstas	n.º	Turismo/CMP	-	2	2013/PDM	Aumentar
Reconhecimento dos empreendimentos turísticos como empreendimentos de turismo de natureza	n.º	Turismo/CMP	-	0	2013/PDM	Aumentar
Taxa de ocupação das unidades de ocupação dos empreendimentos turísticos	%	Turismo/CMP	-	25,5	2011/INE	Aumentar

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Camas de estabelecimentos hoteleiros / 1.000 hab	%	INE	-	4,78	2011/INE	No prazo de 10 anos > 10%
Qualidade de Vida						
Taxa de perdas de água na rede pública de abastecimento	%	CMP	PEAASAR (≤ 15%)	37	2008/ERSAR	≤ 25%
Consumo de água <i>per capita</i>	l/hab/dia	INSAAR	-	170	2009/INSAAR	Diminuir
Resultados de análises à água tratada para abastecimento público, em conformidade com a legislação	%	CMP	PEAASAR (> 99%)	98,6	2012/ERSAR	> 99%
Alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água	%	INE	PEAASAR (> 98%)	99,3	2011/INE	Manter / Aumentar
Cobertura da rede de drenagem das águas residuais	%	INSAAR	PEAASAR (>90%)	39	2009/INSAAR	> 70%
Reutilização de águas residuais tratadas	%	CMP	-	-	-	≥ 10%, no prazo de 10 anos
Águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem	%	CMP	-	-	-	≤ 20%
Eficiência no tratamento das águas residuais em ETARs Municipais (considerando os parâmetros CBO, CQO e SST)	%	CMP	-	-	-	> 90%

Indicadores	Unidades	Fontes de Informação	Meta em Documento Estratégico	Valor Base	Ano a que se refere o Valor Base/Fonte	Metas a atingir
Cobertura da rede de recolha indiferenciada de resíduos	%	CMP	PERSU APA RASARP ERSAR	92%	2013	98%
Cobertura da rede de recolha seletiva resíduos	%	CMP/Valorlis	PERSU APA RASARP ERSAR	45%	2013	51%
Proporção de resíduos sólidos recolhidos seletivamente (taxa de desvio de aterro)	%	CMP	PERSU APA	8,5%	2013	10%
População exposta a um excesso de ruído superior a 5 dB para o Lden e para o Ln	hab	PDM	-	Lden = 280 Ln = 726	2013/PDM	Diminuir
Edifícios municipais com certificação energética ≥ B-	n.º	CMP	-	0	2013	Aumentar
Balço entre as emissões de CO ₂ de sequestro florestal (-)/ emissões de incêndios (+) e da mobilidade (+)	coeficiente numérico	CMP/APA	-	-	-	> 1 nos anos seguintes à aprovação da revisão do plano
Taxa de concretização do programa de reordenamento do parque escolar (Carta Educativa)	%	CMP	-	-	-	No prazo de 10 anos > 50%